

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO**

LIMITES E POSSIBILIDADES DO BALANÇO SOCIAL

ANTONIO SÉRGIO TORRES PENEDO

TESE DE DOUTORADO

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO**

LIMITES E POSSIBILIDADES DO BALANÇO SOCIAL

Antonio Sérgio Torres Penedo

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, da Universidade Federal de São Carlos como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Engenharia de Produção.

Orientador: Prof. Dr. Francisco José da Costa Alves

**SÃO CARLOS
2011**

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária/UFSCar**

P398Lp

Penedo, Antonio Sérgio Torres.

Limites e possibilidades do balanço social / Antonio Sérgio Torres Penedo. -- São Carlos : UFSCar, 2011.
185 f.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2011.

1. Engenharia de produção. 2. Agroindústria canavieira. 3. Desenvolvimento sustentável. 4. Meio ambiente. 5. Responsabilidade social. I. Título.


CDD: 658.5 (20^a)




FOLHA DE APROVAÇÃO

Aluno(a): Antonio Sérgio Torres Penedo

TESE DE DOUTORADO DEFENDIDA E APROVADA EM 21/02/2011 PELA
COMISSÃO JULGADORA:

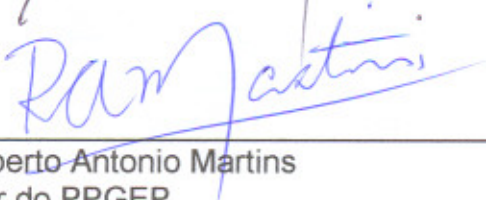

Prof. Dr. Francisco José da Costa Alves
Orientador(a) PPGE/UFSCar


Prof. Dr. Júlio César Donadone
PPGE/UFSCar


Prof. Dr. Nilton Luiz Menegon
PPGE/UFSCar


Prof. Dr. Marcio Mattos Borges de Oliveira
FEA/USP


Profª Drª Maria Amalia Brunini
FCAV/UNESP


Prof. Dr. Roberto Antonio Martins
Coordenador do PPGE/UFSCar

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a minha mãe Irene, que sempre mostrou-me como enfrentar, com coragem e paciência, quaisquer adversidades que se oponha à nossas vidas. Pelos conselhos a mim direcionados e por ser a minha principal fonte de incentivo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por atribuir minhas tarefas e permitir que eu as cumprisse.

Ao Prof. Dr. Francisco José da Costa Alves (Chiquinho) por aceitar ser o meu orientador, por sua paciência, compreensão e orientação neste trabalho. Muito Obrigado.

Aos meu pais, Antônio e Irene, que nunca pouparam esforços para garantirem-me a possibilidade de seguir adiante em todas as etapas de minha vida.

À minha noiva Talita, que compreendeu os momentos de ausência e soube contribuir com a serenidade que sempre precisei.

Às minhas irmãs Renata e Raquel, pelo companheirismo nos momentos mais solitários.

À Raquel e ao Robson, secretários do Departamento de Engenharia de Produção da UFSCAR, que sempre estiveram dispostos a apoiar e ajudar.

Aos professores Dr. Marcio Mattos Borges de Oliveira, Dr. Luis Fernando Guedes Pinto, Dr. Júlio César Donadone, Dr. Nilton Luiz Menegon e Dra. Maria Amalia Brunini, que muito me ajudaram na finalização desta tese.

Meus sinceros agradecimentos à Universidade Federal de São Carlos e ao Departamento de Engenharia de Produção.

E a todos entrevistados nesta pesquisa que de alguma forma contribuíram com a realização deste trabalho.

RESUMO

No processo de tornar público as iniciativas socioambientais, as empresas sucroalcooleiras perceberam que práticas de responsabilidade socioambiental podem ser usadas para aumentar as vantagens competitivas, minimizar os riscos, administrar a reputação e transformaram as iniciativas socioambientais em estratégias empresariais. Assim, as usinas sucroalcooleiras passaram a utilizar mecanismos de acompanhamento e de prestação de contas que visam promover a transparência das práticas socioambientais desenvolvidas. O objetivo da presente tese é analisar os limites e possibilidades dos balanços sociais no processo de divulgação das práticas socioambientais nas usinas de açúcar e álcool. A pergunta que essa tese pretende responder é até que ponto os balanços sociais divulgados pelas empresas são instrumentos válidos para análise das práticas socioambientais das unidades de produção sucroalcooleira. Na realização da tese foram trabalhados dados e informações coletados através de pesquisa de campo realizada junto às usinas, e informações secundárias provenientes dos balanços sociais publicados pelas usinas de açúcar e álcool no período de 2001 a 2008. A tese realiza análise das práticas socioambientais das usinas, através dos balanços sociais divulgadas pelas mesmas, com as opiniões dos institutos incentivadores de balanços sociais (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, Instituto ETHOS de Empresas e Responsabilidade Social e *Global Reporting Initiative*) atendo-se nas seguintes questões: balanço social, responsabilidade socioambiental, desenvolvimento sustentável e sustentabilidade.

Palavras-chave: Balanço Social, Produção Canavieira, Desenvolvimento Sustentável, Meio Ambiente, Responsabilidade Social e Econômica.

ABSTRACT

In the process of dissemination of social and environmental practices, companies have realized that sugarcane social responsibility initiatives can be used to reduce costs, increase competitive advantage, manage risk and reputation and turned the green initiatives on business strategies. Thus, sugarcane industry use monitoring mechanisms and accountability sought at the promotion and progress transparency to social and environmental practices developed. The objective of this thesis is to analyze the limits and possibilities of social statement in the process of dissemination of social and environmental practices in sugar and alcohol. The question this thesis answers is to what extent social reports published by the companies are valid instruments for the analysis of social and environmental practices of the units of ethanol production. On completion of the thesis were worked data and information collected through field research conducted with the plants, and secondary information from the social reports published by the sugar and alcohol in the period 2001 to 2008. The thesis conducts analysis of social and environmental practices at the industry, through the social reports published by them, with the views of supporters of the institutes of social reports (Brazilian Institute of Social and Economic Analysis, Ethos Institute for Business and Social Responsibility and Global Reporting Initiative) attend in the following issues: social, environmental responsibility, sustainable development and sustainability

Keywords: Social Statement, Sugar Cane Production, Sustainability Development, Environment, Economic and Social Responsibility.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	15
1.1. INTRODUÇÃO.....	15
1.2. ACORDOS E CONFERÊNCIAS SOCIOAMBIENTAIS INTERNACIONAIS.....	15
1.3. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	30
1.4. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E O BALANÇO SOCIAL.....	41
1.5. SÍNTESE DO CAPÍTULO.....	50
2. INICIATIVAS PARA AVALIAÇÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E MECANISMOS DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	52
2.1. INTRODUÇÃO.....	52
2.2. BALANÇO SOCIAL DO MODELO IBASE.....	52
2.3. RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE DO <i>GLOBAL REPORTING INITIATIVE</i>	61
2.4. INDICADORES DO INSTITUTO ETHOS.....	72
2.4.1. Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial.....	74
2.4.1.1. Valores, Transparência e Governança.....	75
2.4.1.2. Público Interno.....	77
2.4.1.3. Meio Ambiente.....	79
2.4.1.4. Fornecedores.....	81
2.4.1.5. Consumidores e Clientes.....	82
2.4.1.6. Comunidade.....	83
2.4.1.7. Governo e Sociedade.....	85
2.5. CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS ENTRE AS INICIATIVAS PARA AVALIAÇÃO DA RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL.....	86
2.6. SÍNTESE DO CAPÍTULO.....	90
3. COMPLEXO AGROINDUSTRIAL CANAVIEIRO E SUAS RELAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS E ECONÔMICAS.....	91
3.1. INTRODUÇÃO.....	91
3.2. A RELAÇÃO DO CAI CANAVIEIRO COM O MEIO AMBIENTE.....	91
3.3. A RELAÇÃO DO CAI CANAVIEIRO COM A DEGRADAÇÃO SOCIAL.....	103
3.4. O AVANÇO ECONÔMICO DO CAI CANAVIEIRO.....	116
3.5. SÍNTESE DO CAPÍTULO.....	128

4. ANÁLISE DOS BALANÇOS SOCIAIS DO SETOR SUCROALCOOLEIRO.....	129
4.1. INTRODUÇÃO.....	129
4.2. METODOLOGIA DE PESQUISA.....	130
4.3. BALANÇOS SOCIAIS E SEUS CONSTRUTORES.....	133
4.4. RESULTADOS ORIUNDOS DA ANÁLISE DOS BALANÇOS SOCIAIS.....	144
4.5. SÍNTESE DO CAPÍTULO.....	167
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	168
REFERÊNCIAS.....	172
APÊNDICE A.....	183
APÊNDICE B.....	184

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Princípios da GRI.....	62
Figura 02: Indicadores de desempenho GRI.....	65
Figura 03: Indicadores ETHOS de Responsabilidade Social Empresarial.....	75
Figura 04: Evolução da produção e do rendimento da cana-de-açúcar no Brasil, de 1975 a 2006.....	116
Figura 05: Evolução da área colhida e do rendimento da cana-de-açúcar no Brasil, de 1975 a 2006.....	118
Figura 06: Exportações de álcool pelo Brasil.....	124
Figura 07: Evolução da receita líquida média entre os anos de 2001 e 2008.....	159
Figura 08: Evolução da participação da folha de pagamento na receita líquida entre os anos de 2001 e 2008.....	160
Figura 09: Discrepância do maior e menor salário entre os anos de 2001 e 2008.....	161
Figura 10: Quantidade de Selo IBASE concedidos por ano.....	166

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - <i>Stakeholders</i> (Partes interessadas).....	20
Tabela 02: Princípios e Propostas do Pacto Global da ONU.....	21
Tabela 03: Objetivos e Metas do Desenvolvimento do Milênio.....	24
Tabela 04: Princípios e recomendações para o Investimento Responsável.....	28
Tabela 05: A periodização das ações sociais no Brasil.....	44
Tabela 06: Descrição dos grupos de Balanço Social Modelo IBASE.....	56
Tabela 07: Base de Cálculo.....	57
Tabela 08: Indicadores Sociais Internos.....	57
Tabela 09: Indicadores Sociais Externos.....	58
Tabela 10: Indicadores Ambientais.....	59
Tabela 11: Indicadores do Corpo Funcional.....	59
Tabela 12: Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial.....	60
Tabela 13: Indicadores de desempenho econômico.....	66
Tabela 14: Indicadores de desempenho do Meio Ambiente.....	67
Tabela 15: Indicadores de desempenho referentes a práticas trabalhistas.....	68
Tabela 16: Indicadores de desempenho referentes a Direitos Humanos.....	69
Tabela 17: Indicadores de desempenho Social referente à Sociedade.....	70
Tabela 18: Indicadores de desempenho referentes à Responsabilidade pelo Produto.....	71
Tabela 19: Valores, Transparência e Governança.....	76
Tabela 20: Público Interno.....	77
Tabela 21: Meio Ambiente.....	80
Tabela 22: Fornecedores.....	81
Tabela 23: Consumidores e Clientes.....	82
Tabela 24: Comunidade.....	84
Tabela 25: Governo e Sociedade.....	85
Tabela 26: Características Gerais dos Modelos de Balanços Sociais.....	87
Tabela 27: Comparação entre os Relatórios de Sustentabilidade.....	88
Tabela 28: Redução das queimadas de forma gradativa em área mecanizável.....	101
Tabela 29: Evolução do pagamento, rendimento e remuneração do corte de cana.....	115
Tabela 30: Área de Produção e Produtividade de Cana-de-açúcar - 1975 até 2006.....	117
Tabela 31: Evolução das vendas de automóveis e comerciais leves carros a gasolina, álcool e flex fuel.....	119

Tabela 32: Volume de cana-de-açúcar, álcool e açúcar produzido pelo país.....	120
Tabela 33: Produção regional de cana-de-açúcar, açúcar e álcool.....	123
Tabela 34: Produção, exportação mundial e nacional de açúcar.....	123
Tabela 35: Companhias Abertas do Complexo Agroindustrial Canavieiro no Brasil..	127
Tabela 36: Empresas do setor de açúcar e álcool que divulgaram o Balanço Social IBASE.....	145
Tabela 37: Número de usinas que divulgaram o BS no modelo IBASE.....	146
Tabela 38: Evidenciação dos Indicadores dos BS das Usinas.....	147
Tabela 39: Número de empresas que divulgaram o BS no modelo IBASE.....	148
Tabela 40: Evidenciação dos Indicadores dos BS das Empresas.....	149
Tabela 41: Indicadores financeiros das usinas.....	150
Tabela 42: Indicadores financeiros das empresas divulgadoras de BS Modelo IBASE.	151
Tabela 43: Composição geral dos recursos humanos empregados pelas usinas.....	152
Tabela 44: Composição geral dos recursos humanos empregados pelas empresas divulgadoras de BS Modelo IBASE.....	152
Tabela 45: Participação de negros e mulheres em cargos de chefia nas usinas.....	153
Tabela 46: Participação de negros e mulheres em cargos de chefia nas empresas divulgadoras de BS Modelo IBASE.....	153
Tabela 47: Investimentos em responsabilidade social interna nas usinas (média anual por funcionário a cada R\$ 1000,00 investidos).....	155
Tabela 48: Investimentos em responsabilidade social interna nas empresas divulgadoras de BS Modelo IBASE (média anual por funcionário a cada R\$ 1000,00 investidos).....	155
Tabela 49: Investimentos em responsabilidade social externa nas usinas (média anual a cada R\$ 1000,00 investidos).....	156
Tabela 50: Investimentos em responsabilidade social externa nas empresas divulgadoras de BS Modelo IBASE (média anual a cada R\$ 1000,00 investidos).....	156
Tabela 51: Investimentos ambientais externo.....	157
Tabela 52: Investimentos em responsabilidade com o meio ambiente nas usinas.....	158
Tabela 53: Investimentos em responsabilidade com o meio ambiente nas empresas divulgadoras de BS Modelo IBASE.....	158

INTRODUÇÃO

A Sustentabilidade é um tema de grande interesse nos meios de comunicação, empresariado, organismos públicos, organizações não governamentais e na sociedade civil. As principais críticas da sociedade civil, trabalhadores, comunidades locais e ambientalistas à forma de expansão dessa agroindústria são: a concentração fundiária, a concentração de renda, a precarização das condições trabalhistas e a degradação ambiental. De outro lado as entidades patronais da agroindústria canavieira buscam implacar a imagem de produção limpa e sustentável. Essa contradição coloca em questionamento a verdadeira situação da produção sucroalcooleira perante a sustentabilidade apoiada nos seus três pilares: econômica, ambiental e social.

De forma a contribuir com esse debate, essa tese parte do trabalho de Gonçalves (2005), que demonstra que a agroindústria canavieira apesar de desfrutar de um grande avanço financeiro e/ou econômico, degrada o meio ambiente e precariza as condições sociais do meio em que esta inserida. Assim, o objetivo deste trabalho é analisar os limites e possibilidades dos balanços sociais no processo de divulgação das práticas socioambientais nas usinas de açúcar e álcool. A pergunta que essa tese pretende responder é até que ponto os balanços sociais divulgados pelas empresas são instrumentos válidos para análise das práticas socioambientais das unidades de produção sucroalcooleira.

Para Sartore (2006) e Pereira (2007), a abordagem da sustentabilidade pelas empresas ocorre através do encontro da responsabilidade social com a governança corporativa e a sua inserção no mercado financeiro. Para ambos autores a responsabilidade social no Brasil pode ser observada em três diferentes períodos: filantropia, estratégia empresarial e sustentabilidade. Inicialmente, sem interferência do Estado, e no segundo período, descrito como de estratégia empresarial, ocorre a união de movimentos sociais à organizações não governamentais. Nesse período, ocorre uma mudança de racionalidade imposta pelo crescimento urbano e a expansão do capitalismo no Brasil, e começam a serem criadas leis trabalhistas que determinam as mínimas condições que os empresários deveriam respeitar. O terceiro e atual período da responsabilidade social apresenta a abordagem da sustentabilidade com o objetivo de garantir a perpetuidade da empresa. Nesse processo as empresas perceberam que iniciativas de responsabilidade socioambiental podem ser utilizadas para reduzir custos, aumentar as vantagens competitivas, minimizar os riscos, administrar a reputação e transformaram as iniciativas socioambientais em estratégias empresariais. Esse processo ocorreu porque o

mercado financeiro enxerga o monitoramento das práticas socioambientais como ferramenta de controle de riscos, e conseqüentemente minimização de prejuízos advindos dos impactos socioambientais das atividades empresariais. Assim, as empresas passam a utilizar mecanismos de monitoramento e de prestação de contas que visam promover a transparência das práticas socioambientais executadas, destacando as auditorias, certificações e balanços sociais. Nesse contexto surgem os institutos construtores de relatórios, indicadores e balanços sociais com objetivo de promover a divulgação das práticas socioambientais das empresas tais como: Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE); Instituto ETHOS de Empresas e Responsabilidade Social e *Global Reporting Initiative* (GRI).

No Brasil em 1981 surge o IBASE, fundado pelos militantes de esquerda Herbet de Souza (Betinho), Carlos Afonso e Marcos Arruda e representou uma mudança profunda e estratégica no processo de conquista da democracia. O IBASE é uma organização que acompanha as políticas públicas, lutando pela democratização da informação levando-a até a base da população. A instituição marcou a história do país com a “Campanha Nacional pela Reforma Agrária”, o “Movimento pela Ética na Política” e a campanha da “Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida”. As primeiras instituições privadas a aproximarem-se do Movimento de Combate à Fome foram a Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos (ABRINQ), Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE). Desde o início, a campanha teve participação das estatais brasileiras como Petrobras, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. Em março de 1997, Betinho escreve o artigo “Empresa pública e cidadã” promovendo ainda mais a importância da responsabilidade social e a publicação periódica anual do balanço social. Em 16 de junho de 1997, devido a grande repercussão do tema, o IBASE inicia a campanha pela divulgação anual do balanço social das empresas, relatando que esse seria o primeiro passo para uma empresa tornar-se verdadeiramente uma empresa cidadã. O primeiro modelo de BS foi elaborado pelo IBASE em parceria com técnicos, pesquisadores e representantes de instituições públicas e privadas. A estratégia de Betinho e dos integrantes do IBASE foi desenvolver um BS compacto e de fácil preenchimento em consenso com todos envolvidos.

Em 1997 é criado o *Global Reporting Initiative* (GRI), a partir de uma parceria entre a *Coalition for Environmentally Responsible Economy*, organismo não governamental americana composta por organizações ambientais, de trabalhadores, religiosos, investidores institucionais e o Programa da ONU para o Meio Ambiente (PNUMA). O modelo proposto

pela organização estipula princípios e normas para relatar, permitindo às organizações a divulgação geral de seu desempenho socioambiental.

Em 1998 é criado o Instituto ETHOS de Empresas e Responsabilidade Social por empresários com origem na iniciativa privada. Sua missão é sensibilizar, mobilizar e ajudar as organizações a administrar seus empreendimentos de forma responsável, transformando-as parceiras na elaboração de um planeta sustentável. O Instituto ETHOS é um pólo de propagação de conhecimento e desenvolvimento de mecanismos para as organizações aprofundarem suas práticas socioambientais. O Instituto ETHOS tem o propósito de auxiliar as organizações a assimilar o conceito de responsabilidade socioambiental e incorporá-lo ao dia-a-dia de sua empresa, num mecanismo contínuo de avaliação e aperfeiçoamento.

O primeiro capítulo da tese inicia-se com a análise das conferências organizadas e realizadas pela ONU, que, preocupada com as mudanças climáticas, redução da biodiversidade, entre outras conseqüências ambientais tem recorrido aos instrumentos de cooperação internacional para buscar formas de preservação do Planeta. É exposta a evolução histórica da Responsabilidade Social Empresarial (RSE) até o momento atual com a publicação de certificações e balanços sociais (BS). Com auditorias, certificações e balanços sociais as organizações monitoram, divulgam e dão transparência às práticas sociais e ambientais.

O segundo capítulo tem como objetivo estudar as iniciativas para avaliação da responsabilidade socioambiental e mecanismos de apoio ao desenvolvimento sustentável e se aprofunda na compreensão do surgimento dos balanços sociais e sua aplicação nas organizações. Inicialmente, são definidos os balanços sociais do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, o relatório socioambiental do *Global Reporting Initiative* (GRI) e os indicadores do Instituto ETHOS. Apesar da existência desses três modelos, várias entidades criam seus formatos, seguindo suas estratégias de comunicação.

No terceiro capítulo, é descrito o CAI sucroalcooleiro objetivando analisar os aspectos econômicos, ambientais e sociais da cultura agroindustrial canavieira. A análise dos aspectos socioambientais que envolvem o sistema de produção canavieiro revela que, apesar da quantidade de empregos gerados, a qualidade desses empregos tem sido muito criticada, especialmente no corte de cana, uma atividade que sempre foi marcada por denúncias de trabalho infantil, trabalho escravo, trabalho degradante e fraudes trabalhistas. Mesmo com o avanço tecnológico e a mecanização das operações agrícolas, o desemprego e a morte por

excesso de trabalho passaram a ocupar lugar de destaque entre os problemas socioambientais da atividade, tornando a situação das comunidades locais ainda mais preocupante. No aspecto ambiental, a expansão da cultura canavieira tem sido apontada como a principal responsável pela exclusão de outras culturas, pela degradação socioambiental e extinção da vegetação nativa, adentrando-se por áreas de preservação permanente e desrespeitando a exigência de áreas de reserva legal. O elevado uso de agrotóxicos e de resíduos industriais sem um efetivo controle dos organismos públicos ainda representa uma ameaça potencial ao meio ambiente e ao homem. Conforme Novaes (2008), nota-se que a partir de 2000, o CAI Canavieiro no Brasil, inicia o movimento de abertura de capital, com negociação de suas ações na Bolsa de Valores, diante das perspectivas de inserção do etanol na matriz energética em todo mundo e consolidação da produção de carros *flex fuel*.

No quarto capítulo, são apresentadas as variáveis de pesquisa oriunda dos balanços sociais publicados pelas usinas de açúcar e álcool com referência ao período de 2001 ao ano de 2008 e disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. Em seguida, é realizada uma análise da receita líquida (RL), folha de pagamento bruta (FPB), os investimentos em programas sociais internos e externos, indicadores ambientais, indicadores dos membros internos e as informações relevantes referentes ao exercício da cidadania empresarial. Nesse capítulo, observa-se uma proximidade entre as usinas e as demais empresas que divulgam os balanços sociais. Ressalta-se que as usinas apresentam informações conforme a conveniência priorizando as informações financeiras em detrimento das demais informações.

Através da análise dos balanços sociais publicados pelas empresas sucroalcooleiras, dos depoimentos dos responsáveis pelos institutos promovedores desses balanços sociais no Brasil (IBASE, ETHOS e GRI), das ações realizadas pelas usinas em prol da sustentabilidade nota-se que os balanços sociais embora sejam instrumentos e mecanismos importantes de divulgação das práticas socioambientais das unidades sucroalcooleiras estão longe de contribuir para o entendimento de que as práticas adotadas de fato contribuem para a sustentabilidade.

1. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

1.1. INTRODUÇÃO

Os conceitos de responsabilidade socioambiental, desenvolvimento econômico e sustentável e sustentabilidade são muito abrangentes. O principal objetivo desse capítulo é apresentar os temas responsabilidade socioambiental, desenvolvimento sustentável e sustentabilidade. Inicialmente é realizada uma análise dos acordos e conferências organizadas e promovidas pela ONU que preocupada com os problemas socioambientais tem utilizado os mecanismos de cooperação na busca de formas de preservação do ecossistema terrestre. Posteriormente, são apresentados os aspectos relacionados ao desenvolvimento econômico e sustentável e suas características. Em seguida é analisada a evolução do conceito de responsabilidade social no Brasil, mostrando que muitas vezes é realizada paternalisticamente desconsiderando os impactos socioambientais. As formas como os setores econômicos e/ou financeiros se relacionam com a sociedade, a descrição de avanços das organizações na comunicação das suas iniciativas socioambientais, dentre eles os balanços sociais, são apresentados nesse capítulo.

1.2. ACORDOS E CONFERÊNCIAS SOCIOAMBIENTAIS INTERNACIONAIS

No início da década de 1970, começaram a ganhar espaço, no cenário mundial, preocupações relacionadas às mudanças climáticas e à qualidade de vida do ser humano. A observação das limitações do modelo de desenvolvimento capitalista e a pressão no que tange aos aspectos socioambientais por ele provocados somado às pressões dos movimentos sociais de vários países colocaram em discussão na sociedade os seguintes problemas: poluição, aquecimento global, erosão do solo, desmatamento florestal, destruição da camada de ozônio, liberdade civis etc. Frente à essas questões colocadas pelos movimentos sociais e a crise socioambiental que assolava o mundo, em 1972 foi realizado em Estocolmo, Suécia, a Conferência sobre Ecossistema, originando daí o conceito de Desenvolvimento Sustentável que iria se consolidar

20 anos depois no Simpósio do Programa das Nações Unidas para o Ecossistema em 1992. A responsabilidade socioambiental deve contemplar todos os relacionamentos da empresa com a comunidade na qual atuam incluindo o atendimento da função social da empresa. Neste contexto, práticas que visem assegurar a transparência, a justiça na distribuição dos ganhos e a proteção ambiental devem ser exigidas (CAMARGO, 2003).

O Clube de Roma, com as discussões sobre a preservação dos recursos ambientais da Terra como água, do ar, do solo, com o acúmulo de dejetos e a degradação socioambiental, publica em 1972 a obra “Os Limites do Crescimento”. Na Conferência da ONU que trata do desenvolvimento Humano em junho de 1972 em Estocolmo, 113 países se comprometeram na preservação do ecossistema terrestre (CAMARGO, 2002).

O Programa das Nações Unidas para o ecossistema terrestre conhecido por PNUMA tem o objetivo de incentivar e promover o cuidado ao meio ambiente, informando e capacitando países a melhorar a qualidade vida de suas populações (CAMARGO, 2002).

Esta Declaração de Estocolmo serviu de base para a Constituição Brasileira, que estabelece: “todos têm direito ao ecossistema terrestre ecologicamente equilibrado, essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público o dever de defendê-lo e preservá-lo para presentes e futuras gerações” (FIORILLO, 2007).

Em 1992, o PNUMA fez uma nova reunião, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento, que conhecida principalmente como ECO-RIO 92. Nela foram discutidos assuntos pertinentes ao desenvolvimento sustentável nos países subdesenvolvidos, cooperação econômica entre os países, e criação urgente da Agenda 21 (PASSOS, 2009).

Segundo Milaré (2007), a ECO-RIO 92 foi realizada para que os países tomassem conhecimento da necessidade de reverter a crescente degradação do ecossistema terrestre, mediante a consideração da variável ambiental em medidas voltadas à compatibilidade do processo de desenvolvimento com políticas públicas de preservação ambiental.

Esse mesmo autor afirma que na Conferência os principais objetivos eram a verificação da situação socioambiental mundial, e estabelecer formas de transferência de tecnologias, examinarem estratégias para incorporação de critérios socioambientais ao processo de desenvolvimento.

Uma das principais contribuições da ECO-RIO 92 dentre muitas, foi a Declaração do Rio

sobre Desenvolvimento (PASSOS, 2009).

O documento mais importante da ECO-RIO 92 foi a proposição da Agenda 21, que estabelece normas e princípios para a promoção do desenvolvimento econômico e socioambiental. Dentre suas recomendações encontram-se as dimensões econômicas e socioambientais para combater a pobreza e mudar as formas de consumo; utilização adequada dos recursos ambientais como o combate ao desmatamento, incentivo da agricultura sustentável, manejo seguro dos resíduos perigosos e proteção dos recursos de água. A Agenda 21 é uma declaração assumida pelos Estados, embora os seus signatários venham desenvolvendo iniciativas socioambientais (PASSOS, 2009).

Na ECO-RIO 92 foi proposto o acordo para redução da liberação de gases do efeito estufa que causam o aquecimento global conhecido como Convenção sobre Mudança do Clima. Inicialmente 154 países foram signatários, e a Convenção entrou em vigor em 1994. Em Berlim na Alemanha, foi realizada a 1ª Conferência dos países participantes da Convenção (GONÇALVES, 2005).

Em dezembro de 1997 foi realizada, em Kyoto no Japão, uma conferência de análise de mudanças climáticas que aprovou o chamado “Protocolo de Kyoto”, que visava conter o processo de destruição das condições de vida da terra e das partes degradadas através de diretrizes básicas firmadas por esse protocolo.

O Protocolo foi assinado em 16 de março de 1998 por 55 países que estavam na Convenção, incluindo os países responsáveis por 55% das emissões totais de dióxido de carbono (GONÇALVES, 2005).

Com o acordo os países comprometeram-se a reduzir as liberações de gases do efeito estufa no mínimo em 5% abaixo dos níveis de 1990 até 2012. Além disso, foi firmada a transferência de recursos financeiros dos países desenvolvidos para outros em desenvolvimento, para obter o desenvolvimento socioambiental sustentável destes países em bases mais seguras.

De acordo com o Protocolo de Kyoto os países menos avançados economicamente devem se beneficiar de recursos financeiros oriundos dos países desenvolvidos. Porém esses recursos financeiros devem ser utilizados em tecnologia na redução de emissão de gases prejudiciais ao ecossistema terrestre (SOUZA- LIMA, 2004).

De acordo com Souza e Miller (2003):

“Buscando viabilizar mecanismos para atingir os parâmetros propostos, o Protocolo criou o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo conhecido por MDL. O artigo 12 permite que os países do Anexo I se beneficiem das reduções de emissões realizadas em países em desenvolvimento, com o intuito de promoção do desenvolvimento sustentável com limitação e redução de emissões”.

Conforme Souza; Miller (2003), dentre os inúmeros tipos de mecanismos de desenvolvimento limpo (MDL) que podem ser desenvolvidos, pode-se citar:

- i. Captura de gás em aterro sanitário;
- ii. Tratamento de dejetos suínos e reaproveitamento de biogás;
- iii. Troca de combustível;
- iv. Geração de energia por fontes renováveis;
- v. Compostagem de resíduos sólidos urbanos;
- vi. Geração de metano a partir de resíduos orgânico (biogásificação);
- vii. Pirólise de resíduos.

O Protocolo de Kyoto é uma maneira dos países investirem em florestamento e reflorestamento, reforma dos setores de energia e por meio do uso de energias renováveis promovendo o resgate de emissões de carbono (GONÇALVES, 2005).

No início do ano 2000, o então Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Kofi Annan, lançou o Pacto Global (*Global Compact*) objetivando mobilizar a comunidade adotar em suas atividades empresariais valores fundamentais nas áreas socioambientais, direitos humanos e no combate à corrupção (PNUD, 2010).

O Pacto Global é uma iniciativa voluntária que visa oferecer normas e princípios na busca do desenvolvimento socioambiental sustentável. Efetua também a complementação às atividades de sustentabilidade das organizações, ele também foi utilizado como base para a criação da ISO 26000, que trata da normatização da responsabilidade socioambiental.

Mesmo com organizações predominando como signatárias do acordo, o Pacto permite que interessados sem fins lucrativos também possam assinar o compromisso. No Brasil, cidades, ONGs, setor público, sindicatos e instituições de pesquisa adotaram o Pacto Global. No país um dos responsáveis por capitanear organizações e seus representantes foi o Instituto ETHOS. Em junho de 2009, o Brasil tinha 338 instituições, considerando organizações com e sem atividades empresariais, signatárias do Pacto (PNUD, 2010).

Assim, o Pacto Global serve para encorajar organizações a adotarem políticas socioambientais. Esse pacto promove diálogo entre as instituições, Organizações das Nações Unidas, ONGs, sindicatos e representantes da sociedade civil para o desenvolvimento de um mercado mundial inclusivo, objetivando incluir a responsabilidade socioambiental no processo de globalização (PNUD, 2010).

Para atingir o objetivo o desenvolvimento socioambiental sustentável, busca-se a colaboração das organizações internacionais com a adoção dos princípios de direitos humanos, trabalho, ecossistema terrestre e corrupção. Apesar do Pacto Global ter como propulsor as Nações Unidas, não tem a intenção de ser um código de conduta. O pacto pretende promover o desenvolvimento humano sustentável, priorizando à vida longa e saudável com acessibilidade ao padrão de vida decente.

O Pacto Global têm dez propostas sendo estabelecidas na sua criação nove e outra incluída posteriormente. Todas são relativas a declarações como: Declaração do Rio sobre Meio Ambiente, Universal de Direitos Humanos, Organização Internacional do Trabalho, Princípios e Direitos Fundamentais do Trabalho e Desenvolvimento e Convenção da ONU (PNUD, 2010).

Esse pacto, criado pelas Organizações das Nações Unidas, considera que as organizações empresariais são as principais fomentadoras do crescimento econômico e/ou financeiro. Assim, devem ter a responsabilidade em promover o desenvolvimento econômico sustentável da sociedade na qual elas interagem. Dessa forma, os interesses dos mais diversos setores envolvidos nas na sociedade (*stakeholders*) devem ser respeitados e considerados em todas as atividades de funcionamento das instituições, sejam elas empresariais ou não.

O Pacto serve para alinhar as políticas e práticas internacionalmente reconhecidas como promovedoras melhorias socioambientais de toda sociedade. Assim, seus princípios tentam reproduzir os objetivos condizentes aos direitos humanos, direitos do trabalho, proteção

ambiental e combate à corrupção.

A tabela 01, baseada em Corrêa (1997), apresenta os envolvidos direta e indiretamente nas operações das organizações e como deveria ser o relacionamento entre ambos em organizações socioambientais responsáveis.

Tabela 01 - Stakeholders (Partes interessadas)

Stakeholders	Contribuições	Demandas Básicas
Clientes	<ul style="list-style-type: none"> • Dinheiro; • Fidelidade. 	<ul style="list-style-type: none"> • Segurança dos produtos; • Boa qualidade dos produtos; • Preço acessível; • Propaganda honesta.
Empregados	<ul style="list-style-type: none"> • Mão de obra; • Criatividade; • Idéias. 	<ul style="list-style-type: none"> • Salários justos; • Segurança e saúde no trabalho; • Realização pessoal; • Condições de trabalho.
Governo	<ul style="list-style-type: none"> • Suporte institucional, jurídico e político. 	<ul style="list-style-type: none"> • Obediência às leis; • Pagamento de tributos
Acionistas	<ul style="list-style-type: none"> • Capital. 	<ul style="list-style-type: none"> • Lucros e dividendos; • Preservação do patrimônio.
Fornecedores	<ul style="list-style-type: none"> • Mercadorias. 	<ul style="list-style-type: none"> • Respeito aos contratos; • Negociação leal.
Concorrentes	<ul style="list-style-type: none"> • Competição; • Referencial de mercado 	<ul style="list-style-type: none"> • Lealdade na concorrência
Comunidade / sociedade	<ul style="list-style-type: none"> • Infraestrutura. 	<ul style="list-style-type: none"> • Respeito ao interesse comunitário; • Contribuição à melhoria da qualidade de vida na comunidade; • Conservação dos recursos naturais; • Proteção ambiental; • Respeito aos direitos de minorias.

Fonte: CORRÊA (1997).

Na tabela 02 podem ser observados os princípios e propostas do Pacto Global da ONU.

Tabela 02: Princípios e Propostas do Pacto Global da ONU

Princípios	Propostas
Princípios de Direitos Humanos	<ul style="list-style-type: none"> • Respeitar e proteger os Direitos Humanos; • Impedir violações de Direitos Humanos;
Princípios de Direitos do Trabalho	<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar a liberdade de associação no trabalho; • Abolir o trabalho forçado; • Abolir o trabalho infantil; • Eliminar a discriminação no ambiente de trabalho;
Princípios de Proteção Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais; • Promover a responsabilidade ambiental; • Encorajar tecnologias que não agridam o meio ambiente;
Princípio contra a Corrupção	<ul style="list-style-type: none"> • Combater a corrupção em todas as suas formas, inclusive extorsão e propina.

Fonte: PNUD (2010)

Os Princípios de Direitos Humanos corresponde as duas propostas iniciais. A primeira proposta propõe que as organizações apoiem e respeitem a proteção de direitos humanos reconhecidos no mundo. A segunda proposta certifica que as organizações não sejam cúmplices em abusos dos direitos. As três áreas de atuação do Pacto Global, no que respeita os direitos humanos são:

- A proteção à vida e segurança;
- Os direitos e liberdades políticas individuais, liberdade de expressão, privacidade, religião e associação;
- Direitos econômicos, sociais e culturais, estabelecimento de padrão de vida digno considerando a alimentação, habitação, saúde, educação, remuneração justa, lazer e descanso.

As quatro propostas seguintes são referentes aos Princípios de Direitos do Trabalho. A primeira proposta desse princípio mostra a necessidade de apoiar a liberdade de associação e reconhecer o direito à negociação coletiva. A próxima proposta visa eliminar todas as formas

de trabalho forçado ou compulsório. As duas outras propostas tratam da abolição efetiva do trabalho infantil e da total eliminação da discriminação no trabalho seja de origem, raça, gênero, credo e religião.

A defesa do ecossistema terrestre é tratada nos Princípios de Proteção Ambiental. A primeira proposta desse princípio, institui a abordagem preventiva das atividades empresariais. As próximas duas propostas definem as iniciativas que visam a promoção da responsabilidade ambiental e incentivam a difusão e o desenvolvimento de tecnologias ambientais limpas. A adoção do Pacto Global tem caráter preventivo e não corretivo, unindo esforços na gestão do ciclo de vida do produto.

Por fim, a última proposta, que se encontra no Princípio contra a Corrupção, estabelece que as organizações devam combater a corrupção em todas suas formas, incluindo a extorsão e a propina. Esse princípio tem o objetivo de fortalecer o desenvolvimento sustentável.

Conforme as organizações vão se envolvendo no compromisso de adoção desses princípios, elas contribuem na criação de uma sociedade mais equânime no aspecto socioambiental além do econômico.

Assim, o Pacto Global deve ser visto com um mecanismo de livre adesão pelas instituições da sociedade civil. Quem adere ao pacto, deve aceitar o compromisso de implantar as dez propostas em suas operações e prestar contas dos avanços realizados em sua implantação a todos os envolvidos através do envio periódico de relatórios elaborados pelas organizações (PNUD, 2010).

A adesão de uma organização ao Pacto Global implica em:

- Adequar as atividades das instituições aderentes ao pacto à implantação das propostas, incorporando-as na sua estratégia e missão empresarial;
- Ter atitudes transparentes, informar periodicamente e publicamente os progressos da implantação dos princípios;
- Manter um diálogo com os grupos de *stakeholders*;
- Informar e sugerir aos parceiros e fornecedores a importância dos princípios do pacto fomentando também sua adesão;

- Comprometer e respeitar as propostas do pacto em todas as regiões do ecossistema terrestre em que a organização executa atividades ou é parceira de outras organizações.

Em Nova Iorque, no período de 6 à 8 de Setembro de 2000, 147 representantes de Estado e de Governo se reuniram para elaborar a Declaração do Milênio das Nações Unidas. No documento foram firmadas estratégias e metas visando superar os diversos problemas enfrentados pela sociedade como: fome e pobreza extrema, falta de acesso a educação, desigualdade entre os sexos, mortalidade infantil, propagação de doenças infectocontagiosas, problemas ambientais etc.

Na exposição dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, observa-se que o mesmo foi criado visando promover países, governos e os grupos empresariais a alcançar metas de desenvolvimento e redução de desigualdades. Os objetivos e metas do Milênio podem ser conquistados com: redução da proporção da população com menos de 1 dólar por dia; aumento da proporção dos alunos que iniciam o 1º ano e atingem o 5º; aumento da taxa de alfabetização dos membros da faixa etária dos 15-24 anos; aumento da proporção de mulheres assalariadas no setor não agrícola; aumento da proporção de mandatos políticos ocupados por mulheres; redução da taxa de mortalidade infantil; aumento da proporção de crianças de 1 ano vacinadas contra o Sarampo; aumento da taxa de utilização de anticoncepcionais; aumento da superfície de terras protegidas para manter a biodiversidade; aumento do produto interno bruto (PIB) por unidade energética consumida (rendimento energético); aumento da proporção da população com acesso a água limpa, pura e inodora, com condições melhoradas de saneamento e habitação; redução da taxa de desemprego da população com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos entre outros (PNUD, 2010).

Embora a iniciativa dos ODM seja uma das poucas resultantes de organismos internacionais a estabelecer metas e objetivos claros e específicos, não se pode dizer que quando um indivíduo passa a ganhar mais de US\$1,00 diariamente, ele está acima da linha da pobreza, pois mensurar recursos financeiros absolutos desconsiderando custo de vida dos países é extremamente complicado (PNUD, 2010).

Nesta declaração foram estabelecidos oito objetivos chamados de Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), com metas estipuladas e passíveis de serem controladas conforme a tabela 03.

Tabela 03: Objetivos e Metas do Desenvolvimento do Milênio

Objetivos	Metas
Melhorar a saúde materna	<ul style="list-style-type: none"> • Reduzir em três quartos, até 2015, a taxa de mortalidade materna;
Atingir o ensino primário universal	<ul style="list-style-type: none"> • Garantir que, até 2015, todas as crianças terminem um ciclo completo de ensino primário;
Erradicar a pobreza extrema e a fome	<ul style="list-style-type: none"> • Reduzir para metade até 2015, a proporção da população cujo rendimento é inferior a um dólar norte-americano por dia; • Reduzir para metade, entre 1990 e 2015, a proporção da população que sofre de fome;
Combater doenças infectocontagiosas	<ul style="list-style-type: none"> • Empenhar recursos financeiros no combate a propagação de doenças infectocontagiosas;
Criar uma Parceria Mundial para o Desenvolvimento	<ul style="list-style-type: none"> • Programar um sistema comercial e financeiro multilateral não discriminatório; • Tratar o problema da dívida dos países em desenvolvimento; • Permitir que os jovens tenham um trabalho digno e produtivo; • Proporcionar acessibilidade a medicamentos essenciais; • Tornar acessíveis os benefícios das novas tecnologias.
Garantir a sustentabilidade ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais; • Reduzir a proporção da população sem acesso a água potável; • Até 2020, melhorar significativamente a vida de pelo menos 100 milhões de habitantes de bairros degradados;
Promover a igualdade entre os sexos	<ul style="list-style-type: none"> • Eliminar a disparidade entre os sexos no ensino primário e secundário e em todos os níveis de ensino até 2015;
Reduzir a mortalidade de crianças	<ul style="list-style-type: none"> • Reduzir em dois terços, até 2015, a mortalidade de crianças com menos de 5 anos;

Fonte: PNUD (2010)

A partir de 2000, organizações ambientais desafiaram as instituições financeiras com campanhas publicitárias de perfil extremamente agressivas destacando alguns bancos comerciais como financiadores de riscos ambientais e sociais (BANK TRACK, 2005).

Como reação dessas campanhas, em outubro de 2002 ocorreu em Londres uma reunião de executivos de grandes conglomerados financeiros, organizado pela *International Finance Corporation* (IFC) e o banco *ABN AmroBank*, visando a discussão de práticas e experiências de investimentos em projetos socioambientais nos mercados emergentes. Assim, foi acertada a necessidade de mensurar as análises de risco em investimentos de grande porte nos países emergentes (AMALRIC, 2005).

Em fevereiro de 2003, ocorreu também em Londres uma segunda reunião, onde foram acertadas as diretrizes iniciais do documento conhecido como “Princípios de Greenwich” (AMALRIC, 2005).

Em maio de 2003, em Dusseldorf na Alemanha, ocorreu uma terceira reunião discutindo os “Princípios de Greenwich” alterando e ajustando de forma definitiva suas intenções atribuindo o nome de “Princípios do Equador”, representando claramente uma divisão entre os países do “Norte” e do “Sul”. Após um mês, seis novas instituições financeiras lançaram as regras dos “Princípios do Equador” (INTERNATIONAL FINANCE CORPORATION, 2004).

Os Princípios do Equador são um conjunto de práticas socioambientais que devem ser realizadas no financiamento de obras com valores acima de um montante mínimo. A expectativa do IFC é que os “Princípios do Equador” sejam utilizados como padrão de implementação de procedimentos relacionados a questões socioambientais no financiamento de obras nos mais diversos setores econômicos e/ou financeiros da sociedade (INTERNATIONAL FINANCE CORPORATION, 2004).

O funcionamento da proposta baseia-se na classificação dos riscos ambientais e sociais de todos os projetos, com valores acima de um montante mínimo, que almejam financiamentos em bancos que respeitam os “Princípios do Equador”. Têm-se, como exemplo, as seguintes classificações: Projetos classificados como “A” representam risco baixo, “B” risco médio e “C” altíssimo risco. Em cada projeto com diferentes graus de risco, serão exigidas ações correspondentes a sua classificação visando garantir a minimização dos respectivos riscos ambientais e sociais na sociedade.

Com pressões das ONGs, movimentos sociais e da sociedade civil, as instituições financeiras devem exigir nos projetos financiados aspectos de sustentabilidade, incluindo nos contratos

cláusulas restritivas e punitivas de crédito às organizações que não respeitarem os princípios de minimização de riscos acordados nos “Princípios do Equador”.

Mesmo com a orientação dos “Princípios do Equador” em não financiar setores de armas e tabaco, muitos bancos mantêm direta ou indiretamente financiamento a estes setores. Abstendo a análise dos impactos desses financiamentos, algumas instituições chegam a alegar que essas atividades, quando organizadas legalmente, geram recursos financeiros sustentando muitas famílias e, o seu corte de crédito pode provocar uma redução da atividade causando desequilíbrio socioambiental nas comunidades que esses setores atuam como principal segmento. Essa visão restrita de financiamento acaba provocando certa resistência da sociedade que, em alguns casos, enxerga as ações de minimização de riscos socioambientais apenas como catalisadora de lucro para as instituições financeiras.

No Brasil os fatores que mais promoveram a implantação dos “Princípios do Equador” foram as pressões das organizações não governamentais, de movimentos ambientalistas internacionais e a busca das instituições financeiras em utilizar como propaganda a adesão ao compromisso de sustentabilidade.

Em julho de 2001 é promulgado pela Comissão das Comunidades Européias o “Livro Verde”, destacando que apesar da razão existencial das organizações seja a obtenção de lucros, elas devem ajudar no cumprimento de objetivos socioambientais mediante mecanismos e iniciativas de responsabilidade socioambiental. Assim, é possível a existência de uma abordagem inclusiva, condizente a uma estratégia de longo prazo que minimize os possíveis impactos decorrentes de incógnitas.

Os resultados positivos das iniciativas socioambientais podem melhorar as condições de trabalho e aumentar a produtividade dos trabalhadores. Em contrapartida, as críticas dirigidas às iniciativas socioambientais de uma organização podem afetar seus produtos, suas marcas e a sua imagem.

Com relação à gestão socioambiental das organizações, um dos maiores desafios é a retenção de talentos. Neste contexto, entre as medidas possíveis de serem adotadas podem incluir a aprendizagem ao longo da vida; valorização dos membros internos; comunicação; equilíbrio interpessoal; diversidade de recursos humanos; igualdade nas relações; participação nos lucros e manutenção do emprego (LIVRO VERDE, 2001).

Na gestão ambiental deve ocorrer uma redução na exploração de recursos, nas emissões poluentes ou na produção de resíduos contribui para minimizar o impacto ambiental. Determinadas instituições afirmam que uma exploração com menor intensividade é passível

de provocar um aumento dos lucros e uma competitividade reforçada (LIVRO VERDE, 2001).

O “Livro Verde” foi lançado com o intuito de promover um debate sobre o conceito de responsabilidade socioambiental das organizações e identificar aspectos que possibilitam o desenvolvimento socioambiental na Europa. Destacando, principalmente, que um comportamento socialmente responsável é fonte de êxitos comerciais e que implica na gestão da mudança de comportamento, no qual as organizações tendem a buscar compromissos equilibrados para todas as partes envolvidas.

Em 2002, na véspera da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada em Johannesburgo, na África do Sul, foram divulgadas informações onde 40% da população mundial enfrentavam a escassez de água; a cada ano, 3 milhões de pessoas morriam de doenças causadas pela poluição; 90 milhões de hectares de florestas foram destruídos na dentre outros problemas. A ONU acreditava que com esse encontro de 22.000 representantes de 193 países fosse possível reaver o clima de consenso. Porém o espírito de cooperação transformou-se em falta de empenho dos países ricos em arcar com suas responsabilidades. Pode-se notar que por falta de poder fiscalização e punição global esses mecanismos não possuem sanções para coibir o seu descumprimento, cabendo assim, a cada governo torná-los em leis para garantir a sua efetivação (SOUZA; MILLER, 2003).

Em 2003 o programa *Principles for Responsible Investment* (PRI), ou Princípios para o Investimento Responsável, são criados pela Organização das Nações Unidas (ONU). Esses princípios sintetizam o compromisso dos grandes investidores institucionais internacionais e agentes do mercado em direcionar investimentos em projetos empresariais sustentáveis. Em abril de 2006, com a participação do Kofi Annan, o PRI tem o seu lançamento oficial na Bolsa de Valores de Nova Iorque, com os 20 maiores investidores mundiais. Esse processo teve a coordenação da Iniciativa Financeira do Programa da ONU para o ecossistema terrestre (UNEP FI) e pelo Pacto Global das Nações Unidas. A sua formulação teve o auxílio de muitos representantes da sociedade civil como organizações financeiras, organizações governamentais e não governamentais e ainda especialistas do meio acadêmico (PNUD, 2010).

O programa consiste em seis princípios básicos que valorizam os aspectos socioambientais e de governança corporativa e pode ser observado na tabela 04.

Tabela 04: Princípios e recomendações para o Investimento Responsável

Princípios	Recomendações
Incorporação dos temas de ESG nas políticas e práticas de manutenção de ativos	Desenvolver e divulgar uma política de acompanhamento de participação ativa de acordo com os Princípios; Desenvolver capacidade de engajamento (por meios diretos ou por terceirização); Participar no desenvolvimento de políticas, regulamentação e estabelecimento de padrões (tais como a promoção e proteção dos direitos dos acionistas);
Inclusão das questões de ESG na análise de investimento	Enfatizar as questões de ESG nas políticas de investimentos; Apoiar o desenvolvimento de ferramentas, métricas e métodos de análises relacionados aos fatores de ESG; Avaliar as capacidades dos gestores de investimentos internos de incorporar os fatores de ESG; Avaliar as capacidades dos gestores de investimentos externos de incorporar os fatores de ESG;
Implementação dos princípios no conjunto de investidores institucionais	Incluir requisitos relacionados aos Princípios nas solicitações de propostas (RFPs – <i>Requests for Proposals</i>); Alinhar mandatos de investimentos, procedimentos de monitoramento, indicadores de desempenho e estruturas de remuneração de forma adequada (por exemplo, garantir que processos de gestão de investimentos considerem horizontes de longo prazo quando apropriado); Comunicar as expectativas com relação aos fatores de ESG para prestadores de serviços de investimentos;
Busca da transparência nas organizações quanto às questões de ESG.	Solicitar relatórios padronizados sobre as questões de ESG (usando ferramentas como Relatórios de Responsabilidade Socioambiental, entre eles o <i>Global Reporting Initiative - GRI</i>); Solicitar que as questões relacionadas a ESG sejam integrados dentro dos relatórios financeiros anuais; Solicitar informações a organizações no que se refere a adoção ou aderência às normas relevantes, padrões, códigos de condutas ou iniciativas internacionais;
Divulgação dos progressos de implementação dos Princípios	Divulgar como os fatores de ESG estão integrados com as práticas de investimento; Divulgar atividades de acompanhamento das organizações (votação, engajamento, políticas de diálogo); Divulgar o que é solicitado aos prestadores de serviços em relação aos Princípios; Comunicar aos beneficiários sobre as questões de ESG.
Busca da eficiência na implementação dos Princípios	Apoiar/participar de redes de relacionamento e informação para compartilhar ferramentas e recursos e fazer uso de relatórios de investidores como fonte de aprendizagem; Endereçar coletivamente assuntos emergentes relevantes; Desenvolver ou apoiar iniciativas de colaboração consideradas adequadas;

Fonte: IDIS (2010)

Os Princípios para o Investimento Responsável incluem critérios socioambientais e de governança, ou *Environmental, Social and Corporate Governance* (ESG), tornando os mercados financeiros internacionais mais sustentáveis. Os PRI procuram alinhar práticas de investimento com as metas e Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) das Nações Unidas contribuindo, desse modo, para uma economia global mais estável e inclusiva (IDIS, 2010).

No início de 2010, os Princípios para o Investimento Responsável tinha 700 signatários com aproximadamente de US\$ 20 trilhões em ativos. Depois de quatro anos do seu início oficial, a quantidade de signatários multiplicou-se rapidamente, mostrando uma maior procura e interesse de gestores e investidores institucionais em aplicar os recursos de forma mais responsável envolvendo todos os interessados na sociedade (IDIS, 2010).

A iniciativa de sua criação baseia-se no entendimento de que o crédito alimentado pelas instituições financeiras é o propulsor da economia global e que os seus critérios de decisões devem refletir as questões socioambientais. Dessa forma, as ações de financiamentos das organizações devem estar casadas com os objetivos de toda sociedade, comprometidas com critérios socioambientais além do econômico no longo prazo.

Conforme IDIS (2010), os benefícios dos Princípios para o Investimento Responsável são:

- Uma estrutura comum para integração de temas de ESG;
- Apoio do secretariado do PRI, que também elabora manuais de implementação e facilita que grupos de trabalho discutam temas de interesse comum;
- Acesso à rede global de boas práticas empreendidas por diversos parceiros;
- Oportunidade de colaborar com outras adesões aumentando sua visibilidade como instituição altamente comprometida com os temas de ESG.

Em Copenhague na Dinamarca, foi realizada a 15ª Conferência das Partes (COP 15) da Convenção ONU sobre o Clima. A chegada de Barack Obama ao poder nos EUA, a crise econômica e os estudos científicos mostrando os impactos socioambientais do aquecimento global não modificaram as decisões na COP 15 em Copenhague.

A atividade humana é uma das principais causa do aquecimento global, e na prática, todos os setores da economia têm contribuído para catalisar o problema. Para a Organização Mundial de Saúde (OMS), entre 1970 e 2008 ocorreu aumento dos problemas socioambientais no Brasil, provocando a morte de pessoas (SOUZA; MILLER, 2003).

A Conferência do Clima de Copenhague mobilizou a população mundial e alavancou a discussão de problemas socioambientais provocados pela devastação ambiental das atividades empresariais em todo mundo. A maior vitória foi o destaque internacional de ONGs e movimentos socioambientais nos meios de comunicação.

1.3. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A partir das últimas décadas, alguns economistas começaram a enxergar que os desgastes do ecossistema terrestre e a sua preservação devem ser discutidas na política econômica e ambiental com efetiva participação do Estado (ROCHA, 2004).

Um exemplo da mudança de comportamento na sociedade pode ser vista no relatório sobre os limites do crescimento desenvolvido pelo Clube de Roma no ano de 1968. Nesse relatório pessimista previa-se que todas as reservas energéticas como petróleo, carvão e combustíveis fósseis seriam esgotadas até o ano 2030. Nesse documento era proposto crescimento zero da economia mundial para atenuar o desgaste do meio ambiente. No entanto uma parte da população que sofre de carência social seria penalizada já que teriam mantidos baixíssimos índices de qualidade de vida. Com isso a problemática ambiental seria amenizada, mas com o agravamento dos problemas socioambientais de disparidade da qualidade de vida da população. Diante dessa perspectiva, muitos críticos condenam essa análise de poupar o ecossistema terrestre com baixo ou sem crescimento econômico e/ou financeiro. Mas deve-se salientar que nem sempre crescimento econômico e/ou financeiro trouxe desenvolvimento econômico para todos os países (ROCHA, 2004).

Durante a década de 1970 são criados os termos ecologização e ecodesenvolvimento que influenciam muitos estudiosos sobre o assunto. Para Sachs (1981), a sociedade não precisa sacrificar o seu desenvolvimento para evitar o desgaste do meio ambiente. O uso racional dos recursos ambientais juntamente com a utilização de energias alternativas, como a eólica e a solar, permite produzir riquezas sem exaurir o meio ambiente.

Para sobrepor o polêmico relatório do Clube de Roma que sugeria crescimento zero, a partir de 1980 começa a surgir o conceito de desenvolvimento sustentável que, conforme o Relatório *Brundtland*, é aquele desenvolvimento que visa atender as necessidades atuais, mas sem comprometer o desenvolvimento futuro. Esse novo conceito originou-se para tentar

conciliar crescimento econômico e/ou financeiro e desenvolvimento econômico visando eliminar a pobreza e diminuir as desigualdades, mas sem degradar o meio ambiente, ou desgastar o mínimo possível para que esse possa ser regenerado naturalmente.

Mesmo com a imensa aceitação, divulgação e propagação do termo desenvolvimento sustentável na sociedade sua interpretação e aplicação é muito divergente. Atualmente, suas incontáveis definições e interpretações têm provocado muitas dificuldades em verificar o que realmente é ou não desenvolvimento sustentável. Muitos setores têm adotado o título de sustentável mesmo com sua reconhecida e notória depreciação socioambiental, como exemplo o setor sucroalcooleiro.

Apesar de muito ser discutido, o avanço tecnológico, tem proporcionado à uma pequena parte da sociedade níveis de qualidade de vida surpreendentes. Mas isso ocorre com a degradação ambiental e sacrifício da imensa maioria da população que vive com baixos índices de qualidade de vida provocando enorme desigualdade social. Dessa forma, deve-se analisar a maneira como vem ocorrendo essa melhora de vida da elite societária em detrimento socioambiental.

A vertente que estuda a degradação ambiental conhecida como Economia Ambiental (*mainstream* neoclássico) nem sempre considerou os recursos ambientais como fonte de insumos e nem como depósito de externalidades. Assim, o ecossistema terrestre no longo prazo, não era considerado como fator limitador da expansão econômica. Esta noção de infinitude dos recursos ambientais foi alvo de feroz crítica por diversos autores, e com o tempo foi modificada e incluída na função da produção. No entanto, permaneceu o conceito de que as limitações colocadas pela disponibilização de recursos ambientais eram apenas parciais, podendo ser superadas pelo progresso científico. Isto é, com o avanço tecnológico pode-se variar a forma de produzir determinado produto, substituindo os insumos caros e escassos por outros abundantes e baratos. O avanço tecnológico é o fator que permite a mudança da base de recursos, permitindo o crescimento econômico e/ou financeiro, sem o ecossistema terrestre atuar como atenuante do crescimento (ROMEIRO, 2001).

Dessa forma, mecanismos e ferramentas do mercado são os principais responsáveis pelo aumento infinito dos limites da utilização dos recursos ambientais como insumo ao crescimento. Para recursos não transacionados no mercado e de natureza e interesse público como ar e água, os mecanismos de mercado apresentam falhas, e é necessária intervenção para alterar a forma de pagamento de utilização desses recursos. Entretanto, para recursos como insumos transacionados no mercado, esse mecanismo de mercado pode apresentar

resultados satisfatórios, pois à medida que a escassez aumenta, os preços aumentariam favorecendo a introdução de inovações, que permitiria modificação ou poupança de recursos, trocando por outro recurso mais abundante (ROCHA, 2004).

Os recursos ambientais têm utilidades diferentes e, portanto, valores distintos para públicos com interesses específicos e normalmente, conflitantes. Esses recursos, além de finitos e escassos têm utilidades alternativas, variadas e com interesses antagônicos (ROMEIRO, 2001).

Segundo Rocha (2004), esses interesses mudam conforme o grau de desenvolvimento da sociedade. Nota-se que num estágio inicial de desenvolvimento da sociedade, a população é até conivente com a degradação ambiental vinda com o crescimento econômico e/ou financeiro. A partir de certo nível de bem estar da sociedade, a população torna-se solidária com a preservação ambiental e se dispõe a pagar pela melhoria ambiental. Esse comportamento pode ser explicado pela curva de Kuznets: conforme a renda per capita aumenta com o crescimento econômico e/ou financeiro a degradação socioambiental aumenta até um ponto, a partir do qual a qualidade socioambiental começa a melhorar.

As soluções ideais, para essa vertente, seriam direcionadas pela criação de condições para o funcionamento dos mecanismos de livre mercado com a eliminação do interesse público conhecida como negociação coaseana; ou através da mensuração financeira e/ou econômica da degradação socioambiental e imposição de pagamento desses valores através de taxas, conhecida como taxa pigouviana (ROMEIRO, 2001).

A negociação coaseana, implica em privatização dos recursos naturais, esbarrando no elevado custo de negociação entre os agentes envolvidos. Para Coase, os efeitos causados no ecossistema terrestre era interesse privado frente a outro interesse privado e não privado frente a um público. Com isso, a propriedade privada sobre o meio ambiente seria a solução ideal para a sociedade, pois um bem público não poderia ser efetivamente preservado pelo fato de que o que é de todos não é de ninguém. Assim, privatizar todos os recursos ambientais seria a melhor solução (ROCHA, 2004).

A taxa pigouviana, prevê a precificação da degradação socioambiental e o repasse desses valores para os preços dos produtos advindos do crescimento econômico e/ou financeiro. Parte-se do princípio da existência de uma curva de custos da degradação socioambiental, ignorando o caráter imprevisível das catástrofes ambientais. Mas para Pigou (1920), a política ambiental mais eficiente é a que cria mecanismos e iniciativas, através da precificação, para

que os agentes “internalizem” os custos do desgaste socioambiental provocados pelos agentes socioeconômicos. Para Pigou (1920), os efeitos involuntários dos empreendimentos e atividades produtivas das organizações, são denominados externalidades (ROCHA, 2004).

Para minimizar essas externalidades negativas deveria ocorrer a ação do Estado através da tributação. Essa tributação deve refletir o custo socioambiental infringido à sociedade pelo desgaste socioambiental, provocado pela utilização dos recursos ambientais por um único agente. Assim, incorporando os custos socioambientais nos preços dos produtos, as instituições não teriam motivos para deixarem de poluir (ROMEIRO, 2001).

O teorema de Coase fundamenta-se no direito de propriedade e não na valoração econômica como o modelo de Pigou, que vê no Estado o agente mais eficaz para controlar e regulamentar as externalidades. Mas tanto Coase, pregando a livre negociação, como Pigou, propondo a cobrança de tarifas, taxas e contribuições, propõe que deve ser o livre mercado o definidor das compensações ao ecossistema terrestre das mazelas ocasionadas pelo sistema econômico capitalista. Mesmo admitindo a eficiência alocativa do livre mercado sugerida por Coase e Pigou, essa vertente esbarra, respectivamente, na dificuldade em mensurar para um custo social um valor monetário e na definição do direito de propriedade na utilização dos recursos ambientais juntamente com os benefícios e externalidades. Para ambos os autores, as soluções para as questões ambientais apenas serão formadas no momento que os recursos se tornarem escassos. O responsável para diagnosticar a melhor maneira de tratar da preservação do ecossistema terrestre seria o mercado livre. O poder de mercado é o definidor do grau de escassez dos recursos ambientais (ROCHA, 2004).

Dessa forma, a discussão da vertente Economia Ambiental está centralizada na criação de mecanismos visando a eficiência de alocação dos recursos naturais, ou seja, na escolha do conjunto de bens de forma a empregar da melhor maneira os recursos naturais, com avanços científicos de produção (SOUZA, 2006).

A escolha de alocações eficientes dos recursos ambientais pode ser realizada por mecanismos de mercado com base na cultura neoclássica, construindo mercados hipotéticos para esses recursos, determinando a alocação ótima dos mesmos. Na teoria neoclássica, o desgaste do ecossistema terrestre provocado pelo crescimento econômico e/ou financeiro é causado pelo desperdício dos recursos ambientais devido ao fato de não existir regras de preservação e manutenção do ecossistema terrestre (ROMEIRO, 2001).

A economia ecológica engloba a problemática da utilização e alocação dos recursos

ambientais valorizando o uso sustentável, respeitando a capacidade da natureza em suportar os dejetos impostos pelo funcionamento das atividades empresariais da economia sem esquecer os benefícios e malefícios da expansão da atividade humana (MATTOS *et. al.*, 2005).

Constanza (1994) afirma que é uma abordagem transdisciplinar, que supera as concepções tradicionais, que contempla todo o inter-relacionamento entre os sistemas ecológico e econômico. Ela deve absorver as relações sociais além de incorporar a análise ecológica do longo prazo. A análise econômica deve superar os limites empresariais abrangendo todo o ecossistema incorporando as conseqüências das decisões econômicas.

Para May (1996), essa nova abordagem prega a conservação dos recursos ambientais, procurando assim evitar catástrofes socioambientais. Para a autora, a escassez dos recursos ambientais e a capacidade de absorção das externalidades provocados pelo crescimento industrial, não são sumariamente superáveis pelo progresso tecnológico. Assim, a alocação e distribuição, normalmente aceitos na análise econômica, a economia ecológica embuti o conceito de escala, referente a quantidade física de energia e matéria convertido e absorvido nos processos entrópicos da expansão econômica.

Conforme May (1996), a economia ecológica possui duas principais vertentes metodológicas principais:

- Expandir as fronteiras da análise tradicionalmente aceita de custo-benefício utilizando métodos de valoração ambiental.
- Limitar as interferências da economia no ecossistema terrestre e reconhecer a dificuldade em expandir as fronteiras da análise tradicionalmente aceita de custo-benefício para quantificar as interações entre a atividade econômica e as funções ecológicas. Assim, essa vertente reconhece a dificuldade da participação de toda sociedade no processo de decisão de escolha de políticas públicas com percepções diferentes de valores.

Para muitos autores, como Mattos *et. al.*, (2005) e May (1996), a economia ecológica visa o desenvolvimento sustentável, procurando a preservação dos recursos ambientais ao longo do tempo.

Atualmente, a discussão sobre crescimento econômico e/ou financeiro tem sido ampliada para incluir outros elementos de bem estar social. Para manter a utilização dos recursos ambientais ao longo do tempo, deve-se utilizar recursos ambientais renováveis além de otimizar a eficiência dos recursos não renováveis utilizados e substituí-los com novas tecnologias

(MATTOS *et. al.*, 2005).

Apesar do desenvolvimento econômico englobar o crescimento financeiro e econômico eles se diferenciam pelo fato do desenvolvimento econômico procurar melhorar a condição social e bem estar da população. O desenvolvimento financeiro e econômico abrange uma série de aspectos que proporcionam o bem estar da sociedade, sendo o Estado o principal agente indutor ao desenvolvimento, cabendo a ele a promoção de ações que viabilizem as necessidades para reduzir o índice de pobreza, criar oportunidades de emprego, expandir a renda, evitar desigualdades sociais, elevar a qualidade de vida e mensurar o uso de recursos ambientais promovendo o uso sustentável (ROCHA, 2004).

Para Common (1995), o desenvolvimento sustentável da sociedade deve ter três características ecológicas:

- A população no ecossistema terrestre deve ser relativamente estável ou até mesmo decrescente;
- As atividades produtivas das organizações não devem ultrapassar os limites dos recursos ambientais impostos pela biosfera.
- Os benefícios proporcionados pelo sistema produtivo não devem estar relacionados com o aumento dos níveis de consumo dos recursos ambientais ou de atividades que proporcionam a diminuição da produtividade do ecossistema.

Uma questão que vem sendo muito discutida é a necessidade de termos um desenvolvimento sustentável, que respeita os limites dos ecossistemas. As energias devem ser conduzidas para limitar a escala a um nível sustentável. O desgaste do ecossistema terrestre tem sido estudado, pelo pensamento econômico, procurando analisar o preço de um produto e os custos dos efeitos ambientais externos das atividades produtivas, fazendo com que o preço final incorpore a degradação do meio ambiente. Essa análise sobre como embutir desgaste ambiental nos preços dos produtos, esquece que a micro economia está dentro de outro sistema que é a biosfera terrestre (MATTOS *et. al.*, 2005).

A biosfera é a fornecedora de matéria/energia e é também o depósito de energia dos processos econômicos, sendo macroeconomia outro sistema aberto da biosfera e altamente dependente dela. Desta forma, as trocas físicas que atravessam a fronteira entre o sistema ecológico e o sistema econômico constituem objeto de estudo da economia ecológica. A economia necessita de uma escala de tamanho físico, volume físico do fluxo de energia e matéria adequada ao meio ambiente. É fundamental definir essa escala da economia em relação ao ambiente, pois o

sistema econômico não pode alterar a biosfera indefinidamente, da qual a economia é um subsistema. A economia tem que estabelecer um tamanho para que o ecossistema possa suportá-la como provedora de recursos e como local de despejo dejetos. A manutenção da vida pode ser interrompida caso os processos econômicos ultrapassem os limites da capacidade de regeneração da biosfera. Como não existe a possibilidade de internalizar o desgaste, a alternativa é a incorporação dos desgastes do ecossistema terrestre (externalidades) nos preços dos bens e/ou serviços. O desenvolvimento econômico ecologicamente sustentável depende do ecossistema terrestre como fonte de recursos ambientais ou para evacuação de energia e matéria (MATTOS *et. al.*, 2005).

Não remover do ecossistema terrestre mais que a própria regeneração e não propiciar quantidade maior que sua absorção e/ou regeneração irá impor limites sustentáveis ao ecossistema terrestre evitando o rompimento desses ecossistemas (ROCHA, 2004).

Um processo econômico é sustentável quando a situação onde as funções ambientais críticas são respeitadas, tais como: absorção e neutralização dos dejetos das atividades empresariais; e manutenção da estabilidade climática do ecossistema. Mas, por outro lado, se eles forem ofertados com elevados custos, encarecerá o preço dos produtos produzidos podendo acarretar em exclusão impedindo o acesso a esses produtos (CAVALCANTI, 1995).

A partir do momento em que deixa de existir compatibilidade do sistema, o ecossistema tem a necessidade de adaptar a relação entre a sociedade e a natureza. Avaliar economicamente o ecossistema terrestre tem como objetivo mostrar o valor econômico que a natureza pode fornecer ou até mesmo o prejuízo que pode ocorrer caso essa venha a ser alterada permanentemente (ROMEIRO, 2001).

Mas deve-se ressaltar que alterar a biodiversidade terrestre acarretará em problemas socioambientais como malefícios: aquecimento global, alteração climática e do ciclo hidrológico, extinção da fauna e da flora além do encarecimento da captação e da utilização dos recursos ambientais (ROCHA, 2004).

Para que o processo de geração de bens e serviços continue a ser produtivo, os custos dos desgastes do meio ambiente, advindo do alto consumo dos recursos naturais, têm que ser embutidos nos processos econômicos.

Para diversos autores, como May (1996), Cavalcanti (1995) e Mattos *et. al.* (2005), a demanda de produtos e serviços proporcionados à custo zero é maior do que se tivesse um custo embutido. E assim, a grande demanda proporcionada pelo custo zero pode romper a

regeneração do ecossistema.

Para evitar a deterioração do ecossistema terrestre ou somente adiá-lo, os recursos ambientais devem ser tratados com altíssimos valores econômicos para que possam ser usados de forma correta beneficiando toda a sociedade e suas próximas gerações. Pois, reduzi-los à baixo custo proporcionará um risco de exaurirmos os recursos colocando em risco a sustentabilidade do ecossistema terrestre.

Mas simplesmente precificar as externalidades das atividades empresariais não resolverá definitivamente os problemas dos impactos das atividades no meio ambiente. Se apenas ocorrer essa precificação, corre-se o risco de criarmos a idéia de que somente uma parcela abastada da sociedade tem o direito (devido à situação financeira) de usufruir e poder pagar pelo uso e benefício dos produtos advindos da atividade econômica. Juntamente com a precificação dos recursos ambientais devem-se criar políticas públicas para minimização das externalidades negativas do livre mercado assegurando uma alocação de recursos beneficiando a sociedade (ROCHA, 2004).

A elevação de preços dos produtos e serviços, devido à inclusão dos desgastes socioambientais, pode evitar o desperdício de recursos naturais, mas deixar que o mercado resolva esses impactos seria ingenuidade, pois na economia de mercado a classe dominante tem a prática de internalizar os lucros e externalizar os custos à toda sociedade (ROMEIRO, 2001).

Reduzir e minimizar desperdícios, manter em baixos níveis o consumo de determinados recursos naturais, maximizar a renovação com a regeneração natural, beneficiando toda a sociedade, permitirá um desenvolvimento menos impactante para o ecossistema terrestre e com menor utilização de recursos naturais. Para que isso ocorra é necessário mudar a lógica de consumo imposta pelo capitalismo como a rápida obsolescência.

Segundo Marx (1975), os agentes econômicos quando procuram introduzir alguma mudança no processo de produção esperam a valorização do capital e do aumento da taxa de lucro. O progresso técnico significa o progresso das técnicas capitalistas de produção, visando a valorização do capital e aumento das taxas de lucro.

A inversão do capital para o progresso técnico é uma decisão do sistema capitalista, mediada por toda uma análise estratégica das possibilidades de retorno, de valorização do capital, levando em consideração as variáveis de natureza política e financeira podendo alterar o ritmo e a intensidade do progresso técnico (ALVES, 1991).

Na lógica do sistema capitalista, os recursos ambientais e produtivos são utilizados intensivamente visando obter lucro, não considerando critérios socioambientais. O livre mercado e sua lógica baseada no princípio da destruição produtiva e permanente dos recursos ambientais não aceitam obstáculos em sua trajetória de desenvolvimento. Enquanto os pressupostos da política econômica marxista não serem levados em consideração ao mercado, a teoria Marxista continuará sendo uma ameaça ao capitalismo neoliberal. Dessa forma, é considerado um empecilho à economia de mercado, projetando as necessidades socioambientais como objetivos essenciais ao invés de priorizar o lucro máximo (FOLADORI, 2001).

Para Marx (1975), as relações neoliberais de produção são as causas centrais da deterioração do ecossistema terrestre e das relações socioambientais. Isso ocorre porque a relação entre o homem e a natureza é mediada por relações entre classes que possui objetivos determinados pelo grupo que representam, sendo que esses interesses dificilmente são harmônicos ou universais. A relação do homem com o ecossistema terrestre quase nunca pode ser considerada como neutra. Toda e qualquer apropriação dos recursos ambientais está sempre orientada por interesses particulares e, invariavelmente, abusivos aos interesses de toda sociedade (SOUZA-LIMA, 2004).

As teorias e políticas econômicas contrárias à atual fase neoliberal do capitalismo, apenas serão consideradas quando a população e a economia contaminar-se e tornar-se improdutiva. As conseqüências de um ecossistema terrestre inviabilizado para a produção provocam problemas para o sistema econômico. Dessa forma, os recursos ambientais serão importantes não porque atendem a necessidades sociais, mas porque, quando contaminados, coloca em risco o êxito econômico. Quando a utilização indevida dos recursos ambientais afeta o sistema econômico, eles tornam-se essenciais (SOUZA-LIMA, 2004).

Mas deve-se ressaltar que o atual modelo capitalista de crescimento econômico e/ou financeiro provocou grandes alterações para todo ecossistema terrestre. De um lado, gerou riqueza no mundo, mas por outro provocou enormes distorções socioambientais. Frente a esta constatação, desponta a idéia do desenvolvimento socioambiental sustentável, procurando equilibrar o desenvolvimento econômico e/ou financeiro com a preservação do ecossistema terrestre visando o desenvolvimento socioambiental.

Segundo Cavalcanti (1995), o desenvolvimento sustentável tem seis características que podem ser entendidas como metas:

- A satisfação das necessidades primárias da população (alimentação, educação, lazer, saúde etc.);
- A solidariedade para com as próximas gerações (preservação dos recursos ambientais de modo que elas tenham chance de viver);
- A conscientização da necessidade de preservação do meio ambiente;
- A preservação dos recursos ambientais (água, oxigênio etc.);
- A elaboração normas, procedimentos e ferramentas que garantam o emprego, respeito a outras culturas, erradicação da miséria e do preconceito;
- A efetivação dos programas educativos.

Na definição da comissão mundial sobre ecossistema terrestre da ONU o desenvolvimento sustentável é:

“Aquele que atende às necessidades do presente sem provocar alterações que comprometam a possibilidade das gerações futuras atenderem as suas necessidades, podendo também ser empregado com o significado de melhorar as condições de vida humana dentro dos limites da capacidade dos ecossistemas”. (MILARÉ, 2007)

Milanez (2002) afirma que o conceito de sustentabilidade tem destaques os seguintes princípios:

- Princípio precautório: determina que onde houver possibilidade de prejuízos sérios à saúde dos seres vivos, a ausência de certeza científica não deve adiar medidas preventivas;
- Princípio preventivo: os riscos e os danos ambientais devem ser avaliados previamente e evitados quando possível;
- Princípio compensatório: compensações às vítimas de poluição, sendo o ressarcimento aos danos ambientais devem estar previstos na legislação;
- Princípio do poluidor pagador: os custos da remediação ambiental e das medidas compensatórias devem ser arcados pelas partes responsáveis.

A agressão aos bens da natureza e à própria teia da vida, pondo em risco o destino do homem, é um dos males que vem apavorando a humanidade. Diante disso, as Conferências da ONU criaram o princípio do desenvolvimento sustentável. Foi em Estocolmo que surgiu o termo empregado nesse princípio na Conferência Mundial de Meio Ambiente, no ano de 1972, que foi seguida pelas outras conferências relacionadas ao meio ambiente.

Os princípios do desenvolvimento socioambiental sustentável procuram à manutenção das bases fundamentais da reprodução humana e também de suas atividades, garantindo no mesmo nível a relação entre os seres humanos juntamente com o ecossistema terrestre em que estão inseridos, assim as próximas gerações poderão desfrutar dos mesmos recursos ambientais disponíveis no presente.

O desenvolvimento sustentável procura conciliar a proteção do ecossistema terrestre com o desenvolvimento socioeconômico para a melhoria da qualidade de vida do homem. É inquestionável a relevância do desenvolvimento para a sociedade. Entretanto, o desenvolvimento econômico e desenvolvimento socioambiental devem coexistir, de modo que aquela não ocasione na extinção deste (FIORILLO, 2007).

Há de ressaltar que o desenvolvimento sustentável não objetiva limitar o desenvolvimento econômico. É notório que a atividade econômica, freqüentemente, representa dano ao meio ambiente, porém, busca minimizá-lo, então, pensar de outra forma, equivale dizer que nenhuma indústria que tenha a probabilidade de deteriorar o ecossistema terrestre será instalada, pois não é essa a intenção. A interpretação correta é de que as atividades sejam realizadas por mecanismos adequados para diminuir a degradação ambiental (FIORILLO, 2007).

Mas é necessário estabelecer a diferença entre crescimento e desenvolvimento. A diferença é que o crescimento econômico e/ou financeiro nem sempre leva à igualdade nem à justiça sociais, pois não considera a qualidade de vida, somente o acúmulo de riquezas numa pequena parcela da sociedade. O desenvolvimento econômico, por sua vez, preocupa-se não apenas com a geração de riquezas, mas também na maneira de distribuí-las, de melhorar as condições de vida de toda sociedade.

Atualmente, um índice muito utilizado para medir esse desenvolvimento é o Índice de Desenvolvimento Humano ou IDH. Esse índice revela o desempenho econômico e socioambiental de um país, estado ou município, cuja finalidade maior é apresentar, conforme o seu nome, uma medida de desenvolvimento humano. O IDH é um indicador que pode servir

como medidor comparativo de desenvolvimento econômico, e pode ser considerado como qualidade de vida oferecida para a sociedade preocupando-se com as seguintes variáveis: vida saudável, acesso às condições de higiene e saúde, acesso à educação, padrão de vida, expectativa de vida, PIB per capita dentre outros.

1.4. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E O BALANÇO SOCIAL

A Responsabilidade Social vem sendo um tema muito discutido e requerido pela sociedade, não apenas pelos organismos não governamentais e entidades da Administração Pública, mas também pelas organizações privadas. A partir de 1960, trabalhadores europeus e norte-americanos, começaram a exigir das organizações informações socioambientais, ampliando a informação que as organizações forneciam, dando origem à implantação do Balanço Social em 1977. Na França a publicação do balanço social é obrigatória nas organizações que possuem 300 ou mais funcionários. A sociedade vem exigindo maior transparência quanto à revelação de informações socioambientais e econômicas, legitimando a existência das organizações. Como as organizações consomem recursos ambientais direta e/ou indiretamente, que constituem parte integrante da sociedade, elas devem revelar informações de como utilizam esses recursos (TINOCO, 2006).

O Balanço Social está se propagando em diversos países europeus como Alemanha, Itália, Holanda, Portugal, Bélgica, Inglaterra, Espanha, França e nos Estados Unidos. A guerra do Vietnã foi o estopim de movimentos sociais que questionavam as políticas públicas que vinham sendo adotadas nos Estados Unidos, como no das organizações, principalmente com as envolvidas diretamente na fabricação de armamentos de guerra. Com a propagação das contestações marcante em algumas igrejas, fundações, associações de ex-combatentes e personalidades públicas, surgiram os primeiros relatórios sociais, que iriam ser o embrião do Balanço Social instituído na França pela lei 77.769 de 12 de julho de 1977 (TINOCO, 2006).

De acordo com Pereira (2007), no país podem-se observar três períodos da responsabilidade social. Inicialmente, sem interferência do Estado, as benesses oferecidas pelas organizações aos seus funcionários eram vistas como “favor” pessoal. Nesse período, marcado pelo início da industrialização e da urbanização acelerada, não existia uma integração territorial efetiva.

Devido à fase de industrialização e uma ausência de mão de obra disponível nas cidades, o industrial dispõe-se a construir vilas operárias com a finalidade de suprir sua necessidade de trabalhadores. Essas vilas operárias, vistas como favores dos patrões à seus funcionários, tinham apoio público e da igreja devido à associação das construções à melhoria das condições higiênicas e pela maneira como inseria uma disciplina dos pobres via trabalho no sentido de fabricar a classe trabalhadora desejada.

De um lado, as vilas impunham um rígido controle aos empregados, mas por outro minimizavam carências existentes com instalações dignas para os seus membros internos. Assim, os patrões destacavam as melhorias não como um imperativo para a produção, mas como fruto da consciência do empresário às necessidades da sociedade. Nesse primeiro momento da Responsabilidade Social Empresarial, todas as benesses são consideradas como caridade oferecida voluntariamente pelos patrões (PEREIRA, 2007).

Para Rago (1989), as vilas operárias eram:

“Estratégia patronal de manutenção da força de trabalho em volta da unidade produtiva neste momento histórico de criação do mercado de trabalho livre no país. A constituição das vilas operárias permite controlar a economia do trabalhador e seu próprio tempo de trabalho, delimitando o espaço em que pode movimentar [...] Na verdade, muito mais que uma maneira de morar, as vilas representam a forma de impor sutilmente um estilo de vida. Com a imposição das vilas operárias, vilas punitivas e disciplinares criam-se um código de condutas que perseguem o trabalhador em todos os espaços da sociedade, do trabalho ao lazer. As vilas operárias, antíteses dos cortiços, permitem que o poder disciplinar estabeleça um controle sobre o novo continente das pequenas relações cotidianas da vida do trabalhador. Eliminando todos os intervalos que separam vida e trabalho do dia a dia do empregado, a forma burguesa de habitação designada para o pobre instaura um novo campo de moralização e de vigilância”.

Num segundo período, com uma mudança de racionalidade imposta pelo crescimento urbano e a expansão do capitalismo no Brasil, são criadas leis trabalhistas que determinam condições

mínimas que o empresário deveria atender. A figura paternalista do patrão começa a ser substituída pela disciplina científica impessoal com a inserção do meio técnico-científico no espaço brasileiro. Em 1942, os empresários juntamente com o Presidente Getúlio Vargas, criam o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI com a finalidade de treinar trabalhadores para as indústrias conforme os métodos científicos que geraram um grande aumento da produtividade. Para Weinstein (2000), a estrutura do SENAI, criada com regulação do Estado, elimina a participação dos sindicatos no processo de formação profissional, permitindo aos industriais o mérito pela iniciativa que servia, na opinião da sociedade, os interesses dos operários e da nação. Mas no SENAI além do treinamento técnico, era produzido o trabalhador ideal conforme a racionalidade científica com noções sobre o comportamento requerido nas indústrias, demonstrando assim o real interesse em treinar a mão de obra alienada para ser usada nas indústrias em trabalhos repetitivos.

Em 1946, para ampliar os serviços prestados pelo SENAI além da formação de trabalhadores industriais, são criados o Serviço Social da Indústria – SESI, Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio – SENAC e o Serviço Social do Comércio – SESC. O SENAC teria o exercício semelhante ao SENAI, mas com foco na formação de trabalhadores para o comércio. O SESC e o SESI dedicavam-se a atividades assistenciais básicas para a população e a inserção de valores desejados junto à família dos trabalhadores da indústria e do comércio, respectivamente (PEREIRA, 2007). Uma elevação da produção tomando como base uma melhor organização do processo produtivo, reunindo interesses dos empresários, Estado e funcionários foi a bandeira desse período.

O terceiro período tem início com rupturas ocorridas à lógica anterior e principalmente pelo fortalecimento do discurso sobre a diminuição ou até mesmo o fim da interferência do Estado em questões sociais argumentado pela necessidade de competição global e diminuição contínua de custos das organizações. Nesse período, ocorre uma retração da regulação do Estado das ações sociais e a multiplicação de institutos empresariais mantidas pelas organizações interessadas numa melhora da sua imagem através de certificações, prêmios e normas como o balanço social juntamente com a utilização de uma comunicação como parte do marketing social. Muitas organizações perceberam que ao associar sua imagem a uma organização socialmente responsável, elas agregam valor aos seus produtos, além de aumentar o seu valor de mercado e conquistar clientes interessados na responsabilidade socioambiental. Na tabela a seguir, tem-se uma síntese das características de cada período das ações sociais das organizações no Brasil.

Tabela 05: A periodização das ações sociais no Brasil

Até 1930	Entre 1930 e 1980	A partir de 1980
<ul style="list-style-type: none"> • Ação social focada na realização do empresário com grande motivação religiosa; • Ausência da regulação estatal; • Organizações com limitação territorial; • Construção de vilas, creches e hospitais para os operários. 	<ul style="list-style-type: none"> • Surgimento de pressões dos sindicatos; • Início da regulação do Estado; • Orientação da igreja para a ação social dos empresários; • Constituição das instituições de serviço social da indústria e comércio (SENAI, SESI, SESC, SENAC). 	<ul style="list-style-type: none"> • Retração da regulação do Estado das ações sociais; • Multiplicação das instituições empresariais como institutos e fundações; • Início das certificações, prêmios e normas assim como o balanço social; • Utilização de uma linguagem própria como parte do marketing social (responsabilidade social, cidadania, sustentabilidade).

Fonte: Pereira (2007)

A responsabilidade social corporativa enfatiza o impacto das atividades da empresa com os atores sociais impactados direta ou indiretamente. Seu conceito tem sido aprofundado por diversos institutos e organizações, como ferramenta na realização da responsabilidade socioambiental das organizações, como o Instituto ETHOS, o IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas), o Instituto de Cidadania Empresarial. Todas essas entidades representam o interesse em comum das questões sociais no país.

Para promover a transparência da responsabilidade socioambiental das organizações, foi criado o Balanço Social, que pode ser definido, de acordo com Iudícibus e Marion (2001), como:

“O relatório que contém informações, os quais permitem identificar o perfil da atuação social da empresa durante o período analisado, a qualidade de suas relações com os membros internos, a participação dos mesmos nos resultados financeiros da organização e as possibilidades de desenvolvimento e sua interação com a comunidade e meio ambiente.”

A publicação do Balanço Social não é obrigatória no Brasil, porém é um relatório que oferece informação socioambiental, ou seja, informações sobre a política interna com foco em: qualidade de vida dos membros internos, a postura da empresa diante do meio ambiente, a relevância de contribuições para a comunidade, entre outras.

Surge assim uma nova concepção da ciência contábil, voltada para os impactos socioambientais. O BS se propõe a evidenciar as ações das organizações na constante busca da maximização da utilidade em termos de responsabilidade social.

O Balanço Social pode ser publicado pelas organizações, reunindo um conjunto de informações sobre as atividades socioambientais desenvolvidas para seus membros internos e à comunidade evidenciando os recursos aplicados aos empregados e à população que recebe sua influência direta. O BS é uma ferramenta instituída por diversas organizações, tendo a capacidade de especificar e adequar a preocupação da empresa com as pessoas e a vida no ecossistema terrestre.

Na sua concepção ampliada, o Balanço Social dispõe a interação da organização com os elementos ao seu redor e contribuem para sua existência, como a comunidade local, recursos humanos e naturais.

Resumidamente, o Balanço Social é a descrição dos principais indicadores de desempenho socioambientais da empresa com a finalidade de demonstrar as atividades socioambientais das organizações. É considerado um mecanismo que amplia o diálogo com todos os *stakeholders* que a empresa se relaciona como: acionistas, organizações não governamentais, consumidores, comunidade local, fornecedores, membros internos, governo, mercado financeiro e sociedade.

Sá (1999) afirma que:

“o que se busca com o BS que a organização demonstra não é uma evidência sob a ótica particular, mas, adaptada à sociedade em geral nas suas diversas classes”.

Iudícibus e Marion (2001) encaram o Balanço Social como sendo:

“relatório que contém dados, que permite identificar o perfil da atuação da organização durante o ano, a qualidade de suas relações com os membros internos, a participação dos empregados nos resultados econômicos da empresa e as possibilidades de desenvolvimento, bem como a forma de sua interação com a comunidade e sua relação com o meio ambiente”.

Tinoco (2006) define Balanço Social como sendo “um mecanismo de gestão que visa relatar informações socioambientais do desempenho das entidades, aos mais diferentes usuários”. Essa visão é compartilhada por outros autores como Mendes *et. al.* (1998), por pensarem que o BS é um mecanismo, mecanismo de gestão e de informação, que demonstra plenamente as informações econômicas e socioambientais do desempenho das entidades, propiciando uma visão da participação socioambiental da organização no seu ambiente de atuação.

Para Tinoco (2006) o Balanço Social é:

“um documento importante, que demonstra a situação socioambiental da organização. É também um programa administrativo e político que expressa uma nova norma nos relatórios contábeis financeiros”.

Segundo Costa, Visconti e Azevedo (2002), Balanço Social é a publicação dos valores socioambientais investidos pelas organizações no cumprimento de sua função social junto aos seus funcionários e às partes envolvidas. Nesse sentido, consideram-no um programa de atividades das organizações, que tem por objetivo promover transparência às informações que interessam não apenas aos acionistas das companhias, mas a um número maior de atores sociais como: empregados, fornecedores, investidores, parceiros, consumidores e comunidade.

Araújo (2001) destaca que as dimensões da Responsabilidade Social de uma organização estão relatadas no BS. Dessa forma, as responsabilidades socioambientais podem ser

mensuradas através desse demonstrativo. Esse mesmo autor acredita que o BS mostra o compromisso da organização com as gerações presentes e futuras.

Tinoco (2006) menciona que:

“em uma muito larga medida a empresa é o seu pessoal. Realizar um BS é a maneira de descrever seu pessoal, sua evolução, suas categorias, as condições que trabalham, como entram e como sai da empresa, a interface enfim, deste parceiro privilegiado com os outros membros de coalizão de interesses.”

Costa, Visconti e Azevedo (2002) acreditam que os modelos de BS apresentam pequenas distorções, mas tem em comum aspectos internos e externos da empresa.

Duarte e Dias (1985) alertam que a inexistência de padrões propostos no Balanço Social explica porque a avaliação do desempenho da organização na área socioambiental apresentasse de formas variadas diferenciando-se do relatório financeiro e econômico tradicional entregue no final do exercício.

Um modelo de Balanço Social interpretado como ideal seria baseado nas noções de custos e de benefícios sociais. Assim, o balanço social deveria refletir todos os danos que as atividades empresariais causam à sociedade e não somente os custos tradicionalmente arcados, além de incorporar todos os benefícios trazidos à sociedade. A dificuldade de atribuir valor financeiro a alguns itens é o maior empecilho na criação desse balanço. Mais do que dificuldade, há oposições à medição dos danos e o reconhecimento deles.

Um aspecto comum entre os diferentes tipos de Balanço Social é o destaque para as seguintes informações: lucro da organização, faturamento da organização, folha de pagamento da organização, número de membros internos, tributos, taxas, impostos e encargos sociais, alimentação dos membros internos, treinamento e qualificação profissional, saúde dos membros internos, benefícios socioeconômicos concedidos, investimentos socioambientais, doações para a comunidade local etc.

O Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) desenvolveu um modelo englobando diversos itens que um BS deve apresentar e será mostrado no próximo tópico. É um dos mais difundidos no país e apresenta as seguintes informações: receita bruta excluída dos impostos e contribuições, abatimentos, devoluções, descontos comerciais; valor total da folha de pagamento; restaurante, ticket refeição e outros gastos com a alimentação dos membros internos; planos de aposentadoria, contribuições previdenciárias, complementações de benefícios aos aposentados e seus dependentes; plano de saúde, assistência médica, programas de medicina preventiva, gastos com saúde, inclusive dos aposentados; treinamentos, programas de estágios, bolsas de estudos para os membros internos e seus dependentes, assinaturas de revistas, biblioteca, investimentos com educação e treinamento de membros internos; creche aos filhos dos membros internos; atividades recreativas, moradias oferecidas aos membros internos; impostos, tributos, taxas, impostos e encargos sociais municipais, estaduais e federais; investimentos na comunidade local, despoluição, investimentos em métodos não poluentes, investimentos que visem qualidade ambiental; conservação de recursos ambientais, campanhas sócio-educativas; e outras informações que a organização considere importantes de suas iniciativas socioambientais.

O Balanço Social é uma demonstração para a toda a comunidade. As informações devem ser aquelas que interessam aos entes sociais. Sá (1999) ao referir-se ao BS, afirma que ele evidencia tudo o que a organização contribuiu ou agregou à sociedade, ou seja, o que remunerou aos membros internos, ao Governo, às instituições financeiras, à assistência educacional e socioambiental, remuneração dos sócios, o quanto comprou no país e fora dele etc.

Para Godoy *et. al.* (2007), o Balanço Social pode ser considerado um mecanismo de avaliação, que os analistas de mercado, investidores e organismos de financiamento (BNDES, BID etc.) adicionam na lista dos formulários e documentos para se conhecer e avaliar os riscos e as projeções da empresa. Inicialmente, o Balanço Social deve mostrar a mensagem do presidente da companhia, definindo os compromissos da entidade e resumir o documento. Posteriormente o perfil do empreendimento, demonstrando o tipo de produto e serviços da empresa, a sua marca, a quantidade de membros internos, os últimos demonstrativos contábeis publicados etc. Depois, abordam-se informações sobre a organização como: a missão, evolução, princípios e visão estratégica da entidade. Em seguida, é informada a atividade detalhando como a organização lida com os atores sociais e os indicadores de desempenho econômico e socioambiental. Apresenta ainda dados complementares da postura ética e a

visão de futuro da organização. Posteriormente, são mostrados os conjuntos de indicadores de desempenho econômico e socioambiental. Na seção dos indicadores financeiros constam informações dos impactos econômicos da organização na sociedade e distribuição dos valores gerados. Na seção dos indicadores sociais, são apresentadas informações sobre os membros internos da organização, direitos trabalhistas e direitos humanos. Por último, apresentam-se os anexos, que são as informações contidas nos relatórios que desviariam o foco do leitor, e por isso merecem uma atenção especial.

No âmbito internacional as organizações utilizam mecanismos de monitoramento e de prestação de contas, divulgando as suas práticas socioambientais desenvolvidas, através de auditorias, certificações, procedimentos e balanços sociais. Estas que são normas contábeis, elaborados por organizações, que mostram um conjunto de padrões e indicadores passíveis de serem auferidos, relativos às condutas trabalhistas, socioambientais adotados. Assim, como os procedimentos ISO 9.000 e ISO 14.000 certificam organizações por sua capacitação gerencial e pelo respeito ambiental, as normas BS 8.800 e SA 8.000, desenvolvida pelos ingleses, têm o mesmo efeito que a ISO, mas que são destinadas à área socioambiental. Vale destacar que essas certificações atestam somente o cumprimento da legislação trabalhista, o que seria desnecessário porque o descumprimento deveria acarretar punição, e como isso não acontece o cumprimento é premiado.

Conforme Melo Neto; Froes (2001):

“A certificação é atribuída a todas as empresas e seus fornecedores que respeitam a legislação trabalhista em vigor e garantem aos seus empregados todos os direitos previstos na legislação. A norma e procedimento BS 8.800 refere-se à garantia das condições necessárias de segurança e saúde para os empregados. A norma e procedimento SA 8.000 é mais específica, pois trata da exploração do trabalho infantil no âmbito das unidades operacionais das organizações e de seus fornecedores”.

A norma AA1000 foi desenvolvida pelo Instituto da Responsabilidade Social e Ética (*Accountability Institute*) na Inglaterra com o objetivo de assegurar a qualidade da responsabilidade social. É uma norma e procedimento que pode ser utilizada para confirmar a

qualidade da responsabilidade social, gerenciar e comunicar a responsabilidade social (LEVY, 2004).

A AA1000 propõe o diálogo entre todas as partes interessadas nas atividades empresarial dos empreendimentos e compreende num conjunto de procedimentos e normas sustentados pelo princípio da responsabilidade socioambiental para com todos os atores sociais envolvidos, apoiando a aprendizagem organizacional contribuindo para o desenvolvimento socioambiental sustentável (LEVY, 2004).

O Balanço Social atende a todos os atores sociais envolvidos que interagem com a organização divulgadora de BS como administradores oferecendo dados e informações vitais à tomada de decisões; aos fornecedores e investidores informando como a organização relaciona com os membros internos e com o meio ambiente; consumidores oferecendo uma noção sobre a qualidade dos bens e/ou serviços oferecidos e para o Estado auxiliando-o a formular políticas públicas. Assim, os balanços sociais passam a serem os principais recursos utilizados na divulgação de práticas socioambientais responsáveis, fato esse que será apresentado no próximo capítulo.

1.5. SÍNTESE DO CAPÍTULO

Este capítulo abordou as questões sobre as conferências da ONU, desenvolvimento econômico e responsabilidade socioambiental. Filantropia, cidadania e ética empresarial foram estudadas para uma melhor compreensão do assunto. Inicialmente são discutidas as conferências organizadas pela ONU, com o intuito de fomentar a gestão sustentável e do comprometimento global com as premissas de um desenvolvimento mais justo. Dentre as conferências e reuniões destacam-se a ECO-RIO 92, PNUMA, Kyoto, Johannesburgo, Pacto Global, Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, Princípios do Equador entre outros. Os conceitos de desenvolvimento sustentável foram estudados juntamente com o desenvolvimento econômico devido à constatação que a manutenção do modelo de desenvolvimento atual é depreciativa, tanto em termos ambientais como em termos econômicos e socioambientais. O desenvolvimento sustentável, nesse sentido apresenta uma nova forma de se promover o desenvolvimento mundial, equilibrando as necessidades de

resultados financeiros com a preservação do ecossistema terrestre e a melhoria da qualidade de vida das populações atuais e futuras. Embora na teoria do poluidor pagador, o desenvolvimento sustentável se apresente de forma viável, a sua execução é complexa, exigindo a coordenação e a colaboração de diversos atores sociais. Foram também apresentados alguns prêmios e certificações relacionados à responsabilidade empresarial e a ética. Atualmente as organizações passaram a utilizar mecanismos de monitoramento e de prestação de contas instituindo a divulgação e a transparência às práticas socioambientais desenvolvidas, destacando as auditorias, certificações e balanços sociais. Essa comunicação à sociedade tem a finalidade de evidenciar dados relativos à gestão das condições socioambientais, frente à cobrança da sociedade vem fazendo às organizações, no sentido de serem responsáveis socioambientalmente. Desta forma, o tema do próximo capítulo será as iniciativas para avaliação da responsabilidade socioambiental e mecanismos e ferramentas de apoio ao desenvolvimento sustentável.

2. INICIATIVAS PARA AVALIAÇÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E MECANISMOS DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

2.1. INTRODUÇÃO

Na tentativa de aferir e estimular ações socioambientais, algumas instituições desenvolveram mecanismos para a quantificação dessas atividades. Geralmente, esses mecanismos são relatórios socioambientais conhecidos também por balanços sociais, indicadores de desempenho, normas ou princípios mundialmente reconhecidos que visam a integração do mercado financeiro às práticas socioambientais. Cada organização, que utiliza esses mecanismos, pode desenvolver iniciativas para avaliar os impactos de suas ações, complicando a comparação dos resultados socioambientais e econômicos. Algumas organizações utilizam diversos tipos de modelos de relatórios socioambientais visando a transparência. A tentativa de padronização dos relatórios socioambientais é uma grande preocupação. O objetivo desse capítulo é estudar as iniciativas e mecanismos para avaliação da responsabilidade socioambiental de apoio ao desenvolvimento sustentável. Inicialmente serão estudados os modelos de relatórios mais utilizados no Brasil e no mundo como o Balanço Social do IBASE, os Indicadores do Instituto ETHOS e o relatório socioambiental do *Global Reporting Initiative* (GRI). Posteriormente é realizada uma comparação entre os três modelos visando identificar convergências e divergências. Para facilitar a compreensão e comparação das informações às partes interessadas, é necessário estabelecer um denominador comum nesses relatórios. Apesar da existência desses três modelos, várias entidades preferem criar relatórios próprios dentro de suas estratégias de comunicação.

2.2. BALANÇO SOCIAL DO MODELO IBASE

O Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) foi fundado em 1981 por Carlos Afonso, Marcos Arruda e Herbet de Souza conhecido nacionalmente por Betinho. O

IBASE é uma organização que acompanha as políticas públicas e luta pela democratização da informação, propagando até a população da base da pirâmide social. O Brasil, que na época da fundação do IBASE, já iniciava a redemocratização, ainda sentia muitas marcas dos anos de repressão política. Dessa forma o IBASE foi formulado no exílio por esses militantes de esquerda e representou uma profunda e estratégica mudança na conquista da democracia (IBASE, 2008).

A história da organização é marcada pelo processo de construção da democracia brasileira. O IBASE realiza um processo de afirmação dos princípios éticos e da cidadania. A instituição participou e incentivou movimentos sociais como a “Campanha Nacional pela Reforma Agrária”, no final da década de 1980, o “Movimento pela Ética na Política” e a campanha da “Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida”, em 1993, que mobiliza o país na época do Natal (IBASE, 2008).

A partir da década de 1980, o sociólogo Herbet de Souza (Betinho) engajado em reduzir as desigualdades sociais e na melhoria da sociedade como um todo, juntamente com alguns empresários interessados em ações filantrópicas, começam a apoiar campanhas sociais em prol de crianças e adolescentes e na luta contra a AIDS. Desse engajamento nasce em 1987 a Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA) e a campanha “Se Essa Rua Fosse Minha” em 1991. Inicialmente a participação desses empresários envolvia muito mais um sentimento de caridade e filantropia do que um questionamento sobre a responsabilidade empresarial nas questões socioambientais. Em 1993, tornou-se uma referência nacional a “Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida”, mais conhecida como “Campanha contra a Fome”, criada por Betinho e desenvolvida pelo IBASE. Esse movimento é essencial e determinante para a elaboração do balanço social modelo IBASE, atraindo ainda mais representantes do setor empresarial para o relevante problema social da fome de parcela da população (IBASE, 2008).

No período de maior intensidade, de 1993 a 1995, a “Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida” mobilizou muitas organizações públicas e privadas. As primeiras instituições empresariais privadas a aproximarem-se do Movimento de Combate à Fome foram a Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos (Fundação ABRINQ), Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE) e Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Organizações (SEBRAE). Desde o início, a campanha teve grande participação das estatais brasileiras como Banco do Brasil, Petrobras, Furnas Centrais Elétricas e Caixa Econômica

Federal. Assim o IBASE amadureceu a idéia de que para um amplo movimento de melhoria socioambiental na sociedade era necessária a participação do setor empresarial. E essa participação não poderia se restringir as organizações públicas, mas contar intensamente com o empenho de organizações privadas. Deve-se ressaltar que o IBASE nunca negou a necessidade de participação do Estado nas questões socioambientais, e que suas ações não só é desejável como também essenciais juntamente com a iniciativa privada (IBASE, 2008).

Conforme IBASE (2008), em março de 1997, Betinho escreve o artigo “Empresa pública e cidadã” promovendo ainda mais a importância da responsabilidade socioambiental empresarial e a publicação periódica do balanço social modelo IBASE. O trabalho teve uma imensa visibilidade nacional com grande destaque nos meios de comunicação desencadeando um amplo debate na sociedade. Em 16 de junho de 1997, devido a repercussão, o IBASE iniciou a campanha pela divulgação anual do balanço social das organizações, relatando que esse seria o primeiro passo para uma organização tornar-se verdadeiramente uma empresa cidadã. O lançamento da campanha pela publicação periódica do Balanço Social ocorreu no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) do Rio de Janeiro.

O primeiro modelo de balanço social foi desenvolvido pelo IBASE em parceria com pesquisadores e representantes de instituições privadas e públicas. A estratégia do IBASE foi desenvolver um balanço social compacto e de fácil preenchimento em consenso com todos envolvidos. Inicialmente, a campanha pela publicação anual do BS modelo IBASE, teve enorme apoio da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Através de uma instrução normativa as organizações de capital aberto deveriam realizar anualmente a publicação do BS modelo IBASE. O objetivo foi atentar os empresários e toda a comunidade da importância da publicação periódica do BS num modelo simplificado (IBASE, 2008).

Ainda em 1997, algumas grandes organizações começaram a realizar a publicação anual de balanços sociais devido as parcerias e apoio de diversos organismos como: a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), o Serviço Social da Indústria (SESI), Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), a Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (APIMEC), a Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social (FIDES), o jornal Gazeta Mercantil, Câmara Municipal de São Paulo além de algumas universidades públicas. Assim, as organizações começaram a desenvolver e divulgar periodicamente suas ações socioambientais nos balanços sociais modelo IBASE (IBASE, 2008).

Com essas parcerias, as publicações de balanços sociais anuais tornaram-se uma prática muito disseminada nas grandes organizações, tornando o balanço social modelo IBASE a metodologia mais difundida e utilizada. Atualmente esses relatórios envolvendo as questões socioambientais realizados e publicados por organizações no Brasil têm grande aceitação, regularidade e disseminação (IBASE, 2008).

Com pesquisas sociais econômicas, seminários, cursos e palestras, o IBASE passou a trabalhar ostensivamente com temas relacionados a responsabilidade socioambiental empresarial, transparência empresarial e principalmente com a importância da publicação periódica do balanço social.

O IBASE mantém a sua essência de ser um instituto para a base. Mas essa característica encontra hoje alguns desafios diferentes do que os da época da sua fundação. A idéia de desenvolvimento ligada ao passado, à Era Vargas ou a Juscelino Kubitschek, deve ser renovada. A agenda agora, segundo o IBASE (2008), deve incorporar temas como meio ambiente e direitos humanos.

O modelo de balanço social desenvolvido pelo IBASE demonstra detalhadamente, os valores da responsabilidade socioambiental da organização, com informações sobre o faturamento e a folha de pagamento, os encargos sociais de membros internos, e a participação nos lucros. Também detalha as despesas com controle ambiental e os investimentos sociais externos nas diversas áreas, como educação, cultura, saúde etc. Vale ressaltar que nas “Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial” apresentam-se valores relativos ao valor adicionado total a distribuir e sua efetiva distribuição; e quanto a “Outras informações” apesar de este último ser considerado um indicador, ele não possui uma informação padrão (IBASE, 2008).

De forma geral, o relatório proposto pelo IBASE é bastante objetivo, sugerindo uma estrutura padronizada com dados gerais da organização, indicadores e outras informações na mesma estrutura. Assim, as informações são apresentadas no BS de forma concisa, facilitando a consulta e sua visualização.

Esse modelo de BS contém informações divididas em sete grupos, conforme mostra tabela 06.

Tabela 06: Descrição dos grupos de Balanço Social Modelo IBASE

Grupo	Descrição	Especificação
1	Base de cálculo	Dados sobre geração de receitas, resultado operacional e folha de pagamento bruta;
2	Indicadores sociais internos	Gastos com alimentação, educação, capacitação e saúde, dentre outros relacionados aos empregados;
3	Indicadores sociais externos	Gastos da organização na comunidade (educação, saúde, cultura, saneamento, etc.) e os tributos;
4	Indicadores ambientais	Gastos com despoluição, educação ambiental, investimento em programas externos e outros, seja com os empregados ou sociedade;
5	Indicadores do corpo funcional:	Número de admissões, estagiários, negros, mulheres, e portadores de deficiência;
6	Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	Aspectos referentes ao número de acidentes do trabalho, responsabilidade dos padrões de segurança e salubridade existentes;
7	Outras informações	Outras informações que a organização julgar necessárias.

Fonte: IBASE (2008)

O modelo de Balanço Social do IBASE, utilizado como objeto de estudo, pode ser observado nas tabelas 7 à 12 respectivamente: Base de Cálculo, Indicadores Sociais Internos e Externos, Indicadores Ambientais, Indicadores do Corpo Funcional e em seguida informações quanto ao exercício da cidadania empresarial.

A tabela 07, descrita como Base de Cálculo, é composta por informações financeiras da organização, Receita Líquida, Resultado Operacional e Folha de Pagamento Bruta, que servem de base de cálculo para parte das informações e dos dados apresentados, permitindo a comparação entre setores e organizações em períodos determinados.

Tabela 07: Base de Cálculo

Descrição das Variáveis	20XX
Receita líquida (RL): receita bruta excluída dos impostos, contribuições, devoluções, abatimentos e descontos comerciais.	
Resultado operacional (RO): lucro ou prejuízo apresentado pela organização no período.	
Folha de pagamento bruta (FPB): somatório de remuneração (salários, gratificações, comissões e abonos), 13º salário, férias e encargos sociais compulsórios (INSS, FGTS e contribuição social).	

Fonte: IBASE (2009)

A tabela 08, descrita como Indicadores Sociais Internos, demonstra os investimentos da organização em programas sociais que atendem a comunidade interna da organização tais como membros internos e seus dependentes. Nesta parte do balanço social são apresentados os investimentos internos que a organização realiza para atender e/ou beneficiar aos membros internos como: alimentação, encargos sociais compulsórios, previdência privada, saúde, segurança e medicina no trabalho, capacitação e desenvolvimento profissional, cultura, educação, creches ou auxílio-creche, participação nos lucros ou resultados e outros.

Tabela 08: Indicadores Sociais Internos

Descrição das Variáveis	20XX	% FPB	% RL
Alimentação: gastos com restaurante, vale-refeição, lanches, cestas básicas e outros relacionados à alimentação dos empregados(as).			
Encargos sociais compulsórios			
Previdência privada: planos especiais de aposentadoria, fundações previdenciárias, complementações de benefícios a aposentados(as) e seus dependentes.			
Saúde: plano de saúde, assistência médica, programas de medicina preventiva, programas de qualidade de vida e outros gastos com saúde, inclusive dos aposentados(as).			
Segurança e saúde no trabalho:			
Educação: gastos com ensino regular em todos os níveis, reembolso de educação, bolsas, assinaturas de revistas, gastos com biblioteca (excluído pessoal) e outros gastos com educação.			
Cultura: gastos com eventos e manifestações artísticas e culturais (música, teatro, cinema, literatura e outras artes).			
Capacitação e desenvolvimento profissional: recursos investidos em treinamentos, cursos, estágios (excluído os salários) e gastos voltados especificamente para capacitação relacionada com a atividade desenvolvida por empregados(as).			
Creches ou auxílio-creche: creche no local ou auxílio-creche a empregados(as).			
Participação nos lucros ou resultados: participações que não caracterizem complemento de salários.			
Outros: seguros (parcela paga pela organização), empréstimos (só o custo), gastos com atividades recreativas, transportes, moradia e outros benefícios oferecidos a empregados(as) podem ser aqui enumerados.			
Total - Indicadores sociais internos			

Fonte: IBASE (2009)

A tabela 09, descrita como Indicadores Sociais Externos, apresenta os investimentos da organização em programas sociais que atendem a comunidade externa da organização. Nessa parte do BS são apresentados os investimentos voluntários da organização, cujo público-alvo é a comunidade em geral como: projetos e iniciativas nas áreas de educação, cultura, esporte, saúde, combate à fome, segurança alimentar, saneamento, pagamento de tributos etc. Geralmente, são as ações sociais privadas realizadas por organizações visando à sociedade ou à alguma comunidade externa impactada direta ou indiretamente, com os interesses das organizações.

Tabela 09: Indicadores Sociais Externos

Descrição das Variáveis	20XX	% RO	% RL
Educação			
Cultura			
Saúde e saneamento			
Habitação			
Esporte			
Lazer e diversão			
Creches			
Alimentação			
Combate à fome e segurança alimentar			
Outros			
Total das contribuições para a sociedade: somatório dos investimentos na comunidade que aparecem discriminados.			
Tributos (excluídos encargos sociais): impostos, contribuições e taxas federais, estaduais e municipais.			
Total - Indicadores sociais externos			

Fonte: IBASE (2009)

A tabela 10, descrita como Indicadores Ambientais, apresenta os investimentos da organização em programas que incidem sobre o meio ambiente. Nesta parte do balanço social são apresentados os investimentos da organização para compensar as degradações socioambientais e também aqueles que possuem o objetivo de melhorar ambientalmente as operações da organização, seja por meio de inovação tecnológica, seja através de programas de educação ambiental. São também apresentados os investimentos em projetos que não estão relacionadas com a organização, um indicador qualitativo sobre o estabelecimento e cumprimento de metas anuais de ecoeficiência.

Tabela 10: Indicadores Ambientais

Descrição das Variáveis	20XX	% RO	% RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da organização: investimentos, monitoramento da qualidade dos resíduos/efluentes, despoluição, gastos com a introdução de métodos não poluentes, auditorias ambientais, programas de educação ambiental para os(as) membros internos(as) e outros gastos com o objetivo de incrementar e buscar o melhoramento contínuo da qualidade ambiental na produção/operação da empresa.			
Investimentos em programas e/ou projetos externos: despoluição, conservação de recursos ambientais, campanhas ecológicas e educação sócio-ambiental			
Total dos investimentos em meio ambiente			
Resultado médio percentual alcançado pela organização no cumprimento de metas ambientais estabelecidas pela própria corporação, por organizações da sociedade civil e/ou por parâmetros internacionais como o (GRI). Quanto ao estabelecimento de “ metas anuais ” para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos ambientais, a organização	() não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%		

Fonte: IBASE (2009)

A tabela 11, descrita como Indicadores do Corpo Funcional, mostra as características dos membros internos além de estagiários e terceirizados envolvidos na organização. Nesta parte do balanço social são apresentadas as informações que mostram o relacionamento da organização com seus membros internos como: utilização do trabalho terceirizado, postos de trabalho, quantidade de estagiários, valorização de negros, mulheres, pessoas com deficiência e participação de grupos discriminados em cargos de chefia e gerenciamento da organização.

Tabela 11: Indicadores do Corpo Funcional

Descrição das Variáveis	20XX
Nº de empregados(as) ao final do período	
Nº de admissões durante o período	
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	
Nº de estagiários(as)	
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	
Nº de mulheres que trabalham na organização	
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	
Nº de negros(as) que trabalham na organização: Considerar como trabalhadores(as) negros(as) o somatório de indivíduos classificados/autodeclarados como de pele preta e parda (conforme o declarado na RAIS).	
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	

Fonte: IBASE (2009)

A tabela 12 apresenta aspectos da postura da organização em relação à sociedade. Nesta parte do balanço social são apresentadas algumas das diretrizes e dos processos desenvolvidos na organização que estão relacionados às práticas de administração da responsabilidade socioambiental corporativa e que mostram a participação a distribuição dos benefícios.

Tabela 12: Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial

Descrição das Variáveis	20XX
Relação entre a maior e a menor remuneração na organização: o resultado absoluto da divisão da maior remuneração pela menor.	
Número total de acidentes de trabalho registrados durante o ano.	
Os projetos socioambientais desenvolvidos pela organização foram definidos por: “Direção”, “Direção e Gerências”, “Todos(as) empregados(as)”	
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por: “Direção e Gerências”, “Todos(as) empregados(as), “Todos(as) + CIPA”	
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a organização: “não se envolve”, “segue as normas da OIT”, “incentiva e segue a OIT – Organização Internacional do Trabalho”	
A previdência privada contempla: “Direção”, “Direção e Gerências”, “Todos(as) empregados(as)”	
A participação dos lucros ou resultados contempla: “Direção”, “Direção e Gerências”, “Todos(as) empregados(as)”	
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela organização: “não são considerados”, “são sugeridos”, “são exigidos”	
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a organização: “não se envolve”, “apóia”, “organiza e incentiva”	
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as): Na organização, no PROCON, na Justiça	
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas: “organização”, “PROCON”, “Justiça”	
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	
Distribuição do Valor Adicionado (DVA): “% governo”, “% colaboradores(as)”, “% acionistas”, “% terceiros”, “% retido”	

Fonte: IBASE (2009)

Por fim o balanço social modelo IBASE têm o espaço outras informações, que pode ser utilizado pelas organizações para divulgar outras informações que sejam relevantes para o entendimento de suas práticas socioambientais. As organizações que solicitam o “Selo Balanço Social IBASE/Betinho” devem apresentar suas declarações de não-utilização de trabalho degradante, mão de obra infantil; seu não-envolvimento com prostituição ou exploração infantil; não-envolvimento com corrupção; e seu compromisso com o respeito à

diversidade racial e religiosa. Deve, também, apresentar sua identificação e classificação, informar sua identificação – razão social e CNPJ –, além de nome, telefone e correio eletrônico da pessoa responsável pelas informações.

2.3. RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE DO GLOBAL REPORTING INITIATIVE (GRI)

Global Reporting Initiative (GRI), é uma organização internacional com sede na Holanda, com a missão de desenvolver e propagar globalmente diretrizes para a elaboração de relatórios socioambientais. O estabelecimento de um relatório padrão global surgiu em 1997 junto ao *Coalition for Environmentally Responsible Economy* (CERES). Essa é uma instituição não governamental americana formada por organizações ambientais, de trabalhadores, religiosos, profissionais de investimento socialmente responsável e o Programa da ONU para o Meio Ambiente – PNUMA (GRI, 2008).

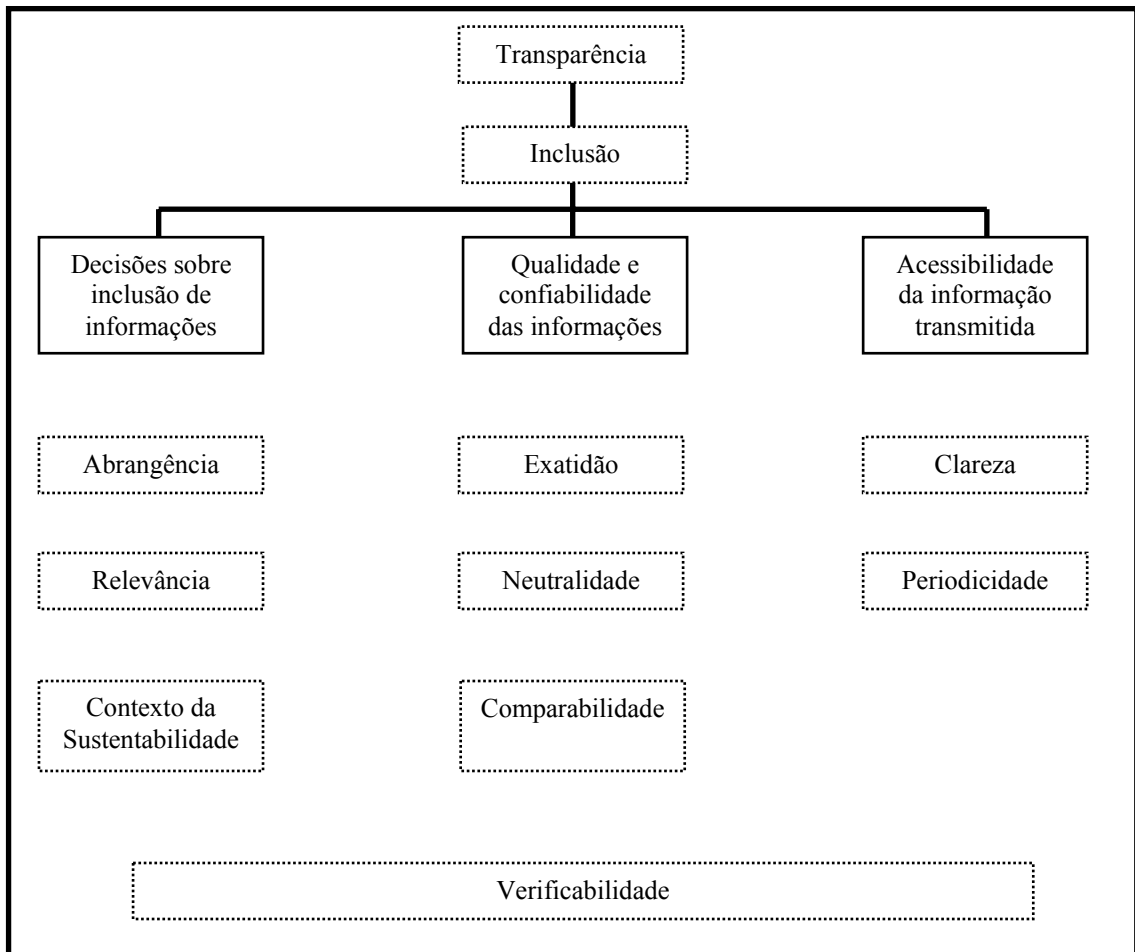
A GRI sugere um modelo de relatório padrão com características financeira e socioambiental. O modelo propõe princípios para relatar e permitir às organizações a comparação com o mercado, estabelecendo indicadores com uma plataforma para facilitar a comunicação e o diálogo com os *stakeholders*. Além das diretrizes globais, a GRI desenvolve diretrizes para diversos setores como: financeiro, indústrias, computação, metais e mineração, organismos públicos e telecomunicações. Num futuro próximo pretende lançar diretrizes nacionais (GRI, 2008).

A primeira versão das diretrizes da GRI para relatórios socioambientais data de 2000 e foi construída dentro de um mecanismo de adesão voluntária de diversas partes interessadas: empresários, organizações sindicais e trabalhistas, investidores internacionais, ONGs, ambientalistas, ecologistas, organizações de consultoria, organismos da ONU, entre outras, tornando-se um processo internacional, com a proposta de disseminar mundialmente diretrizes e incorporar numerosos indicadores de socioambientais para o desenvolvimento de relatórios de sustentabilidade (*Sustainability Reporting Guidelines*). As diretrizes da GRI traduzida para a língua portuguesa estão em sua terceira versão (GRI, 2008).

Essas diretrizes possuem 11 princípios essenciais para o desenvolvimento de relatórios socioambientais com destaque para os princípios de transparência, que significa divulgação das informações consideradas na elaboração dos relatórios socioambientais, e inclusão, que significa o envolvimento de todos os atores sociais envolvidos nas operações das organizações que promovem e divulgam os relatórios socioambientais.

De acordo com Sousa (2006), a figura a seguir apresenta os princípios necessários para o desenvolvimento dos relatórios socioambientais da *Global Reporting Initiative*, visando atender à todos os atores sociais envolvidos.

Figura 01: Princípios da GRI



Fonte: GRI (2008)

No relatório socioambiental da GRI, as normas que guiam as decisões sobre inclusão e exclusão de informações são abrangência, relevância e contexto da sustentabilidade. Abrangência é definida como as limitações dos indicadores e das informações apresentadas, relevância significa demonstrar a importância dos indicadores e aspectos mostrados e contexto da sustentabilidade é definido como a contribuição da instituição com a sustentabilidade socioambiental.

Os princípios que auxiliam a qualidade e confiabilidade das informações são exatidão, neutralidade e comparabilidade. Exatidão significa minimizar erros na elaboração dos relatórios socioambientais. Neutralidade é definida como a não apresentação de informações tendenciosas contribuindo com dados que apresentem a realidade da organização. Comparabilidade significa que as informações apresentadas devem ser passíveis de análise e comparação com informações de outras organizações, inclusive da própria em períodos anteriores demonstrando assim a evolução da instituição em relação aos critérios socioambientais e econômicos.

Os princípios que garantem a acessibilidade da informação transmitida são clareza e periodicidade. Assim, os utilizadores dos relatórios socioambientais podem ter acesso às informações de maneira clara e objetiva em períodos que permitam a sua comparação.

Por fim, a verificabilidade está relacionada com as normas de exatidão, neutralidade e abrangência, e diz respeito à satisfação e veracidade das condições rigorosas de qualidade dos dados disponibilizados para permitir a auditoria. A adoção das diretrizes e princípios dela advindos é voluntária e permite as instituições desenvolverem relatórios sobre os impactos socioambientais e econômicos decorrentes direta e indiretamente de suas atividades. A GRI encoraja as organizações a:

- Reportar o processo de implementação dos princípios;
- Estabelecer metas;
- Identificar as melhorias alcançadas nos diversos aspectos;
- Reportar se os objetivos foram ou não atingidos;
- Avaliar internamente a consistência entre a política de sustentabilidade corporativa e sua efetiva realização.

O objetivo do GRI é transformar a divulgação do desempenho dos relatórios socioambientais em rotina para que as organizações aumentem a qualidade e a utilização dos relatórios. O relatório possui muitas diretrizes com o objetivo de alcançar aceitação mundial e constitui-se de um consenso de diversos atores sociais como: empresários, contadores, investidores e sindicatos (GRI, 2008).

Segundo o *Global Reporting Initiative* (2008), o relatório socioambiental deve ser utilizado voluntariamente pelas organizações que almejam relatar suas práticas socioambientais e econômicas de suas atividades. Visa assessorar organizações e grupos de interesse na articulação e entendimento das contribuições das organizações ao desenvolvimento sustentável. Pode ser utilizado tanto como uma referência informal, quanto para ser comparado a outras organizações. Entretanto, não se trata de um código de conduta, nem um padrão de desempenho, nem um sistema de gerenciamento.

De acordo com Godoy *et. al.* (2007), os relatórios socioambientais do GRI são complexos e completos em seus Indicadores Sociais abordando inclusive os direitos indígenas. Os Indicadores Econômicos focam a evolução da situação econômica dos *stakeholders* da organização. A Estratégia Empresarial e Governança Corporativa são abordadas como itens à parte e os Indicadores Ambientais são essencialmente quantitativos. A avaliação quanto à existência de programas como Análise do Ciclo de Vida de produtos e *Ecodesign* não são analisados e comentados junto aos Indicadores Ambientais, mas dentro do tema “Políticas e Sistemas de Gestão”.

Cabe ressaltar que os relatórios de sustentabilidade do GRI, procura atender aos interesses de todos os envolvidos na atividade empresarial tendo os interesses dos acionistas a mesma participação dos outros envolvidos. Muitas organizações, em mais de 60 países, aderem às diretrizes do GRI para o desenvolvimento dos relatórios socioambientais.

Todos os documentos que compõem os relatórios da GRI são elaborados por meio de um processo de busca de consenso entre os envolvidos, como organizações, investidores, trabalhadores, sociedade civil, contadores e comunidade (GRI, 2008). A estrutura do relatório socioambiental proposta pelo GRI apresenta uma grande extensão.

A primeira parte do relatório são os indicadores gerais da organização, que pode ser observado da seguinte maneira:

- i. Estratégia e análise: declaração da visão e da estratégia da organização e a relevância da sustentabilidade para a organização;
- ii. Perfil Organizacional: nome, localidade, estrutura acionária, mercados, porte entre outros;

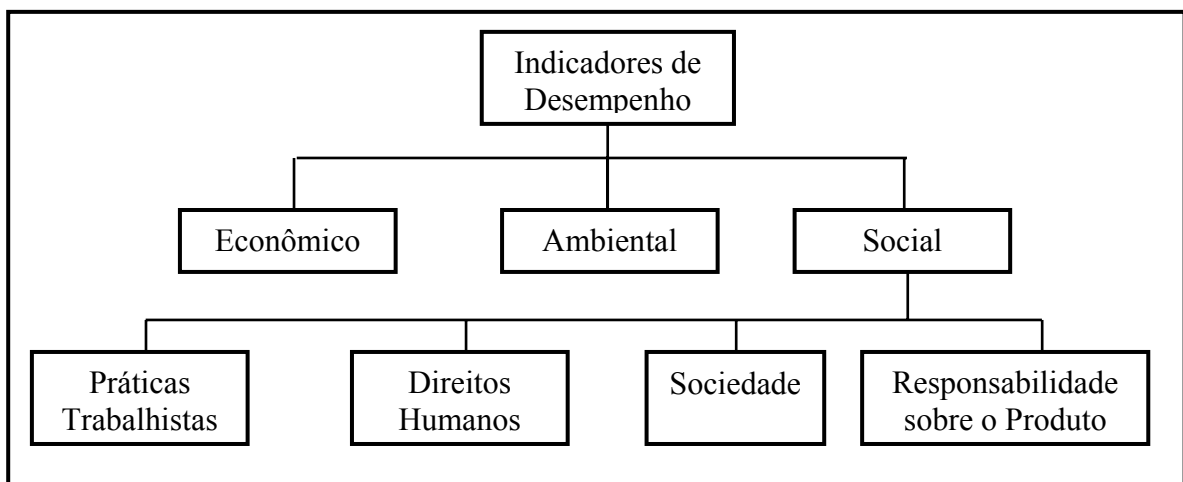
A segunda parte contém os parâmetros do relatório: período coberto, data do último relatório, periodicidade de emissão, dados para contato, critérios de elaboração e dos indicadores socioambientais.

A terceira parte contém a estrutura de governança: empenho e interesse dos controladores e procedimentos em relação aos demais envolvidos; políticas abrangentes e sistemas de gestão.

Por fim o relatório apresenta Indicadores de desempenho: Informações e medições do impacto gerado pela organização, representados por indicadores de desempenho sobre as dimensões econômicas e socioambientais passíveis de comparação.

Conforme a figura 02, os indicadores socioambientais de desempenho da GRI estão organizados e agrupados hierarquicamente nas dimensões ambientais, sociais e econômicas e podem ser classificados em indicadores essenciais que devem ser sempre apresentados, e em adicionais que servem como um complemento às informações divulgadas.

Figura 02: Indicadores de desempenho GRI



Fonte: GRI (2008)

A dimensão econômica existente no relatório socioambiental do GRI, apresenta os impactos econômicos advindos da atividade da instituição divulgadora do relatório. As diretrizes abordam questões como receita líquida, análise do mercado, custos das matérias primas, folha de pagamento e benefícios, distribuição de capital (dividendos) aos investidores, aumento/decréscimo em ganhos retidos no período, impostos pagos, doações à comunidade entre outros. Esses indicadores econômicos previstos pelo balanço social GRI podem ser observados na tabela a seguir.

Tabela 13: Indicadores de desempenho econômico

Aspecto	Descrição
Desempenho econômico	Valor econômico direto gerado e distribuído, incluindo receitas, custos operacionais, remuneração de membros internos, doações, investimentos na comunidade, lucros e pagamentos para governos;
Presença no mercado	Variação da proporção do salário mais baixo em relação ao salário mínimo local em unidades operacionais importantes; práticas dos fornecedores nos locais em unidades operacionais importantes;
Impactos econômicos indiretos	Desenvolvimento e impacto de investimentos em infraestrutura e serviços oferecidos, identificação e descrição de impactos econômicos indiretos significantes.

Fonte: GRI (2008)

Ao preencher os relatórios do modelo GRI, as organizações dispõem de informações detalhadas para uma melhor compreensão do seu papel econômico. A organização deve ter um processo de auto-avaliação das suas atividades, procurando uma aproximação dos conceitos de sustentabilidade. A instituição divulgadora do relatório socioambiental pode, por exemplo, privilegiar a compra de matérias-primas de fornecedores locais ou aumentar os valores doados às comunidades mais carentes (SOUSA, 2006).

A dimensão ambiental apresenta os impactos da organização sobre os sistemas naturais. No relatório deve conter informações claras e coerentes para uma compreensão dos seus leitores da postura da organização em decorrência dos impactos gerados pela mesma. Em relação ao uso de energia, a divulgadora do relatório socioambiental deve mensurar o consumo anual exigido para o funcionamento de seus produtos além de buscar a utilização de fontes alternativas de energia. No intuito de relatar os impactos ambientais, as diretrizes ambientais abordam questões como: quantidade de matéria-prima utilizada e seu reaproveitamento, consumo total de água, fontes de abastecimento e seus ecossistemas afetados, reutilização e remoção anual de água de superfície, quantidade anual renovável de água disponível, principais impactos sobre a biodiversidade, objetivos e programas para restaurar ecossistemas

e espécies nativas em áreas degradadas, emissão de gases causadores do efeito estufa e destruidores da camada de ozônio, quantidade de total de resíduos gerados, impactos ambientais dos produtos e serviços, percentual recuperado do produto final da vida útil e percentual que poderia ser recuperado, entre outros. Outras questões como os impactos causados à biodiversidade e a emissão de resíduos e efluentes são também muito discutidas na elaboração do relatório socioambiental da GRI.

Tabela 14: Indicadores de desempenho do Meio Ambiente

Aspecto	Descrição
Materiais	Materiais usados por peso ou volume; e percentual dos materiais usados provenientes de reciclagem;
Energia	Consumo de energia direta e indireta discriminado por fonte de energia; iniciativas de redução do consumo de energia; utilização de fontes renováveis; consumo anual necessário para a utilização dos produtos e serviços da organização;
Água	Total de água retirada por fonte; fontes significativamente afetadas por retirada de água; percentual e volume de água reciclada e reutilizada; reutilização e remoção anual de água de superfície, quantidade anual renovável de água disponível;
Biodiversidade	Localização e tamanho da área possuída, arrendada ou administrada dentro de áreas protegidas, áreas com alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas; descrição de impactos na biodiversidade; objetivos e programas para restaurar ecossistemas e espécies nativas em áreas degradadas;
Emissões, efluentes e resíduos	Total de emissões diretas e indiretas de gases de efeito estufa, por peso; outras emissões indiretas relevantes de gases do efeito estufa, por peso; iniciativas para redução das emissões de gases de efeito estufa; emissões de substâncias destruidoras da camada de ozônio; total de resíduos gerados, descargas na água; produção, transporte, importação e exportação de produtos considerados perigosos; identificação das fontes de água (habitat ou ecossistemas) afetadas pela descarga ou escoamento de água;
Fornecedores	Desempenho dos fornecedores em relação à questão ambiental;
Produtos e Serviços	Iniciativas para mitigar os impactos ambientais de produtos e serviços e a extensão da redução desses impactos; e percentual de produtos e suas embalagens recuperadas por categoria de produto;
Conformidade	Valor monetário de multas e número total de sanções não-monetárias resultantes da não-conformidade com leis e regulamentos ambientais;
Transporte	Impactos ambientais significativos do transporte de produtos e outros bens e materiais utilizados nas operações da organização, bem como do transporte de trabalhadores;
Geral	Total de investimentos e gastos com proteção ambiental.

Fonte: GRI (2008)

A dimensão social apresenta os impactos da organização sobre os sistemas sociais nos quais opera, ou seja, através de uma análise da interação entre a organização e as partes interessadas em nível local, nacional e global, além de sua influência sobre os bens intangíveis como capital humano e reputação da instituição divulgadora do balanço social.

Os relatórios socioambientais de sustentabilidade do GRI procura discutir a dimensão socioambiental através dos indicadores às práticas trabalhistas e ao trabalho decente, à questão do respeito dos direitos humanos, ao relacionamento da organização com a comunidade e à responsabilidade da organização com seus produtos e/ou serviços. Nesses indicadores são abordados diversos temas como a não utilização de trabalhos forçados, a liberdade de sindicalização dos membros internos, as políticas de segurança e saúde dos membros internos, comportamento da organização em relação ao suborno e corrupção além da utilização de meios de comunicação que promovam a propaganda legal de seus produtos.

Os Indicadores de desempenho referentes a Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente são apresentados conforme mostra a tabela 15.

Tabela 15: Indicadores de desempenho referentes a práticas trabalhistas

Aspecto	Descrição
Emprego	Total de trabalhadores, por tipo de emprego, contrato de trabalho e região; número total e taxa de rotatividade de empregados, por faixa etária, gênero e região; benefícios oferecidos aos empregados;
Relações entre os trabalhadores e a governança	Percentual de empregados abrangidos por acordos de negociação coletiva; prazo para notificação referente a mudanças operacionais, incluindo se esse procedimento está especificado em acordos coletivos; política de envolvimento dos membros internos em assuntos relevantes da organização;
Saúde e segurança no trabalho	Percentual dos membros internos em comitês formais de segurança e saúde, compostos por gestores e por trabalhadores, que monitoram e aconselham sobre programas de segurança e saúde ocupacional; doenças ocupacionais, taxas de lesões, absenteísmo e óbitos relacionados ao trabalho, por região; políticas e programas de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis (DST); acordos com sindicatos sobre questões de saúde e segurança;
Treinamento e educação	Média de horas de treinamento por ano, por funcionário, discriminadas por categoria funcional; Programas para gestão de competências contínua e para gerenciar o fim da carreira; políticas e programas específicos para aprendizado para a vida profissional e pessoal;
Diversidade e oportunidades	Políticas e programas de iguais oportunidades e sistemas de monitoramento para garantir o seu cumprimento, composição do comitê responsável pela governança corporativa (proporção homem e mulher, indicadores de diversidade cultural e ética).

Fonte: GRI (2008)

Os Indicadores referentes a Direitos Humanos podem ser visto na tabela 16.

Tabela 16: Indicadores de desempenho referentes a Direitos Humanos

Aspecto	Descrição
Práticas de investimento e de processos de compra	Percentual e número total de contratos de investimentos significativos que incluam cláusulas referentes a direitos humanos submetidos a avaliações referentes a direitos humanos;
Não-discriminação	Número total de casos de discriminação e as medidas tomadas; programas que previnam todas as formas de discriminação;
Liberdade de associação e negociação coletiva	Descrição da política de liberdade de associação à órgãos de classe e a negociação coletiva;
Trabalho infantil	Operações de risco de ocorrência de trabalho infantil e as medidas tomadas para contribuir para a abolição do trabalho infantil incluindo sistemas de monitoramento e acompanhamento;
Trabalho forçado ou análogo ao escravo	Operações identificadas como de risco significativo de ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo;
Práticas de disciplina	Processos judiciais, incluindo questões relativas aos direitos humanos, políticas de não retaliação e sistema efetivo e confidencial de recebimento das reclamações e queixas dos membros internos;
Práticas de segurança	Percentual do pessoal de segurança submetido a treinamento nas políticas ou procedimentos da organização relativos aos direitos humanos relevantes às operações;
Direitos indígenas	Número total de casos de violação de direitos dos povos indígenas e medidas tomadas; políticas, diretrizes e procedimentos para tratar dos indígenas; mecanismos para atendimento de queixas e reclamações de comunidades indígenas; percentual da receita operacional distribuída para comunidades indígenas.

Fonte: GRI (2008)

Os Indicadores de desempenho Social referente à Sociedade abordam os impactos que as organizações geram nas comunidades locais conforme mostra tabela 17.

Tabela 17: Indicadores de desempenho Social referente à Sociedade

Aspecto	Descrição
Comunidade	Natureza, escopo e eficácia de quaisquer programas e práticas para avaliar os impactos das atividades nas comunidades, incluindo a entrada, operação e saída; prêmios recebidos para o desempenho social, ético e ambiental;
Corrupção	Percentual e número total de unidades de negócios submetidas a avaliações de riscos relacionados à corrupção; políticas, sistemas gerenciais e mecanismos de conformidade para a organização e empregados com relação ao suborno e corrupção;
Políticas Públicas	Posições quanto a políticas públicas e participação na elaboração de políticas públicas e <i>lobbies</i> ; quantia paga a partidos políticos e instituições que financiam partidos políticos ou seus candidatos;
Concorrência desleal adicional	Número total de ações judiciais por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio e seus resultados;
Conformidade essencial	Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não-monetárias resultantes da não conformidade com leis e regulamentos.

Fonte: GRI (2008)

Os Indicadores de desempenho referentes à Responsabilidade pelo Produto podem ser visto na tabela 18.

Tabela 18: Indicadores de desempenho referentes à Responsabilidade pelo Produto

Aspecto	Descrição
Saúde e segurança do cliente-essencial	Fases do ciclo de vida de produtos e serviços em que os impactos na saúde e segurança são avaliados visando melhoria, e o percentual de produtos e serviços sujeitos a esses procedimentos; políticas para preservar a saúde e segurança do consumidor durante o uso de produtos e serviços; número de tipo de não-conformidade com a legislação referente à saúde e segurança do consumidor; número de reclamações aos órgãos regulatórios para garantir a segurança e a saúde no uso dos produtos e serviços; prêmios de responsabilidade sócio-ambiental recebidos pela organização e/ou selos de órgãos ou instituições atestando a qualidade do produto ou serviço;
Rotulagem de produtos e serviços	Tipo de informação sobre produtos exigido na rotulagem, e o percentual de produtos sujeitos a tais exigências; número de casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relacionados a informações em produtos e serviços, discriminados por tipo de resultado; e práticas relacionadas à satisfação do cliente, incluindo resultados de pesquisas que medem essa satisfação;
Comunicações de marketing	Programas de adesão às leis, normas e códigos voluntários relacionados a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio;
Conformidade	Número de reclamações relativas à violação de privacidade e perda de dados de clientes;
Compliance	Valor monetário de multas por não-conformidade com leis e regulamentos relativos ao fornecimento e uso de produtos e serviços;
Respeito à privacidade	Políticas de respeito à privacidade do consumidor; número de reclamações registradas com respeito à violação da privacidade de consumidores.

Fonte: GRI (2008)

2.4. INDICADORES DO INSTITUTO ETHOS

O Instituto ETHOS de Organizações e Responsabilidade Social é uma organização sem fins lucrativos. Tem como princípio e missão mobilizar, contribuir e colaborar com as organizações a fim de gerir seus negócios de forma sustentável contribuindo na construção de uma sociedade equilibrada e equânime. Em 1998 é criado o Instituto ETHOS de Empresas e Responsabilidade Social por empresários com origem na iniciativa privada. Sua missão é sensibilizar, mobilizar e ajudar as organizações a administrar seus negócios de forma responsável, transformando-as parceiras na elaboração de uma sociedade sustentável. O Instituto ETHOS é um pólo de propagação de conhecimento, troca de experiências e desenvolvimento de ferramentas e mecanismos para auxiliar as organizações a analisar suas práticas socioambientais e aprofundar seu compromisso com a responsabilidade social, o desenvolvimento sustentável e a sustentabilidade. O Instituto ETHOS tem o propósito de auxiliar as organizações a assimilar o conceito de responsabilidade social e incorporá-lo ao dia-a-dia de sua organização, num mecanismo contínuo de avaliação e aperfeiçoamento.

O Instituto ETHOS (2010) propõe-se a disseminar a prática da responsabilidade socioambiental empresarial, ajudando as instituições a:

- i. Incorporar o conceito do comportamento socioambiental empresarial responsável;
- ii. Implementar mecanismos éticos que colaborem para o sucesso socioambiental e econômico sustentável;
- iii. Ter responsabilidades socioambientais com todos os atores sociais envolvidos em seus empreendimentos;
- iv. Demonstrar a seus investidores, cotistas e acionistas a importância do comportamento socioambiental responsável;
- v. Buscar desenvolver parcerias que promovam o desenvolvimento socioambiental e econômico responsável nas comunidades que atuam;
- vi. Colaborar para o desenvolvimento socioambiental e econômico sustentável no longo prazo.

O Instituto ETHOS (2010) trabalha em cinco linhas de atuação:

1. Ampliação do movimento de responsabilidade socioambiental das organizações.

Sensibilização e empenho de organizações e dos meios de comunicação para o tema da responsabilidade socioambiental das organizações, gerenciamento do comitê brasileiro do Pacto Global da ONU etc.

2. Aprofundamento de práticas em RSE.

Indicadores ETHOS de RSE, com versões para pequenas organizações e alguns setores da economia, conferência internacional periódica anual, constituição de redes de interesse, promoção da publicação de relatórios socioambientais e produção de publicações e manuais práticos.

3. Influência sobre mercados e seus atores mais importantes, para criar um ambiente que estimule à RSE.

Elaboração de critérios de investimentos socialmente responsáveis, desenvolvimento de programa de políticas públicas e participação em conselhos governamentais para desenvolvimento de uma agenda pública brasileira.

4. Articulação do movimento de RSE com políticas públicas.

- a) Desenvolvimento de políticas de responsabilidade socioambiental das organizações;
- b) Promoção da participação das organizações em políticas de responsabilidade socioambiental das organizações no Instituto ETHOS;
- c) Fomento à participação das organizações no planejamento da sociedade, através de acompanhamento da responsabilidade socioambiental das organizações;
- d) Divulgação da responsabilidade socioambiental das organizações em espaços públicos e eventos;
- e) Estruturação de processos de consulta a membros da organização.

5. Produção de informação.

Pesquisa periódica "Organizações e Responsabilidade Social – Percepção e Tendências do Consumidor", desenvolvimento de conteúdo sobre o tema na internet, divulgação de informações com entidades internacionais líderes no tema responsabilidade socioambiental das organizações.

O relatório socioambiental do Instituto ETHOS, baseia-se no modelo de BS do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas e sugere um detalhamento dos problemas socioambientais encontrados. O Instituto ETHOS aprova a importância dos Balanços Sociais adquirirem credibilidade em comparação aos balanços contábeis e/ou financeiros.

Assim como em outros modelos, apresenta indicadores quantitativos e qualitativos de uso interno, que permitem a avaliação dos mecanismos e iniciativas de responsabilidade socioambiental das organizações.

A estrutura do modelo do Instituto ETHOS, pode ser definida em quatro partes da seguinte maneira:

Parte 1: Apresentação da organização em relação à missão, visão, perfil do negócio e setor que a organização atua;

Parte 2: Organização: histórico, valores, estrutura organizacional, e estrutura da governança corporativa;

Parte 3: Atividade Organizacional: diálogo com todos os envolvidos e os indicadores de desempenho.

Parte 4: Anexos: demonstrativo do relatório socioambiental da organização, iniciativas de responsabilidade socioambiental da organização e notas gerais.

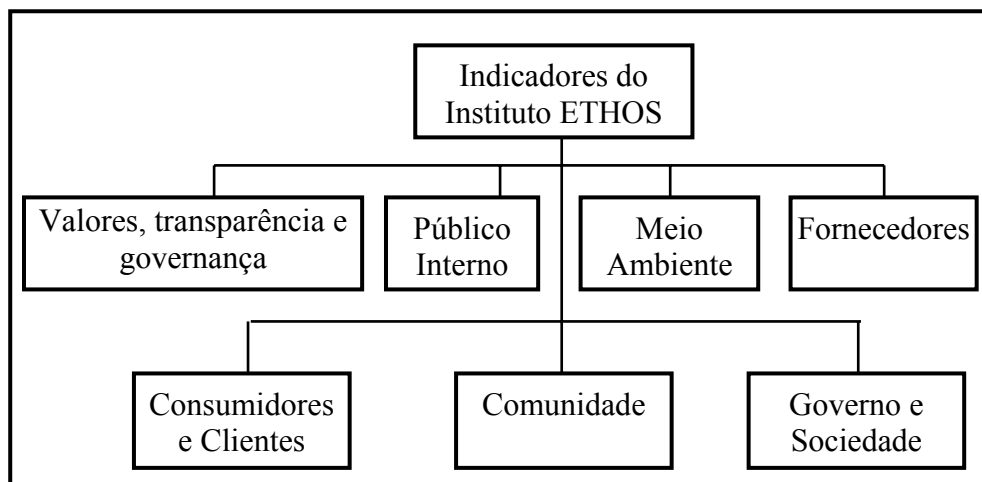
Objetivando o fortalecimento da cultura da responsabilidade social no Brasil, o instituto ETHOS criou o Guia de elaboração dos Indicadores ETHOS de Responsabilidade Socioambiental Empresarial descrito a seguir.

2.4.1. Indicadores ETHOS de Responsabilidade Social Empresarial

Os Indicadores ETHOS de Responsabilidade socioambiental empresarial trata-se de um instrumento de aprendizagem e avaliação de utilização interna referente às iniciativas de responsabilidade socioambiental das organizações, o planejamento estratégico e monitoramento da organização.

Os indicadores de responsabilidade socioambiental empresarial do Instituto ETHOS, expostos na figura a seguir, são classificados em sete dimensões visando a análise das atividades econômicas, ambientais e sociais.

Figura 03: Indicadores ETHOS de Responsabilidade Social Empresarial



Fonte: ETHOS (2010)

2.4.1.1. Valores, Transparência e Governança

Para o Instituto ETHOS (2010) os princípios e valores éticos formam a base da cultura institucional orientando sua missão social e a conduta de seus membros internos. A responsabilidade socioambiental empresarial é decorrente do entendimento de que as organizações devem promover benefícios para a sociedade, realizar melhoria profissional aos empregados, gerar benefícios para os parceiros e para o meio ambiente além de buscar ganhos financeiros. A adoção de uma postura transparente com respeito aos compromissos éticos fortalece a legitimidade social das atividades empresariais.

A incorporação da ética nas interações das instituições é descrita no indicador Valores, Transparência e Governança sendo analisada em dois aspectos como: Auto Regulação da Conduta e Relações Transparentes com a Sociedade. Por sua vez, são descritos com os valores e princípios da organização, códigos de ética, respeito aos direitos humanos, cumprimento da legislação e de tratados e diretrizes internacionais, disseminação dos valores entre os membros internos, comunicação entre as partes interessadas, concorrência leal e justa entre outros.

Os aspectos e descrições do indicador Valores, Transparência e Governança são apresentados de forma simplificada na tabela 19.

Tabela 19: Valores, Transparência e Governança

Aspecto	Descrição
Auto Regulação da Conduta	<ul style="list-style-type: none"> • Compromissos Éticos • Enraizamento na Cultura Organizacional • Governança Corporativa
Relações Transparentes com a Sociedade	<ul style="list-style-type: none"> • Relações com a Concorrência • Diálogo com Partes Interessadas (<i>Stakeholders</i>) • Balanço Social

Fonte: ETHOS (2010)

Segundo o ETHOS (2010), é fundamental que a organização formalize os seus compromissos éticos. Esse comportamento permite que a organização comunique-se com os seus parceiros e propague a participação de todos os envolvidos na conduta ética. Esse código de ética ou de compromisso social pode ser considerado um instrumento de realização da visão e da missão empresarial visando orientar e conduzir a alta administração na disseminação das bases de sustentação da organização socialmente responsável.

Estimular a participação dos envolvidos nos processos de avaliação e monitoramento, possibilitar a incorporação de melhorias no trabalho e aprimorar a cultura organizacional faz parte do compromisso de promover uma governança corporativa considerando os diversos interesses entre Acionistas/Cotistas, Conselho de Administração, Diretoria, Auditoria Independente e Conselho Fiscal. Uma boa governança corporativa é fundamental para uma organização socialmente responsável, pois é um dos pilares que garante o nível de confiança entre as partes interessadas implicando na incorporação de critérios socioambientais na definição do negócio.

Além de propiciar a auto-regulação da conduta empresarial, o indicador ETHOS de Valores, Transparência e Governança identifica relações transparentes com a sociedade. O monitoramento dos resultados de indicadores pode agregar expectativas à avaliação de auditorias realizadas por instituições da sociedade como ONGs, sindicatos e movimentos sociais (ETHOS, 2010).

2.4.1.2. Público Interno

Uma organização socialmente responsável não se restringe a respeitar os direitos dos membros internos, relacionados na legislação trabalhista e nos padrões da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Além de respeitar às comunidades locais, a organização deve investir no desenvolvimento profissional e pessoal dos membros internos, na melhoria das condições de trabalho e no estreitamento de suas relações com os empregados (ETHOS, 2010).

A gestão de relacionamento com o seu público interno, ou seja, seus empregados, é de grande importância para o sucesso da organização, pois esta aumenta sua capacidade de adaptação às mudanças no seu ambiente com um aumento do comprometimento, competência e alinhamento dos objetivos da organização com seus membros internos (STONER e FREEMAN, 2008).

Os aspectos e descrições do indicador Público Interno são apresentados de forma simplificada na tabela 20.

Tabela 20: Público Interno

Aspectos	Descrição
Diálogo e Participação	<ul style="list-style-type: none"> • Relações com Sindicatos; • Relações com Trabalhadores Terceirizados; • Gestão Participativa.
Respeito ao Indivíduo	<ul style="list-style-type: none"> • Compromisso com o Futuro das Crianças; • Compromisso com o Desenvolvimento Infantil; • Valorização da Diversidade; • Compromisso com a Equidade Racial; • Compromisso com a Equidade de Gênero.
Trabalho Decente	<ul style="list-style-type: none"> • Política de Remuneração, Benefícios e Carreira; • Cuidado com Saúde, Segurança e Condições de Trabalho; • Compromisso com o Desenvolvimento Profissional e a Empregabilidade; • Comportamento Frente a Demissões; • Preparação para Aposentadoria.

Fonte: ETHOS (2010)

Segundo o Instituto ETHOS (2010), o aspecto diálogo e participação são descritos de acordo com as relações que a organização estabelece com as organizações sindicais na busca de solucionar reivindicações coletivas, além de buscar consolidar a prática de comunicação com essas organizações. A instituição deve disseminar seus valores pela cadeia de fornecedores, parceiras e terceirizadas exigindo que esses trabalhadores tenham condições semelhantes às de seus membros internos. É de responsabilidade da organização evitar que ocorram terceirizações onde a minimização de custos seja obtida pela degradação e precarização das condições de trabalho. Os programas de gestão participativa devem envolver os empregados na solução dos problemas da organização favorecendo o desenvolvimento pessoal e profissional.

No aspecto respeito ao indivíduo a organização deve apresentar comprometimento com o futuro das crianças, jovens e adolescentes através da não utilização, direta ou indiretamente de trabalho infantil (menores de 14 anos) e contratando menores entre 14 e 16 anos na condição de aprendizes, mas exigindo a sua presença na escola. Toda organização que valoriza e respeita o seu público interno deve agir para proteger a saúde dos filhos dos seus membros internos propiciando exames de pré-natal, exigir o registro de nascimento, o aleitamento materno no mínimo até os seis meses de idade, vacinação e imunização completa, acesso a serviços de saúde, creches e pré-escolas, garantir a participação dos pais na vida das crianças e proteção contra acidentes domésticos e de abusos (ETHOS, 2010).

Crianças e adolescentes não podem ser considerados como um pequeno indivíduo adulto, portanto as instituições devem investir na infância e adolescência para promover o desenvolvimento social do país. Como as organizações são parte integrante da sociedade elas devem garantir os direitos de acesso a serviços de saúde de qualidade, ao desenvolvimento à educação com investimentos de recursos humanos e financeiros. Garantir os direitos das crianças, jovens e adolescentes é assegurar o desenvolvimento de seres humanos responsáveis, com melhor nível educacional, melhores salários numa sociedade equilibrada e igualitária (SOUSA, 2006).

No aspecto respeito ao indivíduo, a organização deve oferecer oportunidades iguais às pessoas, independente da raça, origem, sexo, idade, condições de saúde, religião, orientação sexual (ETHOS, 2010).

No aspecto trabalho decente, a organização socialmente responsável deve desenvolver uma estrutura de remuneração e benefícios que valorize as competências potenciais de seus membros internos investindo no desenvolvimento pessoal. Além disso, deve cuidar da saúde e segurança monitorando as condições de trabalho para evitar acidentes e doenças decorrentes direta ou indiretamente do exercício profissional. As demissões de membros internos não devem ser utilizadas prioritariamente como recurso de redução de custos, pelo contrário, quando forem inevitáveis, a organização deve estabelecer critérios como: facilidade de recolocação, idade do funcionário, empregados temporários, empregado casado ou com filhos etc., assegurando os benefícios dos seus membros internos além de auxiliar na recolocação dos demitidos.

Por fim, a organização socialmente responsável deve desenvolver mecanismos de complementação previdenciária, na busca da redução do impacto da aposentadoria no nível de renda (ETHOS, 2010).

2.4.1.3. Meio Ambiente

Uma organização responsável ambientalmente procura garantir a qualidade de vida das gerações futuras primando pela utilização racional dos recursos ambientais e não colaborando com a exploração predatória e ilegal de recursos.

Esses aspectos ambientais avaliados pelo indicador ETHOS Meio Ambiente, diz respeito ao comprometimento da instituição com a melhoria ambiental através da conservação da biodiversidade, não utilização de recursos ambientais oriundos de exploração ilegal, realização de campanhas de educação socioambiental para os seus membros internos, estimulando a redução do desperdício de água, do consumo de insumos e geração de resíduos (SOUSA, 2006).

Os aspectos e descrições do indicador Meio Ambiente são apresentados de forma simplificada na tabela 21.

Tabela 21: Meio Ambiente

Aspecto	Descrição
Responsabilidade Frente às Gerações Futuras	<ul style="list-style-type: none"> • Compromisso com a Melhoria da Qualidade Ambiental • Educação e Conscientização Ambiental
Gerenciamento do Impacto Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Gerenciamento do Impacto no Meio Ambiente e do Ciclo de Vida de Produtos e Serviços • Sustentabilidade da Economia Florestal • Minimização de Entradas e Saídas de Materiais

Fonte: ETHOS (2010)

Segundo o Instituto ETHOS (2010), toda organização deve buscar o desenvolvimento de projetos visando a compensação ambiental pela utilização de recursos ambientais considerando o meio ambiente em todos os produtos, serviços e atividades permeando as áreas da instituição, evitando riscos futuros e aprimorando processos voltados para a sustentabilidade ambiental. A instituição ambientalmente responsável deve desenvolver campanhas educativas com os membros internos e programas ambientais voltados para seus membros internos e demais públicos.

A instituição que possui consciência ambiental, não pode apenas se preocupar com os impactos gerados por suas atividades, deve ir mais além preocupando-se com as saídas do seu processo produtivo como mercadorias, embalagens e materiais não utilizados, ou seja, deve se preocupar com as entradas e saídas de materiais (ETHOS, 2010).

São ações importantes na redução dos impactos socioambientais o desenvolvimento de insumos recicláveis e a diminuição da poluição gerada além de incluir materiais refugados e descartados originados em suas operações (ETHOS, 2010).

A preocupação com os padrões ambientais mundialmente aceitos, incluindo a série ISO 14000, é um importante fator para indicar a conscientização ambiental da organização e disseminar os conhecimentos de preservação ambiental para toda a cadeia produtiva e sociedade (SOUSA, 2006).

2.4.1.4. Fornecedores

Toda organização é dependente de fornecedores de materiais primas, mão de obra, produtos e/ou serviços de fornecedores para a obtenção de menores preços, trabalho de qualidade, entregas mais rápidas e de melhores condições de competir no mercado. No entanto é necessário analisar alguns aspectos no processo de desenvolvimento, seleção e manutenção de fornecedores (SOUSA, 2006).

Os aspectos e descrições dos indicadores Fornecedores são apresentados de forma simplificada na tabela 22.

Tabela 22: Fornecedores

Aspecto	Descrição
Seleção, Avaliação e Parceria com Fornecedores	<ul style="list-style-type: none"> • Critérios de Seleção e Avaliação de Fornecedores • Trabalho Infantil na Cadeia Produtiva • Trabalho Forçado (ou análogo ao escravo) na Cadeia Produtiva • Apoio ao Desenvolvimento de Fornecedores

Fonte: ETHOS (2010)

No processo de desenvolvimento e seleção de fornecedores, a organização deve buscar apoiar e adequá-los às práticas socioambientais, oferecendo treinamentos aos membros internos de seus fornecedores e terceirizados para que desenvolvam a mesma consciência socioambiental condizentes com a postura da organização contratante (SOUSA, 2006).

Sobre a questão do trabalho infantil, a instituição deve obrigar dos seus fornecedores e parceiros a erradicação da exploração do trabalho de crianças, adolescentes e jovens além de verificar o seu cumprimento (SOUSA, 2006).

Uma instituição no processo de desenvolvimento e seleção de fornecedores pode priorizar organizações locais ou próximas as suas atividades executando seus procedimentos em

conformidade com princípios socioambientais. Além disso, a organização pode buscar o desenvolvimento econômico e socioambiental da sociedade através da utilização de entidades próximas à comunidade como fornecedores (SOUSA, 2006).

A organização deve estar atenta quanto a não existência de trabalho forçado em sua cadeia produtiva incluindo a proibição em seus contratos. Deve realizar pesquisa, avaliação e conferência da documentação comprobatória de seus parceiros e fornecedores da inexistência de qualquer espécie de trabalho forçado (ETHOS, 2010).

2.4.1.5. Consumidores e Clientes

A responsabilidade social em relação aos consumidores e clientes deve exigir das organizações o desenvolvimento de produtos e serviços com mínimos riscos de danos à saúde dos usuários e das pessoas em geral. A publicidade dos seus produtos deve orientar os usuários ao seu uso adequado, com detalhamento das informações incluídas nas embalagens devendo a organização assegurar suporte para os clientes antes, durante e após o consumo. Atitude de responsabilidade com consumidores e clientes não deve ser analisada somente como direito do consumidor, mas como obrigação da organização em prestar retorno das suas atividades, pois da mesma forma que usuários causam impacto nas organizações, como por exemplo, receita e lucro, os produtos e serviços das organizações também causam impactos nos consumidores tendo assim uma relação de reciprocidade (ETHOS, 2010).

Os aspectos e descrições do indicador Consumidores e Clientes podem ser vistos simplificadaamente na tabela 23.

Tabela 23: Consumidores e Clientes

Aspecto	Descrição
Dimensão Social do Consumo	<ul style="list-style-type: none"> • Política de Comunicação Comercial • Excelência do Atendimento • Conhecimento e Gerenciamento dos Danos Potenciais dos Produtos e Serviços

Fonte: ETHOS (2010)

Para o Instituto ETHOS (2010), uma organização que se preocupa com os impactos de suas atividades deve se preocupar em não criar falsas expectativas que extrapolem o que é oferecido pelo produto além de não provocar desconforto ou constrangimento para quem consumi-lo informando corretamente os riscos potenciais dos produtos oferecidos.

A política de comunicação comercial deve abranger questões como atualização das embalagens e rótulos, especificações claras do conteúdo e características do produto além de apresentar propagandas em conformidade com os códigos de conduta ética e social da organização. Visando a excelência no atendimento constante, no aspecto dimensão social do consumo, a organização deve oferecer um serviço de atendimento ao consumidor, órgão responsável pela condução das reclamações, denúncias e acompanhamento da satisfação dos consumidores (SOUSA, 2006).

Os conhecimentos dos danos ocasionados pelos produtos devem contemplar as ações da organização relacionadas à saúde e segurança dos seus clientes, à capacidade de reação da organização às situações de perigo em que envolvam suas atividades, produtos além do respeito à privacidade das informações dos consumidores (SOUSA, 2006).

2.4.1.6. Comunidade

O investimento da organização em ações que tragam benefícios para a sociedade é o retorno dos impactos de suas atividades, além de reverter em ganhos na percepção que os consumidores têm da própria instituição (ETHOS, 2010).

Respeitar os costumes e culturas locais, empenhar na educação e na disseminação de valores socioambientais além de promover uma política de envolvimento comunitário das instituições que pretendem ser responsáveis socialmente (ETHOS, 2010).

Os aspectos e descrições do indicador Comunidade são apresentados de forma simplificada na tabela 24.

Tabela 24: Comunidade

Aspecto	Descrição
Relações com a Comunidade Local	<ul style="list-style-type: none"> • Gerenciamento do Impacto da Organização na Comunidade de Entorno • Relações com Organizações Locais
Ação Social	<ul style="list-style-type: none"> • Financiamento da Ação Social • Envolvimento com a Ação Social

Fonte: ETHOS (2010)

Possuir e ter conhecimento de processos para registrar dúvidas, problemas, dificuldades e reclamações, promover reuniões sistemáticas com as lideranças locais, informar os impactos atuais e futuros das suas atividades, envolver a comunidade na resolução de problemas, criar comitês com participação de todos os envolvidos para analisar os processos da organização e monitorar impactos, são alguns exemplos de práticas eficazes no estabelecimento de laços sólidos com a comunidade de entorno (SOUSA, 2006).

Na interação entre organização e sociedade devem-se respeitar os costumes locais, tendo uma interação clara e transparente com os grupos locais e seus representantes, possibilitando a solução conjunta de problemas e negociação de conflitos entre as partes envolvidas. Além dessas relações com a sociedade, a instituição deve ter projetos em parceria com entidades comunitárias e ONGs destinando verbas e recursos permitindo a elevação do desenvolvimento socioambiental da comunidade (ETHOS, 2008).

A atuação social da organização na comunidade local pode ser potencializada por estratégias que priorizem a qualidade dos projetos socioambientais multiplicando as práticas bem sucedidas e favorecendo o desenvolvimento de cadeias de atendimento e fortalecimento das políticas públicas (ETHOS, 2008).

A organização pode desenvolver projetos de iniciativas socioambientais, mobilizar parceiros, fornecedores e associados para a execução de iniciativas socioambientais e envolver seus membros internos na execução e apoio a projetos socioambientais da sociedade, sendo o trabalho voluntário um importante fator de desenvolvimento dos membros internos no aspecto pessoal e profissional (ETHOS, 2008).

2.4.1.7. Governo e Sociedade

O relacionamento entre as organizações e a comunidade com o seu posicionamento político, principalmente nas campanhas eleitorais, é um importante aspecto para analisar a lisura e comprometimento com o desenvolvimento sustentável. A transparência na destinação de recursos para partidos e candidatos é de fundamental importância na manutenção da democracia, pois a falta de clareza na movimentação financeira em campanhas políticas pode gerar troca de favores prejudicando os interesses da sociedade favorecendo determinado segmento. Divulgar regras, critérios e valores doados permite o acesso a essas informações ao público interno e externo contribuindo para uma sociedade democrática, condição fundamental para o desenvolvimento socioambiental. A atuação política, a participação em comissões e grupos de interesse à defesa de questões de caráter social são exemplos de como as organizações se tornam agentes de transformação social. É importante que a organização procure assumir o seu papel na formação dos indivíduos. Programas de conscientização para a cidadania e importância do voto para os membros internos e comunidade são um grande passo para que a organização possa alcançar liderança na discussão de temas com grande participação popular (SOUSA, 2006).

Os aspectos e descrições do indicador Governo e Sociedade são apresentados de forma simplificada na tabela 25.

Tabela 25: Governo e Sociedade

Aspecto	Descrição
Transparência Política	<ul style="list-style-type: none"> • Contribuições para Campanhas Políticas; • Construção da Cidadania pelas Organizações; • Práticas Anticorrupção e Antipropina.
Liderança Social	<ul style="list-style-type: none"> • Liderança e Influência Social; • Participação em Projetos Sociais Governamentais.

Fonte: ETHOS (2010)

Além da transparência política através de atitudes socioambientais responsáveis em contribuições para campanhas políticas na construção da cidadania, as organizações devem realizar debates democráticos que atendam aos interesses de seus membros internos e dos cidadãos (ETHOS, 2010).

Conforme o Instituto ETHOS (2010), no aspecto liderança e influência, a organização socialmente responsável deve participar de associações e fóruns empresariais, elaborando propostas de interesse público e caráter social. A proporção dos problemas socioambientais no Brasil torna imprescindível a participação das organizações.

Além de assumir sua obrigação de recolher corretamente impostos, tributos e contribuições, as organizações podem e devem contribuir com projetos e ações governamentais, privilegiando as iniciativas e políticas públicas na área socioambiental (ETHOS, 2010).

2.5. CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS ENTRE AS INICIATIVAS PARA AVALIAÇÃO DA RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL

Diversas iniciativas voltadas para aprimorar e reforçar a responsabilidade ambiental, social, econômica e corporativa culminando no Desenvolvimento Socioambiental Sustentável tem sido elaborado.

Cada instrumento possui suas próprias peculiaridades tendo o mesmo propósito: auxiliar a construção de uma sociedade equilibrada com a elaboração, promoção e divulgação dos mecanismos e iniciativas socioambientais.

Com o mesmo objetivo de publicar informações sobre a responsabilidade socioambiental, os três relatórios de análise socioambiental (IBASE, GRI e ETHOS) demonstram diferentes formas e características.

A tabela 26 a seguir, procura resumir as principais diferenças e semelhanças entre estes três tipos de relatórios sociais.

Tabela 26: Características Gerais dos Modelos de Relatórios Sociais

Características Gerais dos Modelos de Relatórios Sociais			
Balço Social	IBASE	ETHOS	GRI
Tipologia	Numérico / Comparativo	Relatório / Informações Específicas	Relatório / Informações Específicas
Padrão	Nacional	Nacional	Internacional
Certificação	Selo IBASE (atualmente extinto)	Não Possui	Não Possui
Público Alvo	Toda a população	Interno	Toda a população

Fonte: Novaes (2009)

As iniciativas de modelos de relatórios socioambientais apresentadas pelo *Global Reporting Initiative*, Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas e Instituto ETHOS tem uma atuação muito abrangente.

Constata-se que os relatórios socioambientais procuram encontrar o posicionamento das organizações frente questões socioambientais. Os relatórios elaborados no formato GRI mostram indicadores de desempenho socioambientais e econômico, descrevendo as políticas e programas de cada área. Uma característica existente nos relatórios do GRI é a presença de dados quantitativos e de informações qualitativas para demonstrar a capacidade de organização das instituições que o adotam. As informações divulgadas nos relatórios socioambientais do GRI devem seguir as diretrizes desse modelo. O conjunto de diretrizes, normas e indicadores do relatório GRI proporciona credibilidade, comparabilidade, periodicidade e legitimidade.

Os indicadores do Instituto ETHOS são essencialmente uma ferramenta de auto-avaliação para as organizações que os adotam. Foram desenvolvidos para que a sua execução fosse um exercício para que a organização pudesse averiguar em que nível de responsabilidade socioambiental ela se encontra. Os indicadores do Instituto ETHOS, é um tipo de relatório detalhado, narrativo, descritivo, extenso e tem como público específico a diretoria e principais acionistas.

Pode-se concluir, que conforme a tabela 27, os relatórios ETHOS, IBASE e GRI são complementares e apresentam muitas semelhanças no que tange aos assuntos abordados.

Tabela 27: Comparação entre os Relatórios de Sustentabilidade

	Relatórios				Relatórios		
	GRI	ETHOS	BS IBASE		GRI	ETHOS	BS IBASE
Dados Gerais				Práticas Trabalhistas			
Visão Estratégica	✓			Benefícios concedidos aos Empregados	✓	✓	✓
Dados Econômicos	✓		✓	Relação de Trabalho	✓	✓	✓
Competitividade	✓	✓		Saúde e Segurança do Trabalhador	✓	✓	✓
Corrupção e Suborno	✓	✓		Treinamento e Educação	✓	✓	✓
Cumprimento da Lei	✓	✓		Diversidade e Oportunidade	✓	✓	✓
Posicionamento Político	✓	✓		Políticas frente às Aposentadorias e Demissões	✓	✓	✓
Gestão do Negócio				Responsabilidade sobre o Produto			
Governança Corporativa	✓	✓		Saúde e Segurança do Consumidor	✓	✓	
Relacionamento com o Cliente	✓	✓		Qualidade do Produto	✓		
Código de Ética e Conduta	✓	✓		Política de Propaganda	✓	✓	
Sistemas de Gestão da Organização	✓			Respeito e Privacidade do Consumidor	✓	✓	
Meio Ambiente				Direitos Humanos			
Eco-eficiência		✓	✓	Estratégia e Administração	✓	✓	
Impactos Ambientais dos Produtos e Serviços	✓	✓		Não Discriminação	✓	✓	✓
Matéria-Prima, Energia e Água	✓	✓		Trabalho Forçado e Infantil	✓	✓	
Emissões, Efluentes e Resíduos	✓	✓	✓	Práticas de Disciplina	✓		
Impactos sobre a Biodiversidade	✓	✓		Direitos Indígenas	✓		
Educação Ambiental		✓	✓	Fornecedores			
Ciclo de Vida do Produto	✓	✓		Crterios de Seleção		✓	✓
Gestão Ambiental		✓		Relacionamento de Fornecedores	✓		
Sociedade				Desenvolvimento dos Fornecedores		✓	
Gestão dos Impactos nas Comunidades	✓	✓					
Projetos Sociais e Doações		✓	✓				
Prêmios Ganhos	✓						

Fonte: Sousa (2006)

Grande parte dos indicadores do Instituto ETHOS são vistos no relatório do GRI. Os relatórios socioambientais baseados nos indicadores do Instituto ETHOS são descritivos com pouquíssimos indicadores quantitativos. A proposta do modelo ETHOS é ser utilizado como um instrumento interno de avaliação e não como um modelo de relatório socioambiental divulgando informações socioambientais e econômicas.

O relatório socioambiental do IBASE é pequeno, numérico visando atingir um público maior comparado com o ETHOS, mas ambos podem e devem ser utilizados como instrumento de gestão de planejamento verificando a evolução da atuação em práticas socioambientais. Este instrumento, por ser mais conciso, se presta muito bem para dar publicidade aos investimentos socioambientais da organização. São publicados em jornais e revistas de circulação nacional com reprodução nos relatórios de sustentabilidade da organização. A adoção do relatório socioambiental modelo IBASE como meio de divulgação das práticas socioambientais da organização não é a ideal, pois este instrumento adota basicamente indicadores monetários e por ser bastante resumido, apresenta os dados mais consolidados, dificultando uma análise mais profunda das informações apresentadas.

Os Indicadores Ambientais, Informações relevantes, Base de Cálculo e Indicadores do Corpo Funcional quanto ao exercício da cidadania empresarial dos três modelos de relatório socioambiental são convergentes.

Os Indicadores do Corpo Funcional são equivalentes aos Indicadores de Desempenho Referentes a Práticas Trabalhistas, Trabalho Decente e Membros Internos. Os Indicadores da Base de Cálculo possuem os mesmos formatos dos indicadores de Desempenho Econômico (GRI) e Valores, Transparência e Governança. No entanto, as informações divulgada no relatório socioambiental modelo IBASE possuem um conteúdo mais direto. As Informações Relevantes complementam as informações de Base de Cálculo, sendo equivalente aos relatórios socioambientais do GRI e Instituto ETHOS (GODOY *et. al.*, 2007).

Com relação aos indicadores do Instituto ETHOS, os indicadores Consumidores e Clientes, Comunidade, Fornecedores, Governo e Sociedade são equivalentes aos indicadores do relatório socioambiental do GRI, porém não possuem relação com o relatório socioambiental do IBASE. Os indicadores Fornecedores e Direitos Humanos têm pouquíssimas características do relatório socioambiental GRI. Em contrapartida, Consumidores e Clientes equivalem-se com o Indicador de Responsabilidade sobre o Produto. Assim, esses indicadores

possuem informações relevantes às diversas partes interessadas nos bens e/ou serviços da organização (GODOY *et. al.*, 2007).

O relatório socioambiental do GRI é mais detalhado e o modelo do Instituto ETHOS foi baseado nos princípios do GRI e ajustado à realidade brasileira (NOVAES, 2009).

Os três modelos de relatórios socioambientais (ETHOS, GRI e IBASE) apresentam características distintas, com uma maior semelhança entre os modelos GRI e ETHOS. Mesmo tendo o objetivo geral de apresentar as ações socioambientais, os modelos se diferem ao público alvo. O modelo IBASE visa o público geral com dados simplificados e reduzidos. O modelo GRI, mesmo não especificando um público alvo, é parcialmente destinado ao público mais especializado (acionistas, diretores, acadêmicos e grandes investidores) por apresentar relatório mais extenso e complexo. Já os indicadores do Instituto ETHOS define explicitamente o público interno (diretores e principais acionistas) das organizações como alvo. No Brasil ainda não existe uma conformidade na forma da apresentação do relatório socioambiental sobre quais informações ele deveria evidenciar, se deve ser obrigatório ou espontâneo. Entretanto, muitas organizações preferem o balanço social modelo IBASE em função deste ser reduzido e bem estruturado.

2.6. SÍNTESE DO CAPÍTULO

Esse capítulo teve como objetivo estudar as iniciativas para avaliação da responsabilidade socioambiental e mecanismos de apoio ao desenvolvimento sustentável e se aprofunda na compreensão do surgimento dos balanços sociais e sua aplicação nas organizações. Inicialmente, são definidos os balanços sociais do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, o relatório socioambiental do *Global Reporting Initiative* (GRI) e os indicadores do Instituto ETHOS. Apesar da existência desses três modelos, várias entidades criam seus formatos, seguindo suas estratégias de comunicação. No próximo capítulo são apresentadas as relações do setor canavieiro com o meio ambiente, com a degradação social e o seu avanço econômico para uma posterior análise dos seus balanços sociais.

3. COMPLEXO AGROINDUSTRIAL CANAVIEIRO E SUAS RELAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS E ECONÔMICAS

3.1. INTRODUÇÃO

Apesar do alto desempenho financeiro e/ou econômico mostrado pela atividade canavieira, e de todo marketing de sustentabilidade que ela tenta transmitir, sua produção agrícola vem sendo alvo de muitas críticas por parte dos trabalhadores e das comunidades locais, que alegam degradação socioambiental, precarização do trabalho no campo, desemprego e má distribuição de renda. Esse capítulo tem o objetivo de analisar os aspectos socioambientais da atividade agroindustrial canavieira mostrando os impactos dessa atividade no ambiente em que estão localizadas. Inicialmente, são descritos os impactos socioambientais da atividade do complexo agroindustrial canavieiro, mostrando a depreciação do trabalho e do ecossistema terrestre. Em seguida são dissertados os avanços financeiro e/ou econômicos do setor alcooleiro, mostrando o aumento da participação política e econômica do setor frente à sociedade. Finalmente, é exposta a disputa entre o setor sucroalcooleiro com a sociedade civil das práticas necessárias à sustentabilidade, notando-se que a expansão da cana-de-açúcar ocorre sem evitar a degradação socioambiental e sem preocupar com o bem-estar da sociedade.

3.2. A RELAÇÃO DO CAI CANAVIEIRO COM O MEIO AMBIENTE

Para Antunes (2002), o risco ambiental é representado pelos possíveis danos que uma atividade econômica pode causar ao ecossistema terrestre. A Lei 6.938/81, no art. 3º, V diz que são considerados recursos ambientais “a atmosfera, o solo, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, os elementos da biosfera, o subsolo, a vida animal e às espécies vegetais” (BRASIL, 1981) e na Constituição Federal, art. 225, estabelece que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado [...]”. Assim pode-se considerar dano ambiental, como sendo as lesões à atmosfera, ao mar territorial, às águas interiores, superficiais e profundas, ao solo e subsolo, à vida animal e às espécies vegetais que geram degradação do equilíbrio ecológico (BRASIL, 1990).

A relação entre risco ambiental e os riscos sofridos pelas organizações está fundamentada no “Princípio do Poluidor Pagador”. Por esse princípio o poluidor deve ser o responsável por suas ações ou omissões de forma mais ampla possível em relação à degradação ambiental causada pelo mesmo. A penalização deve ter efeitos pedagógicos evitando que todos na sociedade sejam penalizados pelos custos ambientais. Desta forma, o risco ambiental passa a ser um custo financeiro, pois assim internalizam-se os custos da degradação ambiental ao processo produtivo, com o objetivo de evitar que os lucros sejam privados e os custos ambientais sejam socializados. A Política Nacional de Meio Ambiente (BRASIL, 1981) na Lei 6.938/81 impõe ao poluidor a obrigação de recuperar os danos ambientais ou indenizá-los alterando assim a forma de apuração de responsabilidades relativas aos danos ambientais. Essa lei tornou obrigatório o licenciamento ambiental para atividades poluidoras, criando mecanismos de avaliação dos impactos socioambientais, responsável pelos princípios da precaução e prevenção na legislação brasileira (MARTINI JÚNIOR; GUSMÃO, 2003).

As licenças exigidas pela legislação são:

- Licença Prévia (LP) (1ª etapa): solicitada antes da definição da localização do projeto, baseado em dados apresentados pelo interessado;
- Licença de Instalação (LI) (2ª etapa): detalhamento do projeto, definindo equipamentos e mecanismos de proteção do ecossistema terrestre. É equivalente à autorização para início da construção do negócio respeitando as condições do projeto, de modo a evitar impactos não previstos;
- Licença de Operação (LO) (3ª etapa): solicitada com o término do negócio, respeitando o cumprimento das medidas de controle ambiental projetadas e/ou corretivas. Estabelece critérios de planejamento e controle, as condições e padrões de funcionamento e monitoramento (MARTINI JÚNIOR; GUSMÃO, 2003).

Em relação ao funcionamento da indústria sucroalcooleira, essa necessita obter o licenciamento ambiental que, por sua vez, compreende três tipos de licenças: a licença prévia, a licença de instalação e por fim a licença de operação. Essas licenças são concedidas através do Relatório de Impactos Ambientais (RIMA) e do Estudo de Impacto Ambiental (EIA). No entanto, na prática, nota-se que a indústria sucroalcooleira não está respeitando esses procedimentos.

Para o funcionamento do negócio agroindustrial canavieiro tem-se elaborado apenas um Relatório Ambiental Preliminar (RAP) que é apresentado à CETESB e esta, após análise preliminar, encaminha o processo de licenciamento à Coordenadoria de Licenciamento Ambiental e de Proteção de Recursos ambientais/ Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental – CPRN/DAIA, órgão da Secretária de Estado do Meio Ambiente, do Estado de São Paulo.

Com base nos estudos ambientais elaborados pelas usinas e vistoria técnica, o DAIA tem entendido que o empreendimento agroindustrial não é causador de significativa degradação ambiental, e por isso dispensa a realização de EIA/RIMA. A CPRN/DAIA, utilizando-se de um simples RAP confirma a expedição de licença prévia emitida pela CETESB.

O RAP, em razão da confirmação desse estudo ambiental, não enfrenta as questões dos impactos ambientais, a forma de reparação dos danos ou sua mitigação, principalmente os problemas ambientais que a agroindústria canavieira gera.

De acordo com Gonçalves (2005) esse modelo agrícola intensivo é insustentável à longo prazo, pois a alta utilização de recursos ambientais e de agroquímicos aumenta a produção e produtividade da cana-de-açúcar, mas causa forte degradação ambiental. Pelo fato do ecossistema terrestre apresentar heterogeneidade, os estilos de agricultura devem considerar os conhecimentos locais, os avanços científicos, a socialização e o uso de tecnologias menos agressivas ao ambiente e à saúde das pessoas.

As unidades processadoras de cana exercem atratividade política e/ou econômica sobre as propriedades ao seu redor e de topografia propícias à mecanização do corte. Essa influência marginaliza outras atividades que não conseguem competir com a cana, fazendo com que a atividade chegue a ocupar 90% de alguns municípios (GONÇALVES, 2006).

Para Szmrecsányi *et. al.* (2008) os vários impactos ambientais que o cultivo da cana-de-açúcar, a fabricação do etanol e a produção de açúcar provocam destaca-se:

- Danos gerais a paisagem e à biodiversidade;
- Erradicação da vegetação natural;
- Impactos nos solos e nas águas, devido ao intenso uso de agroquímicos;

- Prejuízos causados pelas queimadas, que precedem as colheitas;
- Impactos decorrentes do uso excessivo de vinhaça não tratada;
- Alto consumo de água no processamento industrial da cana-de-açúcar.

Brito (2007) afirma que o etanol que aparentemente é visto como alternativa econômica viável para o mundo, mas na pressa pela substituição do combustível fóssil, converte-se numa ameaça ambiental. O mesmo autor afirma que a cana vem reduzindo a diversidade de culturas no campo, provocando a expulsão das pessoas para áreas urbanas e podendo chegar a invadir biomas, ainda intactos como o Pantanal e a Amazônia.

A implantação da cana-de-açúcar através da desocupação de áreas ocupadas por outras culturas ou por outras coberturas vegetais permite o aproveitamento do terreno já explorado anteriormente, sendo essa situação menos preocupante em termos ambientais. Mas, no processo de expansão, muitas vezes as áreas novatas são utilizadas e nestas, constantemente, depara-se com a presença de vegetação nativa que na ocupação anterior não era considerado um problema.

Na região da Bacia Hidrográfica do rio Mogi Guaçu, a fragmentação foi acelerada nos últimos anos com a substituição do café pela cultura canavieira. Atualmente diversas regiões do Estado de São Paulo, como Barrinha, Dumont, Sertãozinho, Araraquara, Jaboticabal, Ituverava e Pradópolis apresentam pequena cobertura vegetal natural protegida por leis ambientais (GONÇALVES, 2005).

Segundo a legislação brasileira, Lei Federal Ordinária 4.771 de 1965, existem diversos tipos de áreas de vegetação natural que devem ser protegidas como: áreas de proteção permanente conhecida como APPs, áreas de reserva legal conhecidas como ARLs e Unidades de Conservação.

Na expansão da atividade agroindustrial canavieira as áreas de proteção permanente foram intensivamente devastadas. De acordo com o código florestal brasileiro as APPs são definidas como sendo área protegida, coberta ou não por vegetação nativa visando assegurar à saúde das populações humanas tendo à função ambiental de preservar a biodiversidade, os recursos hídricos, a estabilidade geológica, a paisagem além de proteger a vida animal e espécies

vegetais. Assim, segundo o código florestal brasileiro compreendem o conjunto de matas de encostas, matas ciliares, nascentes e cabeceiras de rios.

A Área de Reserva Legal é definida pelo Poder Público em todas as unidades da República Federativa do Brasil, como sendo espaços territoriais e seus componentes a serem protegidos a fim de assegurar a existência de um ecossistema terrestre em equilíbrio ecológico. A alteração é permitida através apenas de lei sendo assim um bem de uso comum de toda sociedade. A área de reserva legal é prevista pela Lei Federal Ordinária 4.771 de 1965 e pela Constituição da República Federativa do Brasil. Somente com o consentimento expresso da lei federal, nem o proprietário nem organismos da administração pública podem diminuir a área de reserva legal. As florestas da área de reserva legal decorrem de normas legais que delimitam a posse da propriedade. As APPs incidem sobre áreas públicas e privadas ao contrário da reserva legal que incide somente sobre o domínio privado.

Em 2000 foram criadas as unidades de conservação pela Lei 9.985 do Sistema Nacional de Conservação (SNUC). As marcações e delimitações são definidas pela administração pública da República Federativa do Brasil como o espaço territorial e seus recursos ambientais, juntamente com as águas jurisdicionais e características relevantes. São divididas em duas classes: unidades de proteção integral e unidades de uso sustentável.

As Unidades de Proteção Integral são compostas por cinco categorias de unidades de conservação: Monumento Natural; Parque Nacional; Estação Ecológica; Refúgio de Vida Silvestre e Reserva Biológica. Nos Parques Nacionais ocorre a preservação dos sistemas de relevância ecológica. Normalmente é o local onde são desenvolvidas pesquisas científicas além de atividades de educação ambiental, recreação e turismo ecológico. Na Estação Ecológica, ocorrem pesquisas científicas e a preservação da natureza. Na Reserva Biológica os sistemas naturais são preservados sem a intervenção humana ou alterações, somente quando necessárias para recuperar os sistemas naturais. Refúgio de Vida Silvestre são áreas previamente fixadas para garantir a existência ou reprodução das espécies vegetais e da vida animal residente ou provisoriamente migratória.

As unidades de uso sustentável são compostas por diversas classes de unidades de conservação: área de proteção ambiental; área de relevante interesse ecológico; floresta nacional; reserva extrativista; reserva de vida animal; reserva de desenvolvimento socioambiental sustentável; reserva particular do patrimônio natural. A área que tem como

finalidade de disciplinar a ocupação, assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos ambientais e a proteger a diversidade biológica é definida como área de proteção ambiental. Geralmente, é uma área extensa com atributos bióticos, estéticos ou culturais podendo ter ocupação humana. A área que preserva os sistemas naturais de importância regional ou local e contém exemplares raros da biota regional, é definida como sendo área de relevante interesse ecológico. A área de floresta nacional é previamente fixada ao uso sustentável dos recursos florestais além da utilização em pesquisa científica. A área de reserva extrativista tem como objetivo assegurar a utilização sustentável dos recursos dos ecossistemas. A reserva de vida animal é uma área destinada para estudos técnico/científicos do manejo sustentável das espécies vegetais e da vida animal. A partir do momento que uma área natural é povoada por populações tradicionais e seu sustento é baseado na exploração sustentável dos recursos ambientais respeitando as condições ecológicas, a manutenção da diversidade biológica protegendo a natureza essa área é definida como reserva de desenvolvimento socioambiental sustentável. Quando uma área privada é destinada para conservação da diversidade biológica com perpetuidade é considerada uma reserva particular do patrimônio natural.

Segundo Gonçalves (2002) a rapidez na expansão dos canaviais foi o responsável pela degradação ambiental de muitas APPs. Com o aumento da exigência ao cumprimento de leis ambientais exigidas por mecanismos de crédito e alguns segmentos do mercado como açúcar orgânico, os produtores de cana-de-açúcar começam a se atentar à essa situação e estão diminuindo a depredação desse tipo de área.

A heterogeneidade predomina no processo de recomposição da vegetação nas APPs. Atualmente existem iniciativas de usinas e produtores, de forma autônoma ou em parcerias com órgãos públicos, que visam a recomposição de suas APPs como criação de viveiros de espécies florestais para um possível reflorestamento de suas áreas degradadas. Mas na grande maioria dos casos é muito comum encontrar usinas e produtores que compartilham da tese de “regeneração natural”, que consiste na retirada da área para a regeneração natural. Geralmente a maioria dos produtores de cana e usineiros efetuam a regeneração das APP por pressão institucional e da sociedade e não por livre iniciativa.

Conforme Gonçalves (2005), para manter a quantidade e qualidade das águas superficiais e profundas existentes nas áreas exploradas é necessário que se faça a recomposição florestal das matas ciliares e APPs.

As APPs em todo o estado de São Paulo têm sido objeto de inúmeros processos políticos e econômicos públicos e privados que resultam no seu reflorestamento através da reprodução de viveiros de mudas de árvores nativas. Mas com a enorme devastação dessa área sua recuperação é demorada e dispendiosa (ALVES, 2003).

As áreas de reserva legal (ARLs) são determinadas pelo código florestal como sendo áreas localizadas numa propriedade, com exceção da área de preservação permanente, necessárias ao uso sustentável dos recursos dos ecossistemas, à preservação dos processos ecológicos, à biodiversidade e a proteção da vida animal e espécies vegetais nativas.

Segundo a legislação vigente no estado de São Paulo, o tamanho da reserva legal deve estar estabelecido em vinte por cento da propriedade, mas sua demarcação não deve inviabilizar a exploração financeira da propriedade. A legislação ambiental possibilita o cômputo das áreas relativas à vegetação nativa existente em APP no cálculo do percentual de ARL, desde que esse procedimento não altere em conversão de áreas para exploração do solo, e quando a soma da vegetação nativa em APP e ARL exceder a metade da propriedade rural, ou vinte e cinco por cento da pequena propriedade rural.

No Estado de São Paulo, mesmo com uma legislação flexível em relação às áreas de reserva legal, é muito difícil encontrá-las nas propriedades canavieiras onde a pressão por expansão da área cultivada aumenta continuamente.

Para Gonçalves (2004) a ausência de fiscalização e a ausência de um zoneamento agrícola e ambiental rigoroso nos municípios canavieiros é o principal causador do desrespeito às áreas de reserva legal. Isso acontece pelo fato da maior parte dos municípios não delimitarem as áreas urbana e rural através do plano diretor urbano-rural, que é o principal instrumento de negociação entre os organismos públicos com o setor privado no que tange a utilização do espaço agrícola.

Nos canaviais paulistas, devido as exigências por terras com declividade onde é possível a mecanização no corte da cana-de-açúcar, e isto se traduz em procura por terras mais planas, ocorre um enorme avanço nas áreas de reserva legal. O respeito à legislação nas áreas de reserva legal acaba ocorrendo em pequenos fragmentos abandonados nas propriedades rurais onde a prática da colheita mecanizada da cana-de-açúcar não é viabilizada. Assim, com a anuência de diversos órgãos públicos em não estabelecer planos diretores e zoneamentos ecológicos juntamente com o poder econômico exercidos pelas usinas e seus administradores,

as áreas de Reserva legal praticamente desapareceram provocando um crescimento desordenado das áreas de plantio de cana-de-açúcar nos canaviais do Estado de São Paulo.

Na questão de utilização de agrotóxicos, muito tem sido feito para dispensar sua utilização durante o crescimento vegetativo e nos tratos culturais do canavial. Dentre os fatores que estimularam essa dispensa podem-se destacar pesados investimentos em instituições de pesquisa existentes que permitiram (XIMENES FILHO, 1997):

- Melhoramento genético, com o desenvolvimento de variedades híbridas adaptadas às condições climáticas;
- Controle integrado das principais pragas, com ênfase para o controle biológico da broca da cana (*Diatraea saccharalis*) e da cigarrinha da folha (*Mahanarva posticata*);
- Testes de adubação e análises de solo;
- Utilização de resíduos como a fertirrigação;
- Desenvolvimento de novas tecnologias industriais.

Mas mesmo com a aplicação dessas melhorias de adubação e aplicação de agrotóxicos na cultura canavieira persiste o controle de infestações e pragas através da liberação de iscas envenenadas e da aplicação de herbicidas. Inclusive, em algumas usinas é comum a aplicação de inseticidas em todo o canavial como forma de prevenir a infestação de pragas.

Para Alves *et. al.* (2003), a utilização de agrotóxicos representa elevado risco à saúde das populações e ao meio-ambiente devido a contaminação das águas e interferência nos ecossistemas existentes nas áreas de produção canavieira. O efeito na saúde das pessoas não se restringe às populações locais que consomem água captada em rios da região onde se localiza as usinas, mas também com pessoas que recebem água cujas áreas estão justamente cobertas por plantio de cana-de-açúcar.

Conforme Alves *et. al.* (2003), apesar da existência de técnicas alternativas para monitorar e fiscalizar pragas e plantas infestantes, pouquíssimas alternativas tem sido utilizadas para reduzir a aplicação de herbicidas no campo. Estudos mostram que a persistência no ecossistema terrestre dos principais herbicidas chega a dois anos aplicados nos canaviais,

representando assim um alto risco de contaminação das águas superficiais e profundas existentes nessas regiões.

Segundo Gonçalves (2005), a utilização de agrotóxicos que causam danos ao ecossistema terrestre e de produtos nocivos à saúde das pessoas poderá ser dispensado num futuro próximo. Essa dispensa poderá ser realizada com o manejo integrado de plantas infestantes e pragas e com a utilização de técnicas alternativas. Mas para que isso ocorra é necessário que exista uma pressão da sociedade, pois o setor sucroalcooleiro, com o poder econômico que possui, somente altera suas práticas quando essas modificações passam a incomodar uma fração de consumidores ou clientes. Um exemplo de adaptação às pressões da sociedade é o caso da produção orgânica de açúcar e da certificação ISO 14001.

A utilização do fogo na produção canavieira como método despalhador, tem sido uma questão muito polêmica no estado de São Paulo. Enquanto empresários do setor sucroalcooleiro, usineiros e produtores de cana defendem a prática da queimada como condição para a manutenção do emprego de milhares de trabalhadores rurais, médicos e ambientalistas atestam que essa técnica provoca diversos males à saúde dos trabalhadores e das comunidades que vivem nas regiões canavieiras.

Uma prática que se observa com certa frequência é a ocorrência de “acidentes” envolvendo matas nativas em áreas de preservação permanente e em áreas de reserva legal provocando danos irreversíveis na natureza. Conforme Avólio (2002), a queima da palha da cana-de-açúcar para colheita manual, mesmo sendo realizada com a autorização do poder público, é uma prática que infringe a lei, pois provoca danos ao habitat de animais que temporariamente utilizam as áreas de plantio de cana para sobrevivência e reprodução. Essa situação ocorre devido à relação equilibrada existente no ambiente agrícola entre animais, solo, águas superficiais e subterrâneas, microorganismos, insetos e plantas no decorrer do tempo.

Segundo Szmrecsányi (2008), no passado a prática da queima da palha nas lavouras de cana-de-açúcar foi responsável por solucionar o problema da expansão da área plantada de cana, sem aumentar os gastos trabalhistas na colheita manual. Atualmente, mesmo com o desenvolvimento de técnicas de colheita mecanizada de cana-de-açúcar, a prática das queimadas nos canaviais ainda é realizada por diversas usinas visando baratear e facilitar o corte manual e até mesmo o corte mecanizado.

Além da ação biocida, a queimada provoca uma compactação do solo, aumentando a temperatura e diminuindo a umidade natural dos mesmos, provocando decréscimo parcial e contínuo de nutrientes, via combustão para a atmosfera, e para as águas através da lavagem e lixiviação do solo (Gonçalves, 2002).

Mesmo com a existência do controle biológico na cultura agroindústria da cana de açúcar, a prática de queimadas é um grande obstáculo ao sucesso desse método, que acaba favorecendo o uso de agrotóxicos para prevenir a infestação de plantas e pragas e a proliferação de animais que diminuem a produção de cana-de-açúcar.

Assim, com a adoção de medidas que previnem a perda de controle das áreas de queimadas, como a utilização de caminhões pipa, a prática elimina uma enorme quantidade de animais, que vão de insetos à predadores maiores, ampliando o desequilíbrio ecológico da monocultura canavieira.

Esse desequilíbrio é provocado pela quebra do ciclo biológico gerado pela queima da cana-de-açúcar. No ecossistema terrestre agrícola existe uma relação que tende ao equilíbrio entre plantas, solo, microorganismos, insetos, animais herbívoros e predadores, semelhante ao que ocorre no ambiente natural sem a interferência do homem. Na cadeia ecológica os insetos estão no degrau inferior de seus predadores e sua proliferação tende a ser maior do que seus predadores. Sempre que o fogo extingue seus predadores, os insetos se proliferam de maneira mais acentuada tornando-se praga sendo necessário o seu controle.

Para algumas usinas do setor sucroalcooleiro, que se intitulam empresas de energia, a utilização da prática de queimadas nos canaviais é um desperdício de receita e representa uma possível nova forma de ganhos através da geração e venda de energia elétrica. O amparo jurisdicional legal da utilização do fogo, mesmo que limitado a determinadas regiões produtoras canavieiras em horários específicos, é um equívoco devido aos desgastes que esta técnica provoca no ecossistema terrestre (GONÇALVES, 2005).

Conforme Szmrecsányi (1994), durante a década de 1990 em diversas regiões produtoras de cana-de-açúcar paulistas, “espalharam” processos judiciais contra as atividades de queimadas devido ao descontentamento da sociedade e dos atores sociais afetados pela queima da cana de açúcar.

Atualmente, existem leis dispendo sobre a eliminação gradativa do uso do fogo como método despalhador e facilitador do corte da cana-de-açúcar. Segundo Gonçalves (2002), com o acirramento dos conflitos entre os diversos atores sociais (usineiros, trabalhadores, produtores, populações em regiões circunvizinhas etc.) e a crescente pressão da sociedade exigindo a eliminação das queimadas, o governo estadual paulista, sistematizou e regulamentou a prática das queimadas nas lavouras canavieiras. Dessa forma estabeleceu prazos para as usinas, destilarias e fornecedores adaptarem-se para eliminação dessa atividade através de um “Plano de Eliminação de Queimadas” (GONÇALVES, 2005).

Assim, os plantadores de cana-de-açúcar que utilizam a queima da palha são obrigados a providenciar as medidas necessárias para reduzir de forma gradativa para áreas mecanizáveis essa prática seguindo o cronograma da tabela inserida na legislação estadual.

Através da análise da tabela 28 pode-se dizer que até 2021 deverá ocorrer a eliminação da queimada em áreas mecanizáveis e, para área não mecanizável, com declividade superior a 12% e/ou menor que 150 hectares essa eliminação deverá ocorrer até 2031, findo o qual não será mais permitido o uso do fogo para a queima da palha da cana-de-açúcar.

Tabela 28: Redução das queimadas de forma gradativa em área mecanizável.

Ano	Área mecanizável onde não se pode efetuar queimada	Percentual de eliminação
1º ano (2002)	20% da área cortada	20% da queima eliminada
5º ano (2006)	30% da área cortada	30% da queima eliminada
10º ano (2011)	50% da área cortada	50% da queima eliminada
15º ano (2016)	80% da área cortada	80% da queima eliminada
20º ano (2021)	100% da área cortada	Eliminação total da queimada

Fonte: GARZOTTI, 2008

No Estado de São Paulo a queima da palha da cana-de-açúcar deve terminar antes do tempo permitido em lei, visto que, nas áreas mecanizáveis deverá terminar em 2014. O prazo anterior permitia a queimada da palha de cana até 2021. As regiões que possuem inclinações

com data limite para o final da queimada em 2031, vão interrompê-la a partir de 2017 (GARZOTTI, 2008). Essa determinação do final da queimada é conteúdo de um protocolo assinado entre a UNICA (União da Indústria de Cana-de-açúcar), e ex-governador de São Paulo, José Serra (PSDB), através das secretarias estaduais do Ecosistema terrestre e de Agricultura e Abastecimento.

Como a maioria das unidades industriais açucareiras está localizada em zona rural, o seu lixo comum não é coletado pelo sistema de coleta municipal, devendo a usina providenciar uma área que servirá de depósito de lixo e verificar os impactos decorrentes do acúmulo desses dejetos. Uma das maneiras de colocar isso em prática é ter um projeto de aterro sanitário e implantá-lo com todos os requisitos de controle ambiental. Os resíduos que não podem ser depositados no aterro sanitário devem ser separados e encaminhados para tratamento, aproveitamento e recuperação quando permitir. As embalagens de defensivos agrícolas e de produtos químicos utilizados em atividades da produção devem ser recolhidas para evitar a contaminação de pessoas. A unidade tem que administrar esses resíduos para que não sejam descartados inadequadamente no ambiente (SEGATO; FERNANDES; PINTO, 2007).

Os volumes de água utilizados nas operações de lavagem da cana-de-açúcar, dos lavadores de gases de caldeira, e de limpeza das instalações e equipamentos depois de utilizados, geram efluentes que seguem em direção à lavoura e a simples aplicação no solo por irrigação não significa disposição adequada, pois é necessário avaliar o impacto ambiental desses materiais nas áreas de produção agrícola, que ficam próximos das unidades industriais. Todo resíduo tem que passar por controle e monitoramento, além da necessidade de estudo para verificação da viabilidade agrônômica do uso destes resíduos (SEGATTO, FERNANDES; PINTO, 2007).

A Política Nacional do Meio Ambiente, estabelece que poluição da água é qualquer alteração química, física ou biológica que possa prejudicar a saúde das populações, causar dano às espécies vegetais e a vida animal, ou comprometer o seu uso para finalidades sociais e econômicas.

Normalmente, a água é captada, utilizada e devolvida para o seu local de origem, sem que aqueles que auferem vantagens e dividendos com a sua utilização paguem qualquer quantia pela atividade. E a recuperação e manutenção das boas condições sanitárias e ambientais dos recursos hídricos, utilizados pelas diversas atividades econômicas que deles dependem, é um

encargo de toda a sociedade que, com seus impostos, subsidia de forma inaceitável diversas atividades privadas.

Assim, pode-se perceber que muitas vezes o ecossistema terrestre é exposto a condições degradantes pela atividade de indústria sucroalcooleira com leniência dos governos e de toda sociedade com:

- A ausência de fiscalização e de um zoneamento agrícola e ambiental rigoroso nos municípios;
- A permissão de queimadas em determinadas áreas em certos horários;
- A falta de fiscalização rigorosa nas empresas que desrespeitam as normas de utilização de agrotóxicos;
- A não efetuação da cobrança nas usinas da água utilizada nos processos agrícola e industrial.

3.3. A RELAÇÃO DO CAI CANAVIEIRO COM A DEGRADAÇÃO SOCIAL

A produção canavieira realiza as seguintes etapas: preparo do solo, plantio, tratos culturais e colheita. Com pesquisas realizadas pelo Instituto Agronômico de Campinas (IAC) e Planalsucar essas etapas estão em constante processo de modernização com desenvolvimento de maquinários e equipamentos para utilização de defensivos e introdução de novas espécies de cana.

Para Paixão (1994), este processo de modernização não foi homogêneo e a heterogeneidade ocorre em tecnologias utilizadas nas diversas de produção e processamento da cana. Inclusive, a heterogeneidade pode ser observada entre as mais diversas unidades produtivas e até mesmo no interior das usinas coexistindo novas e velhas formas de cultivo e processamento da cana-de-açúcar.

De acordo com Alves (1991), aproximadamente até 1950, o trabalhador no corte manual da cana era responsável por diversas funções oriundas da atividade de extração da cana-de-

açúcar. Nessa época, os talhões de cana eram de pequeno porte, onde cada trabalhador cortava duas ou três ruas tendo cada talhão uma quantidade reduzida de trabalhadores.

A partir de 1960, ocorre um aumento das unidades produtoras que ocasiona uma maior quantidade de cana. Para suprir essa demanda ocorre um aumento na produtividade do corte, início das queimadas, mecanização do preparo do solo e um redimensionamento dos talhões. A queimada da cana antes do corte foi uma enorme inovação introduzida na atividade de corte sendo responsável pelo aumento da produtividade do cortador de 2,5 toneladas/dia para 4,0 toneladas/dia. Com a separação das atividades de corte e transporte e a inserção do pagamento por produção no corte de cana, ocorre um aumento na intensidade do trabalho (ALVES, 1991).

Conforme Alves (1991):

“Na etapa seguinte, final da década de 60, os carregadores foram substituídos pelos guinchos mecânicos, que empilham e carregam a cana do chão para as carrocerias dos caminhões, que também cresceram em tamanho e passaram a levar, em alguns casos, um ou dois reboques: os famosos “Romeus e Julietas” ou “treminhões” que trafegam nas estradas paulistas. As carregadeiras mecânicas ou guinchos substituíram os fortes carregadores, mas surgiu a figura do catador de cana ou bituqueiro, que assessora a máquina, recolhendo e empilhando a cana que a máquina não consegue pegar, com as suas garras, ou recolhendo as canas que caem dos caminhões, no momento do embarque. Na realidade, as carregadeiras somente entram em operação depois de a cana estar cortada e esteirada, ou amontoada no chão, portanto, depois que o cortador executou o seu trabalho, normalmente quando ele já encerrou o corte naquele talhão...” (ALVES, 1991).

Ocorrendo a mecanização da atividade de corte e do carregamento, restou aos cortadores de cana somente áreas impróprias ao corte mecanizado tais como: locais com solo acidentado; morros e brejos; cantos dos talhões irregulares evitando manobras de máquinas; locais distantes das usinas entre outros.

Para Alves (1991) a introdução das inovações industriais na cultura canavieira teve quatro alterações imediatas:

- i) Redução do tempo de realização de determinadas tarefas;
- ii) Menor demanda por mão de obra empregada para a realização das mesmas;
- iii) Queda da necessidade de empregados residentes na propriedade;
- iv) Mudança qualitativa na procura por trabalhadores, ao utilizar pessoas com maior grau de especialização em conjunto com as sem especialização.

Na introdução da colheita mecanizada são realizadas várias modificações técnicas nas diversas etapas que vão do plantio da cana-de-açúcar até o recebimento da mesma na usina. Dentre as adaptações para a colheita mecanizada pode-se citar: redimensionamento dos talhões e do espaçamento entre as ruas; nivelamento e correção de falhas do terreno a fim de evitar danos às máquinas e colheitadeiras (ALVES *et. al.*, 2003).

Essas alterações possibilitam uma maior produtividade da colheita mecanizada da cana-de-açúcar em extensas áreas de baixa declividade. No início de 1950 a produtividade na atividade de corte era de 2 toneladas de cana por dia de trabalho, passando à 6 toneladas em 1980 e atualmente com 12 toneladas/homem/dia (ALVES *et. al.*, 2003).

Inicialmente o processo de mecanização da agricultura ocorreu nas atividades de preparo da terra e plantio. Estas atividades eram efetuadas com tração animal e exigiam trabalhadores com força física, treinados e habilidosos para controlar o arado e o animal. Com a mecanização dessas atividades ocorreu um aumento da produtividade e uma diminuição da quantidade de empregados.

Nas regiões onde se encontrava a atividade canavieira, o processo de mecanização foi um catalisador do êxodo rural. Esse fato pode ser explicado devido as etapas de maior necessidade de mão de obra como plantio, tratos culturais e colheita passarem a ser sazonais, gerando uma menor necessidade de trabalhadores residindo nas propriedades rurais. Assim, os trabalhadores residentes em propriedades que cultivavam cana-de-açúcar, colônias das fazendas, foram absorvidos em outras atividades nas usinas ou então demitidos.

As fases de tratos culturais e colheita foram grandes absorvedores de mão de obra intensiva, mas com a intensificação da utilização de colheitadeiras e aviões para pulverização, o número de trabalhadores necessários para essas atividades caiu. E para piorar a situação, a contratação de mão de obra é feita de forma sazonal, gerando um mercado instável. Os empregados contratados para trabalhar durante a safra da cana-de-açúcar são demitidos ao término da atividade e ficam sujeitos as oscilações do mercado de trabalho.

Deve-se salientar que mesmo nas épocas de safra e colheita o emprego é marcado pela irregularidade da jornada de trabalho em virtude das condições ambientais e intempéries da natureza como sol excessivo e chuvas.

No processo de mecanização do plantio da cana-de-açúcar ocorreu uma intensificação do ritmo e da jornada com a utilização de caminhões e tratores ditando o ritmo da atividade. Em muitas lavouras, na etapa do plantio da cana-de-açúcar, alguns trabalhadores ficam posicionados em cima dos caminhões e as arremessam ao solo, ao passo que outros correm atrás dos caminhões cortando a cana de açúcar e as introduzindo no sulco aberto na preparação do solo, para que em seguida o trator faça a adubação e a cobertura do solo.

Essa atividade é estafante gerando a insatisfação e reivindicação por parte dos trabalhadores da existência de um “funcionário de apoio” que permita que os mesmos possam parar eventualmente para se hidratar.

Atualmente as usinas, que utilizam colheita mecanizada, têm preferido talhões mais uniformes em terrenos planos ou com baixa declividade, para que as máquinas possam trabalhar com o mínimo de manobras e paradas possíveis. Na maioria das explorações para trabalhar com segurança em culturas mecanizadas, a declividade máxima deverá estar em torno de 12%, pois declividades acima desse limite apresentam restrições às práticas mecânicas.

Mas na prática o que ocorre é que colhedora com tipo de rodado de esteira trabalha com uma declividade de até 15% e colhedora com tipo de rodado pneus colhe em terrenos com declividade até 6%. Em alguns casos a usina até arrisca trabalhar com declividades maiores, mas ocasionalmente a colhedora sofre o tombamento e se não tiver segurado a usina arca com o prejuízo.

A expansão da mecanização no corte e plantio da cana poderá desenvolver um enorme problema social nas regiões canavieiras com a massa de desempregados oriundos da substituição homens por máquinas.

Conforme Gonçalves (2005), a colheita mecanizada retira os cortadores de um trabalho estafante, desgastante e penoso, mas por outro lado desemprega de maneira permanente uma grande quantidade de trabalhadores com baixa qualificação que terá que ser absorvido em outras áreas ou assentados em regiões onde não é possível a mecanização do solo devido a alta declividade do solo.

Mas, essa mecanização pode ser considerada uma aliada à melhoria das condições de vida dos trabalhadores, se for realizada juntamente com medidas econômicas e sociais como requalificação profissional e principalmente através da redistribuição da posse da terra (reforma agrária).

Como a mecanização utiliza áreas com baixa declividade, as áreas com perfil diferente poderá ser destinada à reforma agrária. Portanto se a mecanização na cultura da cana-de-açúcar for acompanhada por políticas públicas, grande parte dos funcionários envolvidos terá novos e melhores trabalhos.

Além das modificações nas normas e organização do trabalho, a partir de 1980 começa um novo processo de reestruturação no setor agroindustrial sucroalcooleiro do Brasil num contexto de enormes pressões socioeconômicas devido ao pseudo distanciamento do Estado na regulamentação do setor.

Mas com o financiamento público de Pesquisa e Desenvolvimento, novas modalidades de créditos e com a implementação de projetos de co-geração de energia elétrica o Estado continua intervindo e incentivando os usineiros. Nessas circunstâncias emerge na sociedade uma preocupação com o ecossistema terrestre culminando com movimentos socioambientais contra a prática de queima nos canaviais (SCOPINHO, 2000).

Com o aumento da mecanização e pressões para reduções das queimadas os cortadores de cana observaram que os trabalhadores mais qualificados como: motoristas, operadores de máquinas e implementos agrícolas passam a obter uma maior influência aos patrões sendo mais bem remunerados.

De acordo com Alves (1991):

“Em várias entrevistas com os trabalhadores jovens, foi possível identificar a vontade de abandonar o corte de cana e passar a ser tratorista ou motorista. É claro que muitos imaginam e anseiam o trabalho na indústria ou no comércio, trabalhos urbanos, porém vários tem a esperança de mudar de trabalho no setor agrícola. Nessas condições, a perspectiva é o trabalho como motoristas e operadores de máquinas que são as atividades mais valorizadas, tanto na visão dos capitalistas, no processo de modernização da agricultura, quanto na visão dos trabalhadores. Para os trabalhadores, estas atividades são também mais valorizadas, pois, além de significarem um salário mais elevado, têm também uma importância maior na produção[...] E pela sensação de status ao manejar um equipamento caro, cuja responsabilidade de utilizá-lo de forma correta acaba sendo fator motivador à atividade, na visão de alguns deles” (ALVES, 1991).

Nota-se claramente que pressões ambientais contra as queimadas favorecendo o corte mecanizado, provocaram nos trabalhadores um sentimento de ameaça à perda do emprego tornando-os mais vulneráveis às normas e exigências de trabalho. As usinas passaram a exigir maior produtividade do corte manual da cana para acompanhar a alta produtividade das máquinas (GONÇALVES, 2005).

Atualmente no estado de São Paulo, a legislação do meio ambiente é o que impulsiona os incentivos à mecanização do corte da cana, pois ela obriga a redução contínua da queima da palha da cana-de-açúcar. Em algumas regiões nordestinas e paulistas que produzem cana de açúcar, muitas usinas não condições de mecanizar seus processos de corte devido à alta declividade do solo. Nessas áreas, a utilização de trabalhadores braçais na realização de atividades desgastantes de corte ainda provoca discussões entre usineiros, produtores de cana e cortadores. A viabilidade socioambiental e econômica, do corte manual é assunto permanente de pesquisadores que estudam a atividade canavieira (GONÇALVES, 2005).

Com a mecanização muitos empregados com contrato permanente, deixaram de ter uma função específica como bituqueiro e cortador realizando diversos tipos de atividades que são necessários para o plantio, tratos culturais e colheita da cana. Esse processo diminuiu a especialização dos funcionários, que por sua vez reduziu a remuneração média das atividades dos trabalhadores, mas garantiu a empregabilidade por todo o ano (GONÇALVES, 2005).

Para Gonçalves (2005), em muitas propriedades vêm ocorrendo o processo de “mecanização seletiva do corte”. Nesse procedimento, os cortadores são deslocados para áreas com cana tombada por ventos, encostas e morros de difícil mecanização. Esses locais possuem condições de trabalho difíceis com produtividade menor, sacrificando ainda mais os cortadores que recebem por produção.

Mas foi a partir de 1983, que a questão dos bóias-frias tornou-se uma das principais preocupações da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo (FETAESP). Isso ocorre devido a reação dos trabalhadores à mudança do sistema de corte de 5 ruas para 7 ruas, ou seja, aumento da quantidade de área em que o trabalhador deveria trabalhar ampliando o esforço físico do cortador. Essa mudança gera um ciclo de greves em Guariba e na região. Com a eclosão das greves dos trabalhadores rurais que atuavam no manuseio, corte e transporte da cana-de-açúcar ocorreu uma amplificação da mecanização dos processos que são passíveis de redução de mão de obra. Utilizando colheitadeiras e máquinas de adubação as usinas poderiam funcionar com uma reduzida quantidade de funcionários minimizando as pressões dos funcionários por melhorias nas condições de trabalho. Dessa forma, as usinas sucroalcooleiras conseguiam um maior poder de barganha no processo de negociação com os grevistas, não existindo o perigo de prejuízos com a diminuição de sacarose da cana que estava cortada ou queimada e conseqüentemente com a parada das usinas (SILVA, 1997).

Em Jaboticabal no ano de 1983, foi desenvolvido o “Relatório de Magalhães”, conhecido como manifesto “Relatório do Novo Método de Corte da Cana-de-açúcar, na Região de Jaboticabal e Circunvizinhas” escrito por Benedito Magalhães. Foi um dos primeiros documentos formais contra a mudança do sistema de 5 ruas para 7 ruas. Nesse documento são relatadas diversas irregularidades cometidas pelas usinas da região além de uma série de propostas à Secretaria da Agricultura tais como:

- Fiscalização de obrigações legais;
- Fornecimento de equipamentos de proteção;
- Corte da cana por metro e não por tonelada;
- Final de semana livre e remunerado.

O fim da greve culminando no primeiro acordo coletivo de trabalhadores rurais no Estado de São Paulo entre as partes envolvidas sem aval do poder judiciário ocorreu com o acordo de Guariba. A partir de 1986 os trabalhadores passaram a ter o direito de participar da análise da conversão de tonelada em metro linear nas seguintes etapas (ALVES *et. al.*, 2003):

- Escolha dos três pontos representativos da cana do talhão;
- Medição em metros da cana;
- Fiscalização da pesagem;
- Participação na conversão da tonelada em metro.

Apesar de constar nos acordos coletivos a participação do trabalhador na conversão de valor de tonelada em valor do metro linear na prática não funciona, pois a participação do trabalhador nas etapas faz com que ele perca no mínimo metade do dia de trabalho.

Conforme relata Alves (2006):

“Como os empregados são remunerados por produção, os que dispõem a acompanhar as 4 etapas perdem até metade do dia de trabalho, e se não trabalham, não ganham. Além disso, aqueles que se dispõem a acompanhar são marcados pelos gatos, fiscais e pelas usinas e temem perder seus empregos. Na prática, mesmo com a utilização do campeão pelas usinas, a conversão de tonelada em metros era de sua responsabilidade. As unidades produtoras de açúcar e álcool não fornecem o valor do metro cortado de cana e nos recibos consta somente o número de metros cortados. Esse valor é conhecido pelos trabalhadores somente no momento que a usina paga os salários e expede o holerite, que registra o número de metros cortados e o valor da cana naqueles dias” (ALVES, 2006).

Em áreas onde ocorre a colheita da cana manualmente, ainda é usada uma enorme quantidade de empregados temporários, composta por um grande número de migrantes advindos de outras regiões, contratados por empreiteiros normalmente conhecidos por “gatos”, ou que espontaneamente se dirigem às regiões canavieiras de São Paulo.

Outra reivindicação dos trabalhadores era o término da contratação através dos “gatos”, responsável por exercer atividade de comando, transporte e intermediação de moradia e alimentação para os cortadores de cana. Esse empregador não possui nenhum vínculo empregatício com a usina, mas é o responsável pela contratação dos empregados para a atividade de corte manual da cana de açúcar (GONÇALVES, 2005).

Esses “gatos” contratam outros empregados, conhecido também por “gatinhos” para exercer a atividade de chefiar os cortadores no campo estabelecendo ritmo intenso de trabalho elevando a jornada de trabalho e reduzindo os períodos de descanso (GONÇALVES, 2005).

Atualmente, os “gatos” que atuam no corte da cana são identificados como fiscal de turma e operam sem vínculo empregatício com a usina. Eles recebem inclusive comissão sobre a produtividade e fazem o transporte da turma de trabalhadores com veículo próprio. Ainda lucram com a intermediação de moradia, alimentação e mercadorias do próprio “gato” ou sugeridos por eles (GONÇALVES, 2005).

De acordo com Alves (1991):

“O contrato de trabalhadores safristas, embora seja interessante por parte das usinas, dada à execução da produção agrícola, foi golpeado pelo processo de mecanização da agricultura. Quando os trabalhadores passaram a exigir e conquistaram, em várias empresas, o contrato diretamente pelas usinas e não mais pelos “gatos”, o contrato de emprego do safrista onerou as empresas com pagamento dos encargos trabalhistas [...]. Com isto, a contratação de um número menor de empregados com contrato permanente diminuiu possíveis dificuldades de caixa” (ALVES, 1991).

Segundo Alves e Almeida (2002), muitas usinas utilizam do sistema de terceirização, que consiste em passar parte de suas atividades para outras especializadas executarem, em busca da incessante redução dos custos de produção sem diminuição das margens de lucro.

Para os tomadores de mão de obra a vantagem da terceirização ocorre na deterioração das condições de trabalho dos cortadores de cana tais como:

- Inexistência de problemas trabalhistas;
- Supressão de vínculo empregatício;
- Não obrigação das responsabilidades trabalhistas;
- Diminuição de problemas com os sindicatos rurais.

Esse procedimento favoreceu o surgimento das cooperativas de trabalho devido à redução significativa dos encargos sociais de trabalho e direitos adquiridos ao longo do processo de luta dos trabalhadores rurais (PAULILLO; ALVES, 1997). Para que ocorra a existência jurídica das cooperativas de trabalho, devem-se respeitar três princípios básicos:

- i. Adesão autônoma dos trabalhadores como sócios da cooperativa e não compulsória;
- ii. Participação dos sócios nas assembleias gerais, órgão máximo de gestão das cooperativas;
- iii. Gestão realizada pelos sócios, ou seja, administração auto-gestionária.

Como nenhum destes princípios são conhecidos ou sequer divulgados aos seus associados essas cooperativas são conhecidas informalmente como "Fraudoperativa". Muitas vezes, os trabalhadores fazem parte de cooperativas porque é a única forma de conseguirem trabalho, assim para a sobrevivência são obrigados a fazerem parte da cooperativa. Na maior parte das cooperativas os trabalhadores não têm conhecimento de Assembleias e, portanto a administração é feita por pessoas estranhas aos trabalhadores da cooperativa sendo em sua maioria administrada pelos próprios "gatos", convertidos em administradores de cooperativas, ou seja, na realidade são conhecidas como "gatoperativa". Assim, as cooperativas de emprego na atividade rural é um artifício para a atuação dos "gatos" e ao mesmo tempo uma fraude (ALVES; ALMEIDA, 2002).

Muitas usinas não fazem trabalho preventivo junto aos seus funcionários para evitar lesões por esforço repetitivo (LER), dores lombares e torácicas, câimbras, dispnéia, desidratação, oscilações da pressão arterial e problemas na coluna vertebral que, se não cuidada corretamente, pode levar a incapacidade física. Algumas dessas enfermidades não possuem

nexo visível com o corte da cana. Assim, os trabalhadores têm dificuldade de realizar tratamentos adequados para minimizar essas doenças e para o recebimento dos benefícios garantidos pela legislação como licença doença.

Este quadro de trabalho degradante agrava ainda mais as condições frágeis de saúde dos trabalhadores rurais, que ainda vêm sua remuneração rebaixada por absenteísmo e doenças adquiridas na dura jornada de trabalho. Como uma parte considerável dos cortadores advém de outras regiões, os problemas de saúde são agravados pela falta de controle e do receio da dispensa e do afastamento não remunerado.

Os trabalhadores que exercem suas atividades de maneira informal, sem vínculo empregatício com as usinas, não têm acesso ao sistema de saúde privado, pois o que ganham mal supre suas necessidades fisiológicas básicas. Assim, são obrigados a depender exclusivamente do sistema único de saúde (SUS) que mesmo tendo melhorado muito no governo do presidente Lula, ainda possui muitas deficiências.

Em casos de acidentes de trabalho, esses trabalhadores informais têm muitas dificuldades em receber assistência da previdência social, pois são “abandonados” pelos empreiteiros e pela agroindústria canavieira. Como estão em situação irregular não sabem a quem recorrer e quais procedimentos devem ser tomados. Em alguns casos esses funcionários recorrem à Justiça do Trabalho, mas como os processos são lentos, os trabalhadores que sofrem acidentes acabam passando por dificuldades financeiras. Com os serviços de apoio oferecidos pelas pastorais e algumas secretarias municipais de saúde, a assistência à saúde melhorou, mas ainda encontra-se em péssimas condições. Nesses casos acaba ocorrendo uma sobrecarga nas instalações de saúde desses municípios que não recebem verba em quantidade adequada para o tratamento aos enfermos de acidentes de trabalho.

Mesmo com o empenho de alguns organismos públicos, como o Ministério do Trabalho, em reduzir a informalidade, ainda é comum a existência desse tipo de trabalho na lavoura canavieira. Esse comportamento de não registrar os funcionários, os colocam à margem da sociedade sem os direitos e benefícios do sistema previdenciário, sindical e saúde além de restringir os direitos aos pagamentos legais por término ou rescisão de contrato. Normalmente, esses trabalhadores são contratados para atividades que exigem um forte ritmo de trabalho sendo remunerados conforme sua produção levando muitos desses trabalhadores à exaustão física. Para provocar um alto nível de rendimento no corte da cana esses

empreiteiros costumam dispensar aqueles empregados que não compartilham o ritmo exaustivo de trabalho imposto. Apesar do trabalho informal na indústria canavieira apresentar queda acentuada no Estado de São Paulo, em algumas regiões paulistas ela ainda persiste arduamente.

A questão de moradia é outro enorme fator de conflito entre os usineiros e o poder público, que fiscaliza e exige boas condições de vida para os trabalhadores. Geralmente, os trabalhadores temporários que exercem atividades braçais são alojados em dormitórios, hospedarias, pensões e repúblicas nas cidades próximas às usinas. A maior parte desses trabalhadores possui baixo nível de escolaridade e em suas cidades de origem as moradias possuem péssimas condições de higiene, tendo essas características reproduzidas em suas residências temporárias.

Uma grande parte desses trabalhadores reclama de ter que arcar com os custos de moradia, transporte e alimentação, ao invés de investirem o dinheiro advindo da remuneração do árduo trabalho braçal na compra de bens e objetos visando a sua sobrevivência. Existem relatos de trabalhadores que reclamam que o trabalho na safra de cana-de-açúcar é uma grande ilusão. O valor total do capital recebido no final da safra mal paga as despesas com alimentação e moradia, sendo não muito raro o trabalhador ficar sem dinheiro para pagar a passagem de regresso a sua cidade de origem.

De acordo com Alves (2006), um cortador de cana que realiza o corte de 12 toneladas em média ao dia realiza 36.630 flexões entorses torácicas, 8,8 quilômetros de caminhada, despendendo 133.332 golpes de podão perdendo em média 8 litros de água por dia sob condições adversas como poeira, fuligem e uma alta temperatura corporal.

Ramos (2007) destaca que devido ao baixo crescimento da economia brasileira nas últimas décadas reforçada pela remuneração atrelada à produção na colheita da cana-de-açúcar, tem ocasionado mortes em canaviais paulistas, provocando uma maior fiscalização do Ministério do Trabalho.

Na tabela a seguir, Ramos (2007) mostra um declínio da remuneração diária do trabalhador concomitantemente com um aumento do rendimento (tonelada/homem/dia) do corte.

Tabela 29: Evolução do pagamento, rendimento e remuneração do corte de cana

Ano	Pagamento do corte de cana. Em R\$/t (1)	Rendimento do corte de cana. Em t/homem/dia (2)	Remuneração no corte (1)x(2). Em R\$/dia
1969	2,73	2,99	8,16
1970	2,02	3,05	6,16
1972	2,50	3,00	7,50
1973	2,51	3,30	8,28
1977	2,57	3,77	9,69
1980	2,29	3,97	9,09
1982	2,17	4,50	9,77
1985	1,92	5,00	9,60
1988	1,25	5,00	6,25
1990	0,96	6,10	5,86
1992	0,84	6,30	5,29
1994	0,83	7,00	5,81
1996	1,05	7,00	7,35
1998	1,06	7,00	7,42
2000	0,88	8,00	7,04
2002	0,88	8,00	7,04
2004(*)	0,86	8,00	6,88
2005(*)	0,86	8,00	6,88

Fonte: Ramos (2007)

Um dos fatores que permitiu esse aumento da performance do corte manual de cana foi a introdução da queimada, que juntamente com o pagamento por produção proporcionou aumento da produtividade dos cortadores, que até então recebiam por dia trabalhado. Com essas alterações, as queimadas na lavoura canavieira tornaram-se essenciais para os trabalhadores que, diante da depreciação da remuneração, passaram a ver a queimada como uma grande aliada.

Devido à fiscalização de setores do governo e atuação de organismos internacionais de trabalho, as empresas do setor de açúcar e álcool vêm sofrendo pressões por causa do uso de mão de obra infantil e inadequação das condições de trabalho no setor agrícola. Essas pressões sobre a agricultura brasileira são intensificadas pelos impactos socioambientais negativos como: desmatamento, violação dos direitos humanos e inclusive ao uso de trabalho escravo e semi-escravo (QUIRINO; IRIAS, 1998).

As empresas sucroalcooleiras preocupadas em manter uma “boa imagem” perante os mercados vêm sinalizando uma factível melhora das condições de trabalho dos cortadores de cana transferindo atividades antes realizadas manualmente para o corte sistematicamente mecanizado, ocorrendo a necessidade de mão de obra mais qualificada e melhor remunerada.

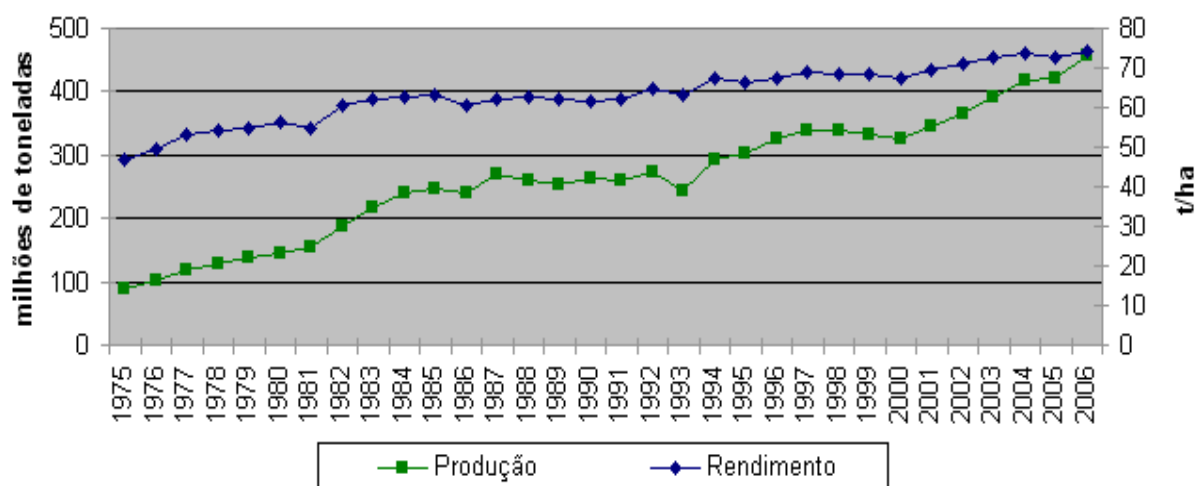
3.4. O AVANÇO ECONÔMICO DO CAI CANAVIEIRO

A atividade canvieira foi introduzida no nordeste brasileiro sendo destaque na produção brasileira durante quatro séculos. Entre os séculos XVIII e XIX, teve início a produção de açúcar e aguardente também na região Centro-Sul do país, mais especificamente nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Mas a produção na região Centro-Sul começou a ter destaque a partir de 1930 devido a crise mundial de 1929. Nesse cenário, foi iniciada em 1933 a intervenção estatal no setor com a criação do Instituto de Açúcar e Álcool (IAA) com o intuito de promover o planejamento e controle da produção adequando à demanda externa e interna (BELIK *et. al.*, 1998).

No transcorrer da II Guerra Mundial a região Centro-Sul ganha destaque em relação à produção canvieira e açucareira da região nordeste. Essa mudança decorre do maior mercado interno consumidor do país. A interferência estatal continuou sendo uma característica do setor com diferentes mecanismos: controle de preços, “garantia de mercado”, controle de entrada de novas unidades produtoras e controle da exportação. Esse controle se dá através da criação do Estatuto da Lavoura Canvieira em 1941; Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-açúcar em 1966; Programa de Racionalização da Agroindústria Açucareira em 1971 e o Programa Nacional do Álcool – Proálcool em 1975 (PINAZZA e ALEMANDRO, 2000).

A evolução da produção e do rendimento da lavoura canvieira no Brasil, no período de 1975 até 2006 estão ilustrados na figura a seguir:

Figura 04: Evolução da produção e rendimento da cana-de-açúcar entre 1975 a 2006.



Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2009).

Com o surgimento de novos tipos de cana ocorreu um avanço significativo nos níveis de produtividade, conforme pode ser observado na tabela 30 onde são mostrados a evolução da área plantada, área colhida e rendimento (t/ha) da lavoura canavieira sobre a área colhida no período de 1975 a 2006 (UDOP, 2008).

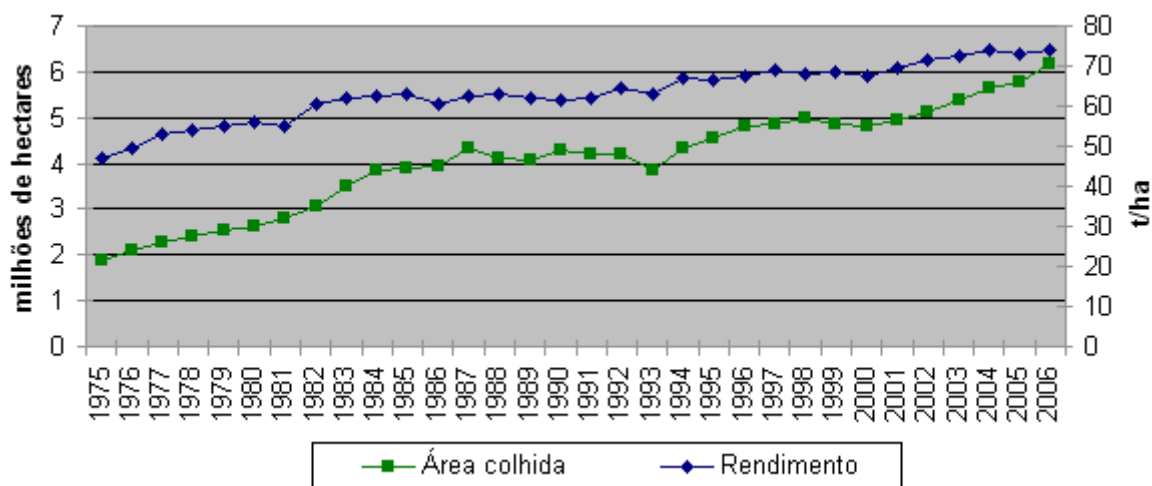
Tabela 30: Área de Produção e Produtividade de Cana-de-açúcar - 1975 até 2006

Ano	Área (milhões de hectares)		Rendimento (t/ha)
	Área Plantada	Área Colhida	
1975	1,90	1,90	46,82
1976	2,08	2,08	49,43
1977	2,27	2,27	52,93
1978	2,39	2,39	54,04
1979	2,54	2,54	54,79
1980	2,61	2,61	56,09
1981	2,80	2,80	54,86
1982	3,08	3,08	60,47
1983	3,48	3,48	62,16
1984	3,86	3,86	62,55
1985	3,90	3,90	63,22
1986	3,95	3,95	60,44
1987	4,35	4,31	62,31
1988	4,15	4,12	62,78
1989	4,01	4,07	62,02
1990	4,29	4,27	61,49
1991	4,24	4,21	61,94
1992	4,20	4,20	64,61
1993	3,97	3,86	63,24
1994	4,36	4,34	67,23
1995	4,62	4,57	66,49
1996	4,90	4,83	67,52
1997	4,95	4,88	69,10
1998	5,00	4,97	68,18
1999	4,86	4,85	68,41
2000	4,82	4,82	67,51
2001	5,02	4,96	69,44
2002	5,21	5,10	71,31
2003	5,38	5,37	72,58
2004	5,57	5,63	73,88
2005	5,62	5,76	72,83
2006	7,04	6,19	74,05
Crescimento			
1975 à 1985	6,8 %a.a	6,8%a.a	2,8%a.a
1986 à 1996	2%a.a	1,9%a.a	1%a.a
1997 à 2006	3,6%a.a	2,4%a.a	0,7%a.a

Fonte: UDOP (2008)

A convergência entre produção e rendimento, evidencia que está ocorrendo um aumento maior da área cultivada com cana (por hectare) do que no rendimento (toneladas por hectare), o que pode ser observado na Figura 05.

Figura 05: Evolução da área colhida e do rendimento da cana-de-açúcar no Brasil, de 1975 a 2006.



Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2009).

Observa-se que no período de 1975 à 1985, ocorreu um enorme crescimento da área plantada, colhida e da produtividade, 6,8% a.a., 6,8% a.a. e 2,8% a.a, respectivamente. A partir de 1986 até 1996 ocorre uma diminuição do crescimento, justificada pela descrença do consumidor em utilizar veículos à álcool, voltando a ter aumento no período de 1997 à 2006 impulsionado pela introdução dos veículos *Flex Fuel* em 2003.

Com a criação do Proálcool, ocorreu um fortalecimento das regiões e estados com tradição nesse segmento, fundamentalmente em São Paulo, e um aumento da produção em estados sem tradição canavieira estimulando um aumento considerável na área plantada de cana-de-açúcar.

Esses ganhos de produtividade permitiram reduções dos custos de produção, tendo o Brasil os menores custos de produção mundial. Devido ao grande número de produtores e usinas utilizando diferentes sistemas produtivos, é difícil uma mensuração precisa dos custos de produção. Fatores como níveis tecnológicos, variedades de cana, facilidade no processo de mecanização, características das variedades, variação dos *pools* e sólidos solúveis, variação da

quantidade de palha, produção estimada de eletricidade por tipo de tecnologia intensificam essa estimativa de custos de produção.

A tabela 31 mostra a evolução das vendas de carros a gasolina, álcool e *flex fuel*. Nota-se que de 1979 à 1986 ocorre um aumento nas vendas de carros movidos à álcool, sendo que em 1982 o percentual de carros movidos à álcool aproxima de 38% das vendas totais de passageiros e entre 1983 e 1989, as vendas de veículos movidos à álcool passam a representar 90% das vendas totais de automóveis. A partir de 1989 com a crise de abastecimento de álcool a participação das vendas de carros a álcool começa a diminuir e em 1990 a participação desses veículos chega a representar 11%, em 1995 a 2,2% chegando a aproximadamente 1% em 2000. Essa participação começa a ser alterada em 2003 com a introdução do carro *flex fuel*, cujo motor utiliza álcool hidratado ou gasolina em qualquer proporção dependendo da escolha do consumidor ao abastecer seu veículo.

Tabela 31: Evolução das vendas de automóveis e comerciais leves carros a gasolina, álcool e *flex fuel*

ANO	GASOLINA	ÁLCOOL	Total	ANO	GASOLINA	ÁLCOOL	FLEX-FUEL	Total
1979	905.706	3.114	908.820	1995	1.557.674	40.706	-	1.598.380
1980	626.467	240.643	867.110	1996	1.621.968	7.647	-	1.629.615
1981	344.467	136.242	480.709	1997	1.801.688	1.120	-	1.802.808
1982	365.434	232.575	598.009	1998	1.388.734	1.224	-	1.389.958
1983	78.618	579.328	657.946	1999	1.122.229	10.947	-	1.133.176
1984	33.482	565.536	599.018	2000	1.310.479	10.292	-	1.320.771
1985	28.655	645.551	674.206	2001	1.412.420	18.335	-	1.430.755
1986	61.916	697.049	758.965	2002	1.283.963	55.961	-	1.339.924
1987	31.190	458.683	489.873	2003	1.152.463	36.380	48.178	1.237.021
1988	77.312	566.482	643.794	2004	1.077.945	50.949	328.379	1.457.273
1989	260.821	399.529	660.350	2005	697.004	32.357	812.104	1.541.465
1990	542.855	81.996	624.851	2006	316.561	1.863	1.430.334	1.748.758
1991	546.258	150.982	697.240	2007	245.660	107	2.003.090	2.248.857
1992	498.927	195.503	694.430	2008	217.021	84	2.329.247	2.546.352
1993	764.598	264.235	1.028.833	2009	221.709	70	2.652.298	2.874.077
1994	1.127.485	141.834	1.269.319					

Fonte: UNICA (2010)

De acordo com a UNICA (2008), o Brasil se tornou o sexto produtor mundial de veículos, devido a crescente adesão dos consumidores aos modelos do tipo bi-combustível. Do número total de veículos licenciados no primeiro semestre de 2008, apenas 7,9% são movidos à gasolina contra 87,6% do tipo *flex fuel*. Em 2007 no mesmo período do ano, foram 10,5% e 85,6%, respectivamente.

A cana-de-açúcar, matéria-prima básica para a produção do açúcar e álcool, tem ocupado importante posição na agricultura brasileira ao longo das duas últimas décadas. Essa posição é expressa, de acordo com a UNICA - União da Indústria de Cana-de-açúcar (2010), pelo volume de 569 milhões de toneladas de cana, 27 milhões de metros cúbicos de álcool e 31 milhões de toneladas de açúcar. O volume de cana-de-açúcar, álcool e açúcar produzido pelo país, pode ser visto na tabela a seguir.

Tabela 32: Volume de cana-de-açúcar, álcool e açúcar produzido pelo país

Safra	Cana-de-açúcar (toneladas)	Álcool (m ³)	Açúcar (toneladas)
1990/1991	222.429.160	11.515.151	7.365.344
1991/1992	229.222.243	12.716.180	8.604.321
1992/1993	223.382.793	11.694.758	9.318.490
1993/1994	218.336.005	11.284.726	9.332.896
1994/1995	240.712.907	12.685.111	11.703.315
1995/1996	251.827.212	12.589.765	12.653.029
1996/1997	287.809.852	14.372.351	13.659.380
1997/1998	303.057.415	15.399.449	14.880.691
1998/1999	314.922.522	13.868.578	17.942.109
1999/2000	306.965.623	13.021.804	19.387.515
2000/2001	257.622.017	10.593.035	16.248.705
2001/2002	293.050.543	11.536.034	19.218.011
2002/2003	320.650.076	12.623.225	22.567.260
2003/2004	359.315.559	14.808.705	24.925.793
2004/2005	386.119.910	15.413.151	26.642.636
2005/2006	386.584.387	15.935.882	25.834.486
2006/2007	426.002.444	17.763.133	29.681.578
2007/2008	495.723.279	22.526.824	31.026.170
2008/2009	569.062.629	27.512.962	31.049.206

Fonte: UNICA – União da Agroindústria Canavieira de São Paulo (2010)

De 1990 à 2009 a produção de cana-de-açúcar passou de 222,4 milhões de toneladas na safra 1990/1991 para 569 milhões de toneladas na safra 2008/2009. No que se refere à produção de álcool, o Brasil passou de 11,5 milhões de metros cúbicos na safra 1990/1991 à 27 milhões de metros cúbicos na safra 2008/2009. A produção de açúcar passou de 7,3 milhões de toneladas na safra 1990/1991 para 31 milhões de toneladas na safra 2008/2009.

As principais regiões produtoras de açúcar e álcool do país são a região Centro-Sul com safra de maio à dezembro e a região Norte-Nordeste com safra de setembro à março. A região Centro-Sul é composta pelos estados: Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo. A região Norte-Nordeste é composta pelos estados: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe e Tocantins.

A existência de duas regiões produtoras de cana-de-açúcar, álcool e açúcar permitem que no país o abastecimento de açúcar e álcool ocorra durante o ano todo, já que os períodos entre as regiões são diferentes. A competição entre a atividade sucroalcooleira das regiões Norte-Nordeste e Centro-Sul, as diferenças entre as estruturas de produção, na gestão empresarial e as condições do clima e do solo são destacadas por Lima e Silva (1995) no trabalho intitulado “A economia canavieira de Pernambuco e a reestruturação necessária”. De acordo com os autores, a forte presença do Estado garantiu a manutenção da agroindústria canavieira, mas agiu como uma barreira aos estímulos de crescimento perante o mercado.

Atualmente, a cana está expandindo nas regiões Oeste e Noroeste de São Paulo, nos Estados de Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais (principalmente no Triângulo Mineiro). Mas diante desse avanço da área agrícola destinada à cultura da cana-de-açúcar, discute-se em diversos setores da sociedade uma possível redução da área agrícola destinada à produção de alimentos e as suas consequências como diminuição da produção de alimentos e elevação de preços juntamente com um aumento do desmatamento de reservas ambientais.

Com relação ao período mais recente, Alves *et. al.* (2003) argumentam que a saída do Estado da regulamentação do setor e a abertura comercial brasileira foram os elementos essenciais para a adoção de diferentes estratégias de concorrência pelas empresas do setor.

Conforme Alves *et. al.* (2003):

“A saída do Estado tornou as relações no interior do complexo totalmente privado. O governo não interfere mais na fixação dos preços da cana e nem dos preços internos ou de exportação do açúcar e do álcool. Isto somado à extinção do IAA fez com que as relações entre fornecedores de cana e usineiros se tornassem inteiramente dependentes do poder de barganha de cada um dos atores. Como existe um grande número de fornecedores e um pequeno número de usinas, caracterizando um mercado de características oligopolistas e oligopsônicas, há um maior poder de barganha das usinas e destilarias”

Outra mudança significativa é o fato das empresas do setor canavieiro estarem firmando alianças políticas e aumentando o campo de influência, fazendo a comercialização conjunta de seus produtos e atuando de forma unificada através da UNICA. Esta entidade começa a ter no Estado de São Paulo um papel chave na condução política do complexo, na articulação e reivindicação deste junto ao Estado e à sociedade civil (GONÇALVES, 2005).

De acordo com a tabela 43, na safra 2008/2009, a produção de cana-de-açúcar da região Centro-Sul representou cerca de 88% do total produzido no País, sendo o estado de São Paulo o responsável por 63% da produção nacional. Esse estado é também o principal responsável pelas produções de açúcar e álcool com 65% e 63%, respectivamente, da produção nacional.

Nota-se que existe uma tendência de concentração da produção canavieira na região Centro-Sul. A região, na safra 1990/1991, foi responsável por 76% da cana-de-açúcar, 61% do açúcar e 84% do álcool produzidos no Brasil. Na safra 2008/2009, passou a assumir a quantidade de 88% da cana-de-açúcar, 86% do açúcar e 90% do álcool produzidos no Brasil.

A importância do setor de açúcar e álcool no Brasil se justifica pelo fato do país ser o maior produtor e exportador mundial de açúcar tornando-se relevante observar a variação da quantidade exportada. A produção regional de cana-de-açúcar, açúcar e álcool podem ser vista na tabela a seguir.

Tabela 33: Produção regional de cana-de-açúcar, açúcar e álcool

Safr	Norte-Nordeste			Centro-Sul		
	Cana-de-açúcar (toneladas)	Açúcar (toneladas)	Álcool (m3)	Cana-de-açúcar (toneladas)	Açúcar (toneladas)	Álcool (m3)
1990/1991	52.234.501	2.856.517	1.807.301	170.194.659	4.508.828	9.707.850
1991/1992	50.191.326	2.769.632	1.748.879	179.030.917	5.834.689	10.967.301
1992/1993	47.164.430	3.130.068	1.630.565	176.218.363	6.188.421	10.064.193
1993/1994	34.421.824	2.265.206	912.914	183.914.181	7.067.690	10.371.812
1994/1995	44.629.258	3.211.477	1.549.613	196.083.649	8.491.838	11.135.498
1995/1996	47.413.177	3.337.574	1.734.219	204.414.035	9.315.455	10.855.546
1996/1997	56.205.772	3.184.842	2.266.093	231.604.080	10.474.538	12.106.258
1997/1998	54.281.977	3.526.216	2.144.936	248.775.438	11.354.475	13.254.513
1998/1999	45.141.192	2.781.830	1.631.216	269.781.330	15.160.279	12.237.362
1999/2000	43.016.724	2.487.333	1.368.092	263.948.899	16.900.182	11.653.712
2000/2001	50.522.960	3.612.764	1.528.671	207.099.057	12.635.941	9.064.364
2001/2002	48.832.459	3.245.849	1.359.744	244.218.084	15.972.162	10.176.290
2002/2003	50.243.383	3.789.205	1.471.141	270.406.693	18.778.055	11.152.084
2003/2004	60.194.968	4.505.316	1.740.068	299.120.591	20.420.477	13.068.637
2004/2005	57.392.755	4.536.089	1.825.313	328.727.155	22.106.547	13.587.838
2005/2006	49.727.458	3.820.913	1.594.452	336.856.929	22.013.573	14.341.430
2006/2007	53.250.700	4.098.300	1.712.864	372.751.744	25.583.278	16.050.269
2007/2008	64.609.676	4.825.564	2.193.358	431.113.603	26.200.606	20.333.466
2008/2009	64.099.738	4.299.387	2.410.999	504.962.891	26.749.819	25.101.963

Fonte: UNICA – União da Agroindústria Canavieira de São Paulo (2010)

O açúcar produzido mundialmente pode ser oriundo da cana-de-açúcar, beterraba ou milho. No período de 1999 à 2005, ocorreu um crescimento de 0,8% a.a. na produção de açúcar. No mesmo período, as exportações mundiais cresceram a uma taxa de 2% a.a., enquanto que as exportações no país cresceram num ritmo de 9,9% a.a. Dessa maneira, a participação do Brasil nas exportações de açúcar cresceu de 27,23% para 39,58% na safra de 1999 à 2005, conforme se observa na tabela 34.

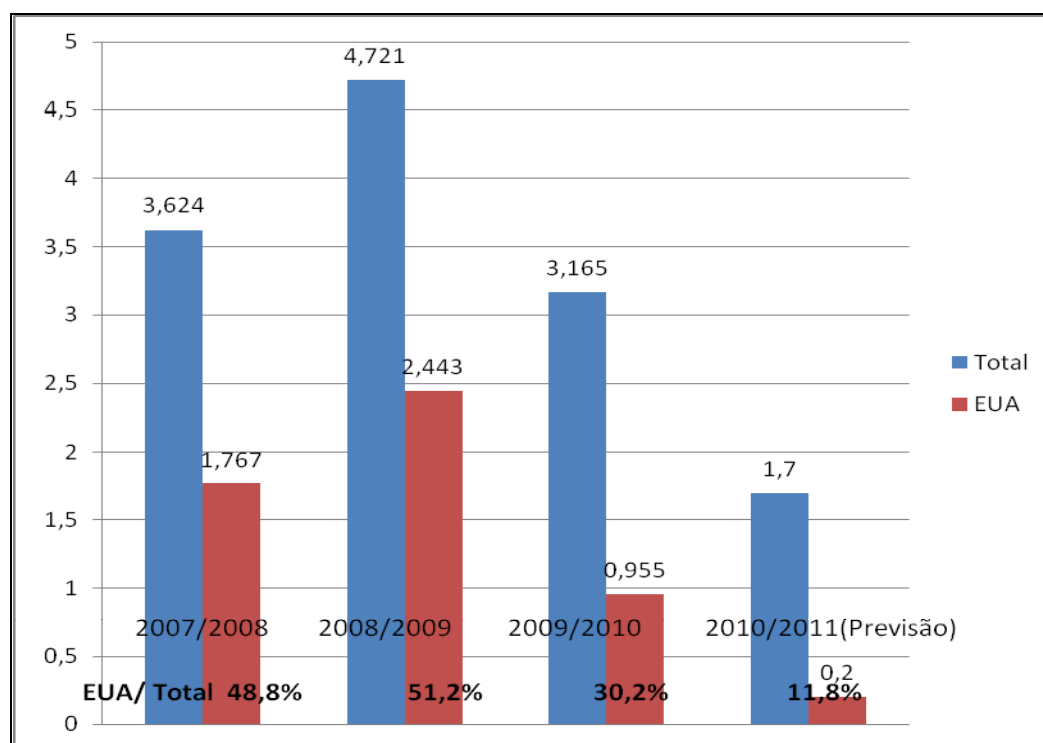
Tabela 34: Produção, exportação mundial e nacional de açúcar

Safr	Produção Mundial (Toneladas)	Exportação Mundial (Toneladas)	Exportação Brasileira (Toneladas)	Porcentual Exportado pelo Brasil
1999/2000	136.435.000	41.503.000	11.300.000	27,23
2000/2001	130.662.000	37.699.000	7.700.000	20,42
2001/2002	134.386.000	41.179.000	11.600.000	28,17
2002/2003	148.874.000	45.828.000	14.000.000	30,55
2003/2004	141.732.000	45.595.000	15.240.000	33,42
2004/2005	141.687.000	45.727.000	18.100.000	39,58
Taxa Cresc. a.a.	0,8%	2,0%	9,9%	-

Fonte: USDA – United States Department of Agriculture (2007)

É provável que em 2010 as exportações brasileiras de etanol devam atingir seu pior resultado desde 2003. Isso ocorre devido o valor pago pelo biocombustível nos Estados Unidos que está sendo negociado com um baixo valor referente aos anos anteriores. A figura 06 mostra a evolução da exportação do álcool pelo Brasil.

Figura 06: Exportações de álcool pelo Brasil



Fonte: UNICA (2010)

Segundo a UNICA (2010), a estimativa é de que as exportações tenham um total de 1,7 bilhões de litros no ciclo atual, dos quais apenas 200 milhões aos Estados Unidos, entre vendas diretas e indiretas. Esse volume de 200 milhões de litros representa aproximadamente 20% do total realizado na temporada passada que foi de 955 milhões de litros.

O Brasil é o maior produtor do mundo de cana e a previsão é que o país produza cerca de 700 milhões de toneladas na safra 2011/2012, que resultaram em aproximadamente 35 milhões de toneladas de açúcar e 30 milhões de metros cúbicos de álcool (UNICA, 2010).

O desempenho do setor sucroalcooleiro em relação aos outros países deve-se a vários fatores. Especificamente na região Centro-Sul, a produção teve nos últimos anos significativa evolução (CARVALHO, 2000).

Apesar dos benefícios econômicos a expansão da cultura cana-de-açúcar pode provocar a inviabilidade econômica no cultivo das outras culturas além de aumentar a concentração de terra.

No interior do Estado de São Paulo, a atratividade econômica e política exercida pelas usinas de açúcar e álcool em terras circunvizinhas acabam provocando um predomínio dessa cultura sobre as demais. Em algumas localidades com topografia favorável ao preparo do solo, plantio, tratos culturais, colheita e processamento da cana-de-açúcar observa-se índices superiores à 90% de ocupação de cana-de-açúcar.

O etanol nos dias atuais já garantiu ao Brasil o título de país desenvolvido no setor sucroalcooleiro. De acordo com a UNICA (2008), o uso do etanol hidratado nos veículos *flex*, em substituição da gasolina, gera uma poupança anual no Brasil de R\$ 4,8 bilhões, que estarão disponíveis para os brasileiros gastarem com outros produtos.

Mas à medida que a cana vai avançando para outras áreas, é importante questionar o seguinte: esse avanço tem sido acompanhado do recuo de outras culturas utilizadas para a alimentação?

A baixa remuneração de outras culturas faz com que os produtores arrendem suas terras ao setor sucroalcooleiro. De imediato ocorrerá o enfraquecimento econômico da região, porque a cana não dinamiza a pequena e a média indústria, o comércio e os serviços com a mesma eficiência da laranja (GONÇALVES, 2005).

Os responsáveis diretos pela exploração da cultura canavieira detêm o domínio econômico, político e cultural da região. Seus agentes ocupam importantes espaços na esfera técnica (agências governamentais), na esfera cultural (mídia), na esfera do poder (decisões) e desenvolvem o papel de reprodutores da visão de mundo dos que dominam, para explicar o modelo regional de desenvolvimento econômico.

Para Goulart (1997), esses agentes justificam que as queimadas causam apenas incômodos causados pela fuligem, que suja as casas, as roupas no varal e irrita o dia-a-dia da dona de casa. Esse mesmo autor afirma que os poluidores argumentam, ainda, que o fim da queima da palha da cana é inviável, uma vez que acarretaria custos ou conseqüências inaceitáveis como o desemprego de muitos trabalhadores rurais e a paralisação das atividades do setor sucroalcooleiro nacional.

Com todas essas justificativas os exploradores dos trabalhadores provocam medo e insegurança aos empregados rurais que, sem alternativas, acabam se submetendo as condições impostas pelos patrões que a cada dia tornam-se mais fortes para dar continuidade nos seus negócios.

O setor sucroalcooleiro sempre foi caracterizado pelo controle de grupos familiares, tanto no nordeste brasileiro pelas oligarquias tradicionais que acumularam riqueza na produção do açúcar e expandiram com o subsídio de programas governamentais, quanto no sul, onde empresários da cafeicultura, industriais e do setor financeiro acumularam riqueza e expandiram suas atividades para o setor sucroalcooleiro. Mas nessas últimas décadas, observa-se uma tendência das usinas buscarem novos recursos para investimento em capacidade produtiva e expansão da atividade, através da abertura de capitais, na bolsa de valores.

A abertura de capitais favorece o fortalecimento de alianças com investidores estrangeiros além de possibilitar ao etanol a entrada na matriz energética internacional assegurando mercados.

O interesse internacional na participação no setor pode ser explicado pelo aumento da demanda mundial por biocombustíveis acelerado pela entrada em vigor do Protocolo de Kyoto e o comprometimento na redução na emissão de gases poluentes (NOVAES, 2009).

O aumento da demanda internacional por combustíveis renováveis exige do Brasil garantias de abastecimento. A oferta ainda é um dos gargalos do setor, que no auge do Proálcool, não conseguiu garantir uma oferta compatível com as necessidades (NOVAES, 2009). Em várias ocasiões a oferta e os preços do álcool desestimularam a demanda por automóveis movidos à álcool. Devido a esses motivos as usinas do CAI canavieiro têm feito esforços na implementação de novas estratégias na área agrícola e industrial, visando garantir a continuidade da oferta dos produtos (SEBRAE, 2005).

Frente a esse mercado promissor, os usineiros utilizaram o fluxo de entrada de capitais de investidores estrangeiros e dos governos, para comprar empresas de menor porte e expandir a produção. Nota-se que com o bom desempenho da economia brasileira, promovida pelo atual governo frente à outros países, a onda de fusões e aquisições no setor voltou provocando maior concentração e consolidação (NOVAES, 2009).

Conforme a Revista Biodiversidade Sustentando e Culturas (2007), no Brasil somente em 2006, foram investidos mais de 9 bilhões de dólares na indústria brasileira de etanol. Fundos de investimentos multimilionários foram lançados nas bolsas estrangeiras, com o objetivo específico de investir no etanol brasileiro, dentre eles *Infinity Bioenergy e Clean Energy Brazil*.

Segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2009), existem usinas canavieiras instaladas em 20 estados do país, tendo o Estado de São Paulo a maior concentração. De 404 usinas cadastradas no departamento da cana-de-açúcar e agroenergia do referido Ministério apenas 6 delas têm ações negociadas em bolsas.

A tabela a seguir mostra as empresas do setor sucroalcooleiro no Brasil registradas como companhia abertas.

Tabela 35: Companhias Abertas do Complexo Agroindustrial Canavieiro no Brasil

Nome	Data do Registro
Cosan SA Indústria e Comercio	Concedido em 26/10/2005
São Martinho	Concedido em 07/02/2007
Nova America SA - Agroenergia	Concedido em 16/07/2007
Açúcar Guarani SA	Concedido em 20/07/2007
Cosan Limited	Concedido em 15/08/2007
Infinity Bio-Energy Brasil SA	Concedido em 10/01/2008

Fonte: Novaes (2009)

O primeiro grupo nacional do setor a abrir o capital no Novo Mercado da Bovespa foi a Cosan. O grupo após incorporar muitas usinas com problemas financeiros tentou obter junto aos bancos empréstimos no valor de 50 milhões de dólares. Tendo negado os empréstimos, a Cosan, abriu o seu capital em 2005 e desde então a companhia arrecadou 3 bilhões de dólares, 60 vezes o capital que as instituições financeiras recusaram emprestar. Em 2006, o grupo foi protagonista de uma enorme polêmica para muitos a maior que o novo mercado da Bovespa já tenha passado. Com medo de perder o controle da Cosan para grandes companhias internacionais, o controlador Rubens Ometto, anunciou uma reestruturação societária radical, criando uma nova *holding*, a *Cosan Limit*, convidando os acionistas da Cosan S/A a trocarem suas ações pelos novos papéis estrangeiros, com regras diferentes daquelas aplicadas no Brasil, dando poder as ações em posse de Ometto dez vezes do que as em posse dos demais sócios (NOVAES, 2009).

Em 01/02/2010 a *Shell* e Cosan S.A. (Cosan) anunciaram um memorando de entendimento com o objetivo de criar uma *joint venture* no país, para o processamento de etanol, açúcar e energia, e suprimento, distribuição e comercialização de combustíveis.

Com uma grande capacidade produtiva anual, e perspectivas consideráveis de crescimento, a *joint venture* confirmará sua posição como um dos maiores produtores de etanol do mundo.

3.5. SÍNTESE DO CAPÍTULO

Nesse capítulo é descrito o CAI sucroalcooleiro objetivando analisar os aspectos econômicos e socioambientais da cultura agroindustrial canavieira. A análise dos aspectos socioambientais que envolvem o sistema de produção canavieiro revela que, apesar da quantidade de empregos gerados, a qualidade desses empregos tem sido muito criticada, especialmente no corte de cana, uma atividade que sempre foi marcada por denúncias de trabalho infantil, trabalho escravo, trabalho degradante e fraudes trabalhistas. Mesmo com o avanço tecnológico e a mecanização das operações agrícolas, o desemprego e a morte por excesso de trabalho passaram a ocupar lugar de destaque entre os problemas socioambientais da atividade, tornando a situação das comunidades locais ainda mais preocupante. No aspecto ambiental, a expansão da cultura canavieira tem sido apontada como a principal responsável pela exclusão de outras culturas, pela degradação socioambiental e extinção da vegetação nativa, adentrando-se por áreas de preservação permanente e desrespeitando a exigência de áreas de reserva legal. O elevado uso de agrotóxicos e de resíduos industriais sem um efetivo controle dos organismos públicos ainda representa uma ameaça potencial ao meio ambiente e ao homem. Conforme Novaes (2008), nota-se que a partir de 2000, o CAI Canavieiro no Brasil, inicia o movimento de abertura de capital, com negociação de suas ações na Bolsa de Valores, diante das perspectivas de inserção do etanol na matriz energética em todo mundo e consolidação da produção de carros flex fuel.

4. ANÁLISE DOS BALANÇOS SOCIAIS DO SETOR SUCROALCOOLEIRO

4.1. INTRODUÇÃO

De modo geral, no desenvolvimento de suas operações, as organizações utilizam recursos provenientes do meio onde estão inseridas, sejam recursos ambientais, recursos financeiros, recursos intelectuais, recursos de infraestrutura cedidos pelo Estado e de mão de obra oriundos do conhecimento e habilidade dos membros internos que atuam nestas organizações. Assim, os benefícios financeiros e/ou econômicos gerados pelas organizações têm um determinado custo para os atores sociais, pois no momento em que elas utilizam determinados recursos, principalmente os naturais, estão colaborando para o desaparecimento dos mesmos, sendo imperativo que atuem de forma a prevenir e/ou remediar as situações onde isso ocorre.

Dentro deste processo de uso de recursos, as organizações geram produtos e novas riquezas destinados à satisfação das necessidades da própria sociedade. Em muitas ocasiões investem em iniciativas voltadas aos seus membros internos e à sociedade onde atuam. Essas práticas podem ser evidenciadas através de uma demonstração intitulada balanço social, ou como algumas organizações preferem dizer, relatório socioambiental.

As principais críticas da sociedade civil, trabalhadores, comunidades locais e ambientalistas à forma de expansão dessa agroindústria são: a concentração fundiária, a concentração de renda, a precarização das condições trabalhistas e a degradação ambiental. De outro lado as entidades patronais da agroindústria canavieira buscam destacar a imagem de produção limpa em sintonia com a sustentabilidade do planeta. Essa contradição coloca em questionamento a verdadeira situação da produção sucroalcooleira perante a sustentabilidade apoiada nos seus três pilares: econômica, ambiental e social.

A sustentabilidade da atividade agroindustrial sucroalcooleira deve contemplar todas as contribuições da organização para a sociedade na qual atua. Isso demonstraria uma estratégia empresarial de atendimento da função social da empresa, por meio da melhoria da qualidade de vida e da natureza em todos os seus mais amplos aspectos. Mas como as organizações priorizam lucros e estes para se realizarem necessitam de vendas que, por sua vez, requerem ações de marketing, que por sua vez utiliza a promoção de suas atividades socioambientais

para conquistar seus clientes.

Dessa forma o objetivo deste trabalho é analisar os limites e possibilidades dos balanços sociais no processo de divulgação das práticas socioambientais nas usinas de açúcar e álcool. Neste capítulo são apresentados dados e informações coletados através de pesquisa de campo realizada junto às usinas, e informações secundárias provenientes dos balanços sociais publicados pelas usinas de açúcar e álcool no período de 2001 a 2008. Em seguida, é realizada uma análise das práticas socioambientais das usinas, através dos balanços sociais divulgadas pelas mesmas, com as opiniões dos institutos incentivadores de balanços sociais (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, Instituto ETHOS de Empresas e Responsabilidade Social e Global Reporting Initiative) atendo-se nas seguintes questões: balanço social, responsabilidade socioambiental, desenvolvimento socioambiental sustentável e sustentabilidade.

Antes de iniciar a apresentação dos resultados obtidos, é apresentada a metodologia utilizada na pesquisa.

4.2. METODOLOGIA DE PESQUISA

Recapitulando o que já foi discutido anteriormente, a pergunta que essa tese pretende responder é até que ponto os balanços sociais divulgados pelas organizações são instrumentos válidos para análise das práticas socioambientais das unidades de produção sucroalcooleira. Nos capítulos anteriores, foi realizada uma pesquisa bibliográfica dos acordos e conferências socioambientais promovidos e organizados pela ONU, responsabilidade socioambiental, desenvolvimento econômico, desenvolvimento socioambiental sustentável e sustentabilidade e dos mecanismos de avaliação da responsabilidade socioambiental e apoio ao desenvolvimento socioambiental sustentável. Nesse capítulo, são descritos a coleta, tratamento e análise dos dados de balanços sociais e das opiniões dos institutos incentivadores de balanços sociais sobre balanço social, responsabilidade socioambiental, desenvolvimento socioambiental sustentável e sustentabilidade.

A coleta das informações para esse trabalho pode ser dividida em duas fases. A primeira fase trata as informações de fontes secundária tais como: teses, artigos e livros sobre o CAI

canavieiro e seus aspectos de insustentabilidade; a segunda fase utiliza dados primários oriundos de entrevistas dos representantes das usinas e representantes de institutos construtores de relatórios, indicadores e balanços sociais.

Na segunda fase do trabalho, optou-se por realizar entrevistas semi-estruturadas com representantes das unidades sucroalcooleiras que possibilitaram o contato ao pesquisador. Além das usinas que divulgam o balanço social no formato IBASE, existem outras unidades produtoras de açúcar e álcool do estado São Paulo, que embora não tenham o BS, podem tecer considerações relevantes. Assim, utilizando dessa prerrogativa, a coleta de dados primários foi realizada com cinco usinas: Usina da Pedra, Usina Guairá, Usina Batatais, Usina Moema e Dreyfus. A referida pesquisa de campo consistiu em visita à planta industrial processadora de cana, e a realização de entrevista com os principais responsáveis pela área socioambiental de cada usina de açúcar e álcool. As visitas às áreas agrícolas, ambientais e industriais das unidades produtoras tiveram o intuito de compreender os processos produtivos procurando encontrar iniciativas relacionadas à preservação ambiental. Durante a visita procurou-se observar a maneira como a cultura da cana-de-açúcar estava sendo conduzida naquela usina, buscando identificar a existência de práticas sócio-ambientais como condições de conservação de nascentes e mata ciliar e o modo como os trabalhadores rurais estavam inseridos em suas operações. Na entrevista com o responsável ambiental buscou-se esclarecer os pontos que relevantes para a compreensão do posicionamento ambiental da usina visitada. As entrevistas tiveram um roteiro pré-definido, demonstrado no apêndice 1.

Em seguida, foram realizadas entrevistas sobre responsabilidade socioambiental e desenvolvimento socioambiental sustentável junto com o vice-presidente-executivo do Instituto ETHOS Dr. Paulo Augusto Itacarambi, a Dra. Cláudia Mansur pesquisadora do IBASE e a Dra. Laura Espinach Tort do *Global Reporting Initiative*. Nas entrevistas os institutos apresentaram suas visões, opiniões e sugestões sobre os balanços sociais e os impactos na sociedade com base no roteiro de entrevista no apêndice 2.

Segundo Vergara (1998), essa pesquisa pode ser classificada quanto aos seus fins como descritiva e exploratória. Descritiva por apresentar as características quantitativas e qualitativas das informações evidenciadas nos balanços sociais das organizações em estudo. Exploratória por aproximar um tema cujos conhecimentos ainda pouco sistematizados e carentes de análises mais detalhadas. Quanto aos meios, a tese enquadra-se como documental, na medida em que os dados foram coletados nos documentos (balanços sociais) relatados

pelas organizações. Os dados secundários são provenientes dos balanços sociais apresentados e relatados por todas as unidades produtoras de açúcar e álcool no Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas ao período de 2001 à 2008.

Para Gil (2008), a pesquisa descritiva visa descrever, abordar, analisar, catalogar, apresentar e interpretar as características de determinado fenômeno juntamente com a frequência que um fenômeno ocorre, suas relações e conexões. É utilizada para instituir relações entre variáveis visando estudar as características de um conjunto de indivíduos com características, objetivos, interesses comuns como sua distribuição por idade, gênero, escolaridade, estado de saúde física e mental. O uso de técnicas de coletas de dados como: o questionário, a verificação e o formulário são algumas características significativas desse tipo de pesquisa. Algumas pesquisas descritivas aproximam-se da pesquisa explicativa superando a simples identificação de relações entre variáveis determinando a natureza dessa relação. A pesquisa descritiva pode apresentar diversas formas e geralmente assume a de um levantamento.

Segundo Gil (2008), a pesquisa exploratória tem por objetivo promover informações de determinado tema delimitando a temática de estudo, formulando as hipóteses de pesquisa apresentando diferentes enfoques para o estudo que se pretende realizar, principalmente quando se trata de pesquisa bibliográfica. Normalmente, a pesquisa exploratória tem: levantamento bibliográfico; entrevistas; análise de exemplos que propiciem a compreensão do problema em estudo. Esse tipo de pesquisa constitui um levantamento preliminar para outro tipo de análise avaliando a possibilidade de se desenvolver um estudo inédito, que é o caso do presente trabalho, sobre uma determinada temática. Sendo assim, a pesquisa exploratória proporciona familiaridade tornando o assunto o mais explícito. Embora o planejamento da pesquisa exploratória apresente grande flexibilidade, quase sempre ela assume a forma de pesquisa bibliográfica ou de estudo de caso.

A pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir de referências teóricas com base em material elaborado como artigos científicos recorrendo a outras fontes como jornais, revistas, boletins e pesquisas. A vantagem principal da pesquisa bibliográfica é permitir ao pesquisador a cobertura de uma maior gama de fenômenos do que poderia diretamente pesquisar. A principal consequência dessa vantagem pode ser a utilização de dados coletados de maneira equivocada. Para evitar esse problema o pesquisador deve utilizar diversas fontes, além de analisar profundamente as informações visando encontrar possíveis contradições (GIL, 2008).

Dando sequência ao trabalho, apresentam-se a seguir as opiniões dos construtores de relatórios, indicadores e balanços sociais atendo-se nas seguintes questões: balanço social, responsabilidade socioambiental, desenvolvimento socioambiental sustentável e sustentabilidade.

4.3. BALANÇOS SOCIAIS E SEUS CONSTRUTORES

A Sustentabilidade é um tema de grande interesse na mídia, no empresariado, no governo e na sociedade em geral. Embora haja um grande interesse sobre sustentabilidade, não há uma lista rígida de iniciativas que uma organização deve ter afim de tornar-se responsável ambientalmente. Apesar de não haver consenso, a governança corporativa exige “transparência” e a sustentabilidade foi incorporada como objetivo da governança corporativa, envolvendo uma administração mais transparente, ética e a inserção de preocupações socioambientais nas decisões empresariais.

Parcela da sociedade civil, como ONGs, sindicatos e movimentos sociais, pressionam as empresas a assumirem uma postura mais comprometida com toda a sociedade, deixando de priorizar apenas objetivos meramente econômicos. Esta demanda justifica-se pelo fato das empresas utilizarem-se de recursos humanos, naturais e toda a estrutura da sociedade e por isso devem ter uma responsabilidade socioambiental.

A sustentabilidade pode ser considerada como um campo em disputa política entre os diferentes atores sociais. Embora não haja um consenso, sustentabilidade pode ser apresentada como o desenvolvimento da sociedade de forma a garantir viabilidade econômica, melhoria das condições de vida e trabalho da população, preservação e melhoria do meio ambiente, de forma transgeracional, isto é, garantindo às gerações futuras condições ambientais melhores ou iguais às atuais. Há uma disputa entre as empresas, organizações ambientalistas e a sociedade civil, sobre as ações necessárias à sustentabilidade. Essa só poderá ser alcançada através de uma espécie de pacto social global, no qual todos os atores sociais participantes tenham seus principais interesses contemplados. Enquanto tal pacto não se efetiva, cada ator promove iniciativas que contempla apenas seus interesses. Como essas ações são unilaterais, elas não consideram os demais interesses, o que aprofunda a disputa sobre o que é

sustentabilidade.

A responsabilidade socioambiental é um movimento que possibilita às organizações uma nova maneira de administrar seus negócios inserindo os problemas socioambientais ao cotidiano das empresas. A partir daí, é relevante que as organizações dêem transparência as suas iniciativas através dos relatórios socioambientais. As informações devem refletir exatamente as iniciativas em prol do meio ambiente e da sociedade.

Para o ETHOS, sustentabilidade consiste na capacidade de se manter uma atividade por tempo indeterminado, não colocando em risco o esgotamento dos recursos ambientais em equilíbrio com os atores sociais. Para o mesmo instituto, desenvolvimento socioambiental sustentável é a busca do equilíbrio entre o crescimento econômico e o desenvolvimento humano, incentivando a sustentabilidade da vida humana. Ou seja, é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente momento, sem colocar em risco a capacidade das gerações futuras de satisfazerem suas próprias necessidades. E responsabilidade social é um conjunto de iniciativas tomadas pelos diversos atores sociais satisfazendo os seus compromissos com o desenvolvimento sustentado da sociedade.

Nesta linha de pensamento, Sachs (1993) acrescentou às dimensões social, econômica e ambiental a dimensão cultural e espacial que devem ser consideradas de forma sistêmica no processo do desenvolvimento. Na dimensão social, o sistema produtivo deve estar a serviço da redução das desigualdades sociais. A dimensão econômica deve estruturar-se em uma distribuição eficiente dos recursos públicos e privados. No aspecto ambiental, a organização deve apresentar compatibilidade de utilização dos ecossistemas com mínima deterioração, possibilitando o desenvolvimento equilibrado por meio de processos que respeitem e preservem os recursos ambientais. A dimensão cultural, diz respeito às especificidades de cada ecossistema. A dimensão espacial propõe a minimização da densidade geográfica, a concentração de atividades e a centralização do poder, objetivando o equilíbrio na relação cidade-campo.

Para Dupas (2005), antes de elogiar e vangloriar o envolvimento das corporações em questões socioambientais é necessário que se entenda os reais motivos desse comportamento. O ponto de partida para esse entendimento é o nascimento da filantropia nos Estados Unidos, instigada por motivações religiosas, cujas obras de caridades compunham parte de uma cultura social plena no início do século XIX. Essas ações de assistência e caridade, juntamente com a

criação de instituições e fundações de filantropia se legitimavam na busca de uma solução privada frente aos possíveis tumultos provocados por motins sociais.

Segundo Guilhot (2004), muitas organizações vêem a responsabilidade social empresarial como qualquer outro plano de investimento procurando um retorno positivo e/ou redução de riscos. Se as corporações desenvolverem suas atividades descartando a participação das comunidades com as quais realizam seus negócios, sofrem o risco de instigar sentimentos de suspeita nesse público. Mesmo com boas intenções, essas organizações não podem sofrer os riscos de sentimentos de rejeição dessas comunidades, pois elas são vitais para o sucesso empresarial. Assim, o consentimento dos atores sociais afetados pelas atividades empresariais responde por parcela do lucro.

O envolvimento da comunidade em que se atua, juntamente com a prevenção de reivindicações através de movimentos sociais, são etapas importantes da transformação do capital financeiro em capital político visando a reprodução do capital das organizações. Dessa forma, a atuação de entidades assistenciais empresariais acaba contendo os movimentos populares, impedindo a criação de uma consciência que possa incitar movimentos sociais contra o predomínio das grandes corporações (GUILHOT, 2004).

Para Guilhot (2004), a concentração dos recursos financeiros junto a uma pequena parcela da sociedade, característica da atual fase do capitalismo, deve ser repensada. Essas ações socioambientais, voltadas para o domínio de extensas camadas sociais, podem favorecer a concentração financeira. Aliás, com essas atitudes de cunho socioambiental, as organizações acabam deixando muitas comunidades reféns de suas atividades que acabam visualizando nesses “benefícios” sua única forma de sobrevivência.

Para os institutos construtores de relatórios, indicadores e balanços socioambientais os termos responsabilidade social, desenvolvimento socioambiental sustentável e sustentabilidade são utilizados por diversas instituições conforme lhe convém, mas esses construtores trabalham com o conceito de sociedade sustentável. Quando falam de sustentabilidade estão falando das iniciativas que promovem uma sociedade sustentável. Mas, para muitas organizações sustentabilidade são apenas políticas com viés apenas socioambiental. Tratando dessa forma, somente práticas socioambientais não rumam a uma sociedade sustentável. Para levar a uma sociedade sustentável é necessário trabalhar simultaneamente e de forma equilibrada o capital natural, social, financeiro e o humano. O principal fato da insustentabilidade da sociedade é a

preferência do capital financeiro sobre os demais. É o crescimento do capital financeiro em detrimento dos demais, ou seja, o capital financeiro cresce depreciando e destruindo o capital natural impactando o meio ambiente. E faz o mesmo com o capital humano, ao invés de promover o desenvolvimento do capital humano, ao invés de priorizar a melhoria das condições humanas, a aprendizagem das pessoas para aumentar o seu conhecimento, autonomia, cidadania promovem apenas o crescimento financeiro. A insustentabilidade ocorre quando o crescimento do capital financeiro ocorre em detrimento do capital social e humano.

Para os mesmos institutos, numa sociedade sustentável busca-se o equilíbrio entre os diversos atores sociais (*stakeholders*), e a responsabilidade socioambiental seria a maneira de se chegar numa sociedade sustentável ou sustentabilidade. Sociedade sustentável seria o objetivo e responsabilidade socioambiental seria uma estratégia. Segundo os incentivadores de relatórios socioambientais, o conceito chave de responsabilidade social empresarial seria aquela organização que busca seus objetivos ao mesmo tempo em que busca contribuir com os objetivos das partes afetadas por suas atividades. Assim, a gestão *multistakeholders* (atender todas as partes afetadas) da organização seria a maneira da organização ser socialmente responsável. E, para que isso ocorra é necessário diálogo e entendimento dos diversos públicos. Se a organização tem esse comportamento, está criando iniciativas de operação que já são distributivos e participativos. Para os institutos incentivadores de relatórios socioambientais, o processo de produção e/ou comercialização atual leva a uma concentração provocando uma desigualdade econômica e dela derivando outras desigualdades, pois priorizando somente o lucro ocorre a depreciação do capital social, ambiental e humano.

Para o Instituto ETHOS, as organizações normalmente não procuram o desenvolvimento do capital com o desenvolvimento de toda sociedade. Geralmente, desenvolvem o capital financeiro depreciando os outros capitais (socioambiental, natural e humano) gerando a desigualdade socioambiental, com poucos tendo acesso às benesses socioambientais. Então se as organizações forem socialmente responsáveis certamente irão produzir um processo distributivo que já reduz essa desigualdade. Se junto tiver o processo distributivo do estado pode-se chegar nesse equilíbrio (sustentabilidade).

Para os institutos incentivadores de relatórios socioambientais, a redução da desigualdade deve ocorrer com a participação das organizações, através da responsabilidade social, e do Estado com políticas públicas procurando regulamentar e criar condições mais participativas de desenvolvimento. Assim, o Estado deve procurar universalizar todos os direitos como

acesso ao saneamento básico, emprego, moradia, educação, saúde etc., e o setor empresarial deve ter um processo produtivo mais distributivo, equilibrado e equânime. A responsabilidade socioambiental e as políticas públicas devem atuar juntas para um equilíbrio entre o capital social, ambiental, financeiro e humano.

Segundo os institutos incentivadores de relatórios socioambientais, o balanço social é um instrumento de publicação das atividades socioambientais, que tem por objetivo conferir maior transparência e visibilidade às iniciativas que interessam não apenas aos investidores e acionistas, mas todos os atores sociais envolvidos como consumidores, empregados, fornecedores, parceiros e comunidade.

Para o IBASE, o seu modelo padrão de balanço social é uma importante ferramenta que propicia a apresentação de investimentos em iniciativas e projetos socioambientais. O principal objetivo do modelo padrão simplificado de balanço social é fazer com que o documento permita comparabilidade e entendimento a todos os interessados. O modelo IBASE constitui-se de uma planilha composta prioritariamente por indicadores quantitativos dos investimentos socioambientais e econômicos. A maioria desses dados são facilmente coletados nos relatórios contábeis financeiros da própria companhia. O modelo do IBASE é um instrumento de transparência e prestação de contas. Quando a empresa o divulga, permite transparência as suas iniciativas socioambientais em diversas áreas como: saúde, educação, meio ambiente, qualidade de vida e de trabalho dos membros internos, criação de postos de trabalho e promoção da diversidade.

O Instituto IBASE não sugere protocolos para aquisição de dados e não exige que as informações apresentadas sejam auditadas. A sociedade e todos os envolvidos pelas atividades das organizações que devem ser os auditores. Assim, as elaborações participativas juntamente com a publicação nos mais diversos meios de comunicação são essenciais para a construção de um controle social sobre as organizações no Brasil.

Para o Instituto ETHOS, sua função deve ser de convencer, ajudar, e cooperar com as organizações no desenvolvimento socioambiental sustentável e na gestão *multistakeholders*. O instituto acredita que se as organizações implantarem essa gestão *multistakeholders* elas contribuirão para o desenvolvimento socioambiental sustentável. Para o instituto, as organizações podem e devem obter o lucro de uma forma que também desenvolva todos os

atores sociais envolvidos, e a sociedade espera isso e o instituto coopera com essa gestão *multistakeholders*.

Segundo os Institutos ETHOS e o GRI, ainda existe um enorme conflito entre as organizações, que buscam sempre maximizar seus lucros, e a população, que pressiona por preços cada vez mais baixos com maior qualidade. E na busca de minimização dos custos as organizações iniciam um conflito entre maximização dos lucros, redução de preços e responsabilidade socioambiental. A questão central é conseguir maximizar os lucros sem necessariamente minimizar os custos, pois nem sempre a maximização dos lucros ocorre com a redução dos custos a qualquer preço. Para o ETHOS, o caso internacional mais contundente é o da *British Petroleum* (BP). Para economizar algumas centenas de milhares de dólares, a petrolífera não deu a devida atenção ao sistema de segurança de seus poços petrolíferos. E agora terá que desembolsar bilhões de dólares para resolver as conseqüências ambientais, sociais e de reputação causadas pelo vazamento no Golfo do México. Não foi apenas a empresa BP que perdeu valor, mas seus próprios investidores, devido à insegurança dos investidores no mercado de capitais. Padrão de conduta inflexível teria evitado o pior, pois, numa empresa ética, o lucro nunca pode estar acima do bem-estar das pessoas e dos cuidados com o meio ambiente.

Para os incentivadores de relatórios socioambientais ETHOS e o GRI, é necessário estabelecer padrões que abaixo não se pode atuar, ou seja, as organizações devem adotar padrões buscando eficiência na alocação dos recursos. Para esses organismos o conflito não deve ocorrer entre a lógica da maximização de lucros e busca de redução de custos. As organizações devem promover resultados para todos os envolvidos, pois trabalhando com eficiência e padrões de qualidade, padrões sociais e padrões éticos ocorre a maximização de lucro. Na perspectiva do desenvolvimento socioambiental sustentável, as organizações precisam olhar como a natureza faz, pois ela trabalha sempre com índice de rejeitos zero. Os rejeitos de um processo é a matéria prima de outro, e o ser humano tem que aprender com a natureza a aproveitar os rejeitos, alinhar os processos produtivos com o meio ambiente e aproveitar o máximo possível dos processos industriais. Muitas vezes reaproveitando, maximiza a eficiência e reduz os preços com novos processos.

Segundo os incentivadores de relatórios socioambientais ETHOS e o GRI, é legítimo obter retorno financeiro através da melhoria da marca, produtividade dos membros internos e com iniciativas de responsabilidade socioambiental. Mas o que não é legítimo é dizer que têm boas

práticas socioambientais no seu negócio e não ter. Aliás, o retorno financeiro com boas iniciativas socioambientais é o que propõe o ETHOS pra qualquer organização. Segundo o instituto a empresa busca o retorno financeiro, mas ONGs, sindicatos e governos cada um tem um propósito, e devem buscar o seu propósito gerando resultados para todos os atores sociais envolvidos. Assim, o que vale para as organizações vale para todas as organizações, ONGs, sindicatos, universidades etc. Para o ETHOS, a empresa deve buscar o seu objetivo econômico e/ou financeiro, mas também buscar os objetivos de todos os envolvidos no negócio. Assim, todas as organizações devem alcançar os seus propósitos contribuindo para a sociedade, ou seja, as operações produtivas empresariais devem estar a serviço do desenvolvimento do país, gerando redução da pobreza e das desigualdades atendendo os seus propósitos e de todo público que afeta.

Para o GRI, o principal desafio é integrar os relatórios socioambientais com os relatórios anuais contábeis financeiros. Enquanto os balanços contábeis prestam contas a um público específico como acionistas, cotistas e analistas do mercado, os de sustentabilidade destacam impactos das iniciativas socioambientais da organização.

Para o GRI (2010):

"Trazer o mercado financeiro para dentro desse novo entendimento é a próxima etapa da sustentabilidade. O simples fato de discutir relatórios integrados, assunto que há cinco ou seis anos não teria qualquer condições, mostra que há maturidade suficiente para isso nas organizações".

O IBASE defende a publicação espontânea do relatório socioambiental como instrumento de valorização das iniciativas socioambientais, pois o relatório socioambiental é a resposta viva da ética de uma organização refletindo em investimentos a sua preocupação socioambiental. O instituto não é favorável a aprovação pelo Congresso Nacional de uma lei obrigando as organizações a publicar o balanço social. Na visão do IBASE, se a obrigatoriedade de publicação do balanço social for aprovada pelo congresso, a campanha de responsabilidade socioambiental não terá muito sentido, porque não será mais uma questão de consciência ou de motivação, mas de cumprimento de lei.

Segundo o IBASE, além de apresentar mensagens que aproximam a organização e todos os atores sociais envolvidos, um “bom relatório socioambiental” precisa ter dados relevantes que informem o desempenho da empresa em relação à degradação socioambiental. Para o órgão, a instituição divulgadora de relatório socioambiental pode fazer o BS separado do seu balanço econômico-financeiro, mas o ideal seria reuni-los numa mesma publicação.

De acordo com o IBASE, o relatório socioambiental não pode ser confundido com uma peça publicitária. Sua importância é decorrente dos interesses dos diversos públicos afetados que exigem informações das organizações e desejam saber o que elas têm a oferecer, além de pagar impostos e produzir lucro. Para a coordenação do IBASE, o BS faz parte de um sistema de transparência, ou seja, é um instrumento facilitador do processo de consolidação da responsabilidade socioambiental das organizações.

Os pesquisadores do IBASE esperam que os consumidores no Brasil tenham o comportamento de valorizar produtos de organizações socialmente responsáveis. Dessa forma, o balanço social funcionará como uma espécie de pré-requisito para os consumidores escolherem os produtos que valorizam iniciativas socioambientais. Na opinião do IBASE, o BS oferece informações para tomadas de decisão, incentiva a participação dos membros internos em projetos sociais, melhora a comunicação interna, informa os investidores sobre os impactos socioambientais, indica aos consumidores a postura da empresa e ajuda o Estado na formulação de políticas públicas.

Segundo o GRI a lógica dos relatórios socioambientais é a de prestação de contas não somente aos seus acionistas e cotistas, mas também aos *stakeholders*. Para o instituto, um “bom relatório” socioambiental, deve ter compromisso com práticas realmente verdadeiras e ser amplamente divulgado pelos meios de comunicação. As informações devem descrever precisamente as atividades socioambientais da organização em determinado período.

Transparência é a principal vantagem do relatório socioambiental, pois mostra o quanto a organização está disposta a evidenciar suas deficiências e assim aprimorar suas iniciativas socioambientais. Segundo o GRI, o modelo de relatório socioambiental do Instituto IBASE contém avanços notáveis com informações quantitativas. Essa característica permite a comparação dos dados, mas provoca a falta de descrição de como estes investimentos socioambientais foram realizados e quais foram os seus resultados.

Para o Vice-Presidente-Executivo do Instituto ETHOS, Dr. Paulo Augusto Itacarambi relatório social é a maneira das organizações divulgarem suas práticas de negócios, e não somente pra divulgar investimentos em projetos socioambientais.

Para o ETHOS, os relatórios socioambientais podem ser divulgados para atrair os acionistas de maneira indireta, pois divulgando e mostrando suas políticas esta contribuindo com a sociedade, atraindo um novo perfil de acionista que são os acionistas de fundo de pensão, acionistas, pessoa física etc.

“Indiretamente o balanço social tem essa função de captar novos acionistas e quanto mais ele fizer isso mais eficaz ele é, porque mostra que a organização tem capacidade de atrair retorno financeiro com respeito socioambiental. O relatório socioambiental pode mostrar a capacidade que a organização tem pra produzir resultados sociais, ambientais e econômicos, e dessa forma atrair os investidores. Aqueles investidores que querem fazer uma gestão de riscos ambientais, sociais e econômicos adequados e mais equilibrados, deveriam olhar o balanço social das organizações”, diz Itacarambi.

Para o ETHOS é recomendado que as organizações façam o balanço financeiro integrado com o balanço social. Assim o investidor olha se a instituição além de gerar benefícios econômicos produz resultado socioambiental equilibrado e com padrões éticos elevados. Segundo o ETHOS, o “melhor” balanço social é aquele que fala do negócio da empresa e dos impactos sociais, ambientais e econômicos do negocio, mostrando o quanto a empresa esta contribuindo para a redução da desigualdade da sociedade, redução da pobreza e no desenvolvimento das pessoas.

No entender do Instituto ETHOS:

"É possível fazer mais do que mostrar somente os investimentos socioambientais. Hoje, os valores intangíveis são a maior parte do valor da empresa. Não é o patrimônio físico. É reputação, marca, a forma como a sociedade percebe a competência e a qualidade da empresa. Quando a organização faz tudo isso, afeta a confiança que a sociedade tem na empresa. Isso agrega valor socioambiental à empresa, além de valor econômico. Esta é a forma que pensamos", diz Itacarambi.

Para os construtores de relatórios, indicadores e balanços sociais, a adoção de práticas socioambientais não pode apenas favorecer a redução de custos e aumento de lucros. Padrões de segurança não podem ser negligenciados como a inexistência de trabalho escravo e mão de obra infantil. Para o ETHOS, às vezes uma mesma empresa tem um padrão nos EUA e outro na China, mas com a responsabilidade socioambiental toda organização deve ter o mesmo padrão em qualquer país do mundo, independentemente das leis locais aceitarem um padrão menor. E para o instituto, quando uma organização é responsável socialmente, ela deve ter padrões em qualquer país do mundo.

“Por exemplo, num país eu posso ter subcontratação, mas em outro não pode, em um país eu não posso contaminar o meio ambiente em outro eu posso porque não existe lei ambiental ou é menos exigente. A empresa deve estabelecer um padrão e independentemente deve seguir esses padrões, independentemente da lei permitir ou não, infringir determinado padrão não pode ser permitido”, diz Itacarambi.

Para os institutos incentivadores de relatórios, indicadores e balanços socioambientais, quanto mais responsável for a organização mais transparente deve ser o seu relatório socioambiental. E pra dar transparência é necessária a distinção nos relatórios socioambientais dos investimentos espontâneos em políticas socioambientais daquilo que é decorrente da legislação. Para o ETHOS e o GRI, deveria ter um estabelecimento de valores médios setoriais, a partir dos dados dos anos anteriores, viabilizando a análise dos desvios em relação à média.

Para o instituto ETHOS, se a empresa deseja de fato implantar uma gestão *multistakeholders* ela deve ter mecanismos de gestão para controle de riscos. Hoje as organizações têm instrumentos muito claros para informar o investidor como balanço financeiro, processo de gestão, conselho de administração, relatórios trimestrais, ou seja, ela tem um conjunto de procedimentos que informa os investidores, mas ela precisa ter outro conjunto de procedimentos para informar os outros *stakeholders*.

Segundo o ETHOS, se a empresa tem risco socioambiental alto essa não é uma empresa boa pra se investir, porque esse risco mais dia ou menos dia vem a tona e transforma em custos sacrificando o retorno financeiro.

Na opinião dos institutos ETHOS, GRI e IBASE, a empresa deve ter responsabilidade socioambiental ao longo da cadeia de suprimentos. Esse é um dos grandes problemas do setor sucroalcooleiro, pois muitas vezes as organizações utilizam de práticas de terceirização para escapar das suas responsabilidades socioambientais.

As organizações podem até não realizar práticas socioambientais responsáveis, mas existem organizações de diversos interesses e comportamentos. E aquelas que têm compromissos socioambientais podem ser beneficiadas pela sociedade em detrimento daquelas que não apresentam essas iniciativas através da compra ou não de seus produtos e/ou serviços.

Na incorporação das questões socioambientais pelas organizações, as ONGs merecem destaque. Desde o início de 1960, um conjunto de importantes ambientalistas criaram uma organização mantida pela coleta de fundos e procuraria materializar as idéias da União Internacional para a conservação da Natureza (UICN), constituindo a base ideológica da organização *World Wildlife Fund* (WWF), criada em 1961. Juntamente com as ONGs, outros fatores provocaram uma resposta das organizações no sentido de diminuir o impacto ambiental de suas atividades, incorporando a questão ambiental em suas iniciativas de responsabilidade socioambiental, dentre eles: a atuação do Estado, a comunidade local e a conscientização do mercado consumidor (IBASE, 2008).

O Estado deve atuar em conjunto com as organizações criando uma legislação ambiental, regulando as atividades empresariais e limitando a liberdade dessas de contaminar. Assim, o Estado, utilizando instrumentos legais, deve fazer uma regulação formal estabelecendo regulamentações para o uso dos recursos ambientais e fiscalizar o cumprimento da legislação. A comunidade local, juntamente com os consumidores, são outros atores responsáveis, senão os principais, pela incorporação da questão ambiental pelas organizações. As comunidades locais tornam-se importantes atores em relação aos problemas ambientais. São as primeiras que sofrem as conseqüências da poluição, e em função disso apresentam uma capacidade de resposta mais rápida, afetando as decisões das organizações no que tange a um maior controle da poluição provocada pelas atividades empresariais. O mercado consumidor, com um crescente aumento da consciência ambiental, é outro importante fator que provoca a mudança

das relações das organizações com a natureza. Em países desenvolvidos, onde a consciência ambiental é mais afluída, os consumidores aceitam pagar um preço mais alto a determinados produtos pelo fato de apresentarem compromisso com meio ambiente (IBASE, 2008).

Na gestão ambiental, investimentos desse tipo são conhecidos como vantajosas para as organizações e para o ambiente. O princípio vigora há alguns anos e pode ajudar as organizações a identificar oportunidades de mercado a realizar investimentos vantajosos para todos os atores sociais envolvidos (ETHOS, 2010).

Quando trabalham com parceiros comerciais, as organizações devem ter a responsabilidade de reduzir o grau de complexidade, bem como de melhorar a qualidade. Por outro lado, deve-se considerar que, as finanças desses fornecedores dependem de uma grande empresa. Como parte da sua responsabilidade socioambiental, as organizações devem oferecer produtos e serviços que os consumidores desejam e dos quais necessitam (ETHOS, 2010).

Na sequência do trabalho, são apresentados os resultados oriundos da análise dos relatórios socioambientais juntamente com a evidenciação dos indicadores presentes nesses balanços das unidades produtoras de açúcar e álcool e das organizações que o publicam no modelo IBASE.

4.4. RESULTADOS ORIUNDOS DA ANÁLISE DOS BALANÇOS SOCIAIS

Foram coletados os dados dos relatórios socioambientais de 32 usinas de açúcar e álcool que os publicam no formato IBASE. As unidades produtoras de açúcar e álcool que tiveram os relatórios pesquisados são: Usina Açúcar Guarani, Usina Açucareira Corona, Usina Ag. Pec. Campo Alto, Usina Agro Pec. Mongre, Usina Agrovale, Usina Alvorada, Usina Santa Isabel, Usina Cerradinho, Usina Dedini, Usina Dedini Base Ind., Usina Dedini Ind. Com, Usina Della Coletta, Usina Ferrari, Usina Iracema, Usina J. Pilon, Usina Jalles Machado, Usina Nardini, Usina Paraíso, Usina Sabarálcool, Usina Santa Cruz, Usina Santa Elisa, Usina Mandu, Usina São Domingos, Usina São José da Estiva, Usina São Manoel, Usina São Martinho, Usina Antonio Ruelle, Usina Cocal, Usina Usj. Açúcar e Alc., Usina Vale do Ivaí, Usina Virgolino de Oliveira, Usina Vista Alegre. A seguir são mostradas as organizações do setor de açúcar e álcool que divulgaram o Balanço Social IBASE.

Tabela 36: Organizações do setor de açúcar e álcool que divulgaram o Balanço Social IBASE

Usina	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
USINA AÇUCAR GUARANI		sim	sim	sim	sim	sim		
USINA AÇUCAREIRA CORONA		sim	sim	sim				
USINA AG PEC CAMPO ALTO		sim	sim	sim				
USINA AGRO PEC MONGRE			sim	sim	sim	sim		
USINA AGROVALE			sim	sim	sim			
USINA ALVORADA			sim	sim	sim	sim		
USINA ANTº RUETTE			sim	sim	sim	sim		
USINA CERRADINHO	sim	sim	sim	sim	sim	sim		
USINA COCAL	sim	sim	sim	sim	sim	sim		
USINA DEDINI					sim	sim		
USINA DEDINI BASE IND					sim	sim		
USINA DEDINI IND COM				sim	sim	sim		
USINA DELLA COLETTA		sim	sim	sim	sim	sim		
USINA FERRARI	sim	sim	sim	sim	sim	sim		
USINA IRACEMA	sim	sim	sim	sim	sim	sim		
USINA J PILON				sim	sim			
USINA JALLES MACHADO	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim
USINA MANDU	sim	sim	sim	sim	sim	sim		
USINA NARDINI					sim	sim	sim	
USINA PARAÍSO	sim	sim	sim	sim	sim	sim		
USINA SABARÁLCOOL					sim	sim		
USINA SANTA CRUZ		sim	sim	sim	sim	sim		
USINA SANTA ELISA		sim	sim	sim				
USINA SANTA ISABEL						sim	sim	
USINA SÃO DOMINGOS	sim	sim	sim	sim	sim	sim		
USINA SÃO JOSÉ DA ESTIVA	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim
USINA SÃO MANOEL		sim	sim	sim	sim	sim	sim	
USINA SÃO MARTINHO	sim	sim	sim	sim	sim	sim		
USINA USJ AÇÚCAR E ALC		sim	sim	sim				
USINA VALE DO IVAÍ			sim	sim	sim	sim	sim	
USINA VIRGOLINO DE OLIVEIRA			sim	sim	sim			
USINA VISTA ALEGRE		sim	sim	sim	sim	sim		

O IBASE criou uma base de dados para armazenar e disponibilizar as informações dos relatórios socioambientais publicados pelas organizações no intuito de promover análises, campanhas e publicações relacionadas à responsabilidade socioambiental das organizações.

Essa base de dados e informações esta disponível por meio do site <www.balancosocial.org.br>, podendo ser acessada por “nome de empresa” e “ano”. Os dados coletados e armazenados estão disponíveis para a utilização por toda sociedade como pesquisadores, ambientalistas, analistas financeiros, organizações socioambientais e estudantes.

O que se pode observar desta tabela é que entre 2001 e 2003 ocorreu um aumento muito grande das organizações do CAI canavieiro que divulgam o BS, mas entre 2003 até 2006 ocorre uma estabilização e a partir de 2006 ocorre um acentuado declínio. Em 2001, 10 organizações do setor sucroalcooleiro divulgaram o BS, em 2002 19 organizações, em 2003 25 organizações, em 2004 27 organizações, em 2005 27 organizações, em 2006 25 organizações, em 2007 6 organizações e em 2008 apenas 2 organizações, totalizando 141 BS divulgados no período de 2001 à 2008, conforme a tabela 37.

Tabela 37: Número de usinas que divulgaram o BS no modelo IBASE

Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	TOTAL
Nº de usinas que divulgaram o BS no modelo IBASE	10	19	25	27	27	25	6	2	141

O conteúdo dos BS de cada usina foi analisado, tendo por base uma tabela pré-confeccionada, onde foram disponibilizados os dados do relatório socioambiental modelo IBASE.

Considerando que o modelo do IBASE é um dos mais utilizados no país, decidiu-se adotar a sua estrutura de informações, segregando a análise em 6 grandes grupos de informações:

- Informações monetárias, com 3 informações possíveis;
- Indicadores sociais internos, com 12 informações possíveis;
- Indicadores sociais externos, com 13 informações possíveis;
- Indicadores ambientais, com 4 informações possíveis;
- Indicadores do corpo funcional, com 10 informações possíveis;
- Cidadania empresarial, com 13 informações possíveis.

O índice máximo de ocorrências foi encontrado multiplicando-se o número de organizações e o número de registros pesquisados em cada item. Por exemplo, o grupo de usinas pesquisadas é composto de 32 organizações, mas com 141 BS publicados no período analisado. Assim, o número máximo de registros que poderia conter o indicador ‘base’ para o período será 423 ocorrências (141 BS x 3 tipos de informações). Este cálculo vale para todos os indicadores das organizações dos seis grupos, respeitando-se a quantidade destas.

Tabela 38: Evidenciação dos Indicadores dos BS das Usinas

INDICADOR	OCORRÊNCIAS REGISTRADAS	OCORRÊNCIAS POSSÍVEIS	%
Informações Monetárias Básicas	412	423	97,39
Indicadores sociais internos	851	1692	50,29
Indicadores sociais externos	964	1833	52,59
Indicadores ambientais	221	564	39,18
Indicadores do corpo funcional	608	1410	43,12
Cidadania empresarial	753	1833	41,08
TOTAL	3809	7755	49,11

Analisando o índice de registros encontrados contrastando com o montante de cada indicador, constata-se que o item referente às “informações monetárias básicas” da empresa, foi o que proporcionalmente apresentou o maior índice de ocorrências, atingindo um total de 97,39%.

Em seguida, têm-se os itens indicadores sociais externos, sociais internos, corpo funcional e cidadania empresarial com 52,59%, 50,29%, 43,12%, 41,08%, respectivamente. O item com menor índice de registros foi os indicadores ambientais, com apenas 39,18% dos registros possíveis. Assim, observa-se uma maior frequência de informações monetárias e baixa frequência de informações socioambientais.

Do total dos 7755 registros possíveis, apenas 3809 foram identificados nos relatórios

socioambientais das organizações do CAI canavieiro, o que significa 49,11%.

O número de organizações que divulgam o BS no modelo IBASE tem um comportamento semelhante ao das usinas. O número aumenta significativamente de 2001 para 2005 e em 2006 apresenta uma queda vertiginosa que vem se ampliando ano a ano, como mostra a tabela 39. O que se pode observar desta tabela é que entre 2001 e 2004 ocorreu um aumento muito grande das organizações que divulgam o BS, mas entre 2004 e 2005 ocorre uma estabilização e a partir de 2006 ocorre um acentuado declínio. Em 2001, 124 organizações divulgaram o BS no modelo IBASE, em 2002 176 organizações, em 2003 195 organizações, em 2004 235 organizações, em 2005 227 organizações, em 2006 126 organizações, em 2007 63 organizações e em 2008 apenas 24 organizações, totalizando 1170 BS divulgados no período de 2001 à 2008, conforme a tabela 39.

Tabela 39: Número de empresas que divulgaram o BS no modelo IBASE

Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	TOTAL
Nº de empresas que divulgaram o BS no modelo IBASE	124	176	195	235	227	126	63	24	1170

O intervalo de tempo entre a realização, publicação e sistematização das informações nos relatórios socioambientais podem, se não for realizada correta leitura das informações, provocar pequenas distorções nas análises. Isso ocorre porque os relatórios socioambientais são divulgados periodicamente, sem nenhuma obrigatoriedade ou regularidade de data para a análise de dados já consolidados. Para efeito de comparação dos valores divulgados pelas usinas e pelas demais organizações, deverá ser analisado o período de 2001 à 2008.

Para comparar a evidenciação dos BS das usinas de açúcar e álcool, foi realizada uma evidenciação dos BS das organizações que o divulgaram no modelo IBASE, conforme a tabela a seguir.

Tabela 40: Evidenciação dos Indicadores dos BS das Empresas

INDICADOR	OCORRÊNCIAS REGISTRADAS	OCORRÊNCIAS POSSÍVEIS	%
Informações Monetárias Básicas	3482	3510	99,20
Indicadores sociais internos	8351	14040	59,48
Indicadores sociais externos	9615	15210	63,21
Indicadores ambientais	2794	4680	59,70
Indicadores do corpo funcional	6897	11700	58,95
Cidadania empresarial	8360	15210	54,96
TOTAL	39499	64350	61,38

Na análise da tabela 40, constata-se que o item referente às “informações monetárias básicas” foi o que apresentou maior ocorrência, atingindo um total de 99,20%.

Em seguida, têm-se os itens indicadores sociais externos, ambientais, sociais internos e do corpo funcional com 63,21%, 59,70%, 59,48%, 58,95%, respectivamente. O item com menor quantidade registrada foi o relativo a Cidadania empresarial, com apenas 54,96% dos registros possíveis. Assim, observa-se uma maior frequência de informações monetárias e baixa frequência de Cidadania empresarial.

Do total dos 64350 registros possíveis, apenas 39499 foram identificados nos relatórios socioambientais deste grupo, o que significa 61,38%.

Apesar da falta de evidenciação de muitas informações, em termos gerais, existem organizações que publicam seus balanços sociais com qualidade. No Brasil, as organizações não são obrigadas por lei a publicarem os seus balanços sociais tendo total liberdade para fazerem melhorias e incrementos das informações publicadas. Muitas informações dos relatórios socioambientais já estão disponíveis nos relatórios de administração das companhias de capital aberto, exigindo apenas uma reordenação dos dados contábeis disponíveis. Deve-se destacar que os dados dos membros internos são todas apresentadas no Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS) e no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).

Algumas organizações consideram o relatório socioambiental nova despesa que, em se tornando obrigatório, qualquer interrupção na sua divulgação possa ser traduzida como

existência de problemas internos. Grande número de empresários acredita que apenas o Estado deve ser o responsável pelas ações socioambientais, cabendo as organizações a geração de lucro e pagamento de impostos. Ainda é possível observar que existem organizações que enxergam o relatório socioambiental um fato desfavorável aos seus negócios contendo informações estratégicas, podendo beneficiar seus concorrentes diretos.

O total das receitas líquidas por ano, número que serve de cálculo de grande parte das informações e dos dados apresentados, permite avaliar a representatividade e importância econômica das organizações que utilizam relatório socioambiental IBASE.

Foi feita uma subdivisão em grupos de indicadores para facilitar a sua interpretação, desta forma os próximos indicadores a serem analisados são os indicadores financeiros, cujos valores são apresentados na tabela 41.

Tabela 41: Indicadores financeiros das usinas.

Indicadores Financeiros			
	Receita líquida (R\$ mil)	Folha de pagamento (% da RL)	Relação entre o maior e o menor salário
Média	266348,42	10,32	38,72
Desvio padrão	190461,66	8,06	16,24

A receita líquida média serve de base de cálculo percentual para grande parte das informações e dos dados aqui apresentados, permitindo avaliar a representatividade econômica das usinas que utilizam o modelo de balanço social IBASE.

Os valores apresentados mostram que a receita líquida média deste grupo de usinas é da ordem de 266 milhões de reais, embora também apresente um desvio padrão bastante significativo indicando que os valores de receita líquida variam consideravelmente. Quanto maior o desvio padrão, maior a dispersão e mais afastados da média estarão os eventos extremos.

Estes números indicam a boa fase que vive o setor, que produziu segundo a UNICA (União da Agroindústria Canavieira de São Paulo) 31.049.962 toneladas de açúcar e 27.512.962 m³ de álcool na safra 2008/2009.

Percebe-se que em média a folha de pagamento representa 10,32% da receita líquida das atividades. Essa relação pode ser explicada pela péssima remuneração e diminuição dos empregados utilizados pelo setor principalmente para funções operacionais na época da safra da cana-de-açúcar, devido ao aumento do nível de mecanização da colheita.

Outro aspecto relevante é a discrepância entre o maior e o menor salário pago por estas organizações que na média é de 38,72 vezes, mostrando a grande distância entre os vencimentos pagos para os cargos de chefia e a base da estrutura organizacional.

A tabela a seguir apresenta os indicadores financeiros das organizações que divulgam o balanço social modelo IBASE

Tabela 42: Indicadores financeiros das empresas divulgadoras de BS Modelo IBASE.

Indicadores Financeiros			
	Receita líquida (R\$ mil)	Folha de pagamento (% da RL)	Relação entre o maior e o menor salário
Média	292070,00	12,14	37,1
Desvio padrão	152845,37	7,5	15,7

Considerando esses números como parâmetro de grandeza nota-se a dimensão de poder, influência e impactos tanto positivos como negativos, que as companhias possuem sobre a sociedade no país.

Comparando os indicadores financeiros das usinas e do conjunto de organizações que publicam balanço social, nota-se que as unidades de produção de açúcar e álcool apresentam resultados menos satisfatórios para seus membros internos do que as organizações divulgadoras de relatórios socioambientais. O segmento de açúcar e álcool apesar de apresentar uma receita líquida média menor, ordem de R\$ 266 milhões contra R\$ 292 milhões do conjunto de organizações, apresenta um desvio padrão maior de R\$ 190 milhões contra R\$ 152 milhões apresentando assim uma maior heterogeneidade. Isso demonstra o quanto o setor apresenta uma dispersão em relação à média do segmento, fato inclusive comentado pelo Instituto ETHOS.

“Os nossos indicadores (ETHOS) não são públicos, é de uso exclusivo das organizações e os resultados são internos. Eu sei que tem organizações avançadas no setor e tem organizações atrasadas e essa heterogeneidade predomina no setor. Você pode olhar o mercado ver algumas usinas sobressaindo, mas poucas organizações nesse setor são tidas como referência. Se de fato estão saindo bem, elas estão muito pouco faladas no mercado.” Diz Itacarambi.

Os indicadores do público interno apresentam um raio-X dos membros internos permitindo analisar a relação da empresa com trabalhadores historicamente discriminados no Brasil como negros, mulheres, portadores de deficiência. Os indicadores de recursos humanos podem ser observados nas tabelas 43 e 44.

Tabela 43: Composição dos recursos humanos empregados pelas usinas.

Recursos Humanos - Geral					
	Número de funcionários	Trabalhadores negros (%)	Mulheres (%)	Portadores de deficiência (%)	Trabalhadores com mais de 45 anos de idade (%)
Média	1878,6	31,91	12,87	2,86	24,46
Desvio padrão	793,1	23,89	7,95	2,29	11,01

Tabela 44: Composição geral dos recursos humanos empregados pelas empresas divulgadoras de BS Modelo IBASE.

Recursos Humanos - Geral					
	Número de funcionários	Trabalhadores negros (%)	Mulheres (%)	Portadores de deficiência (%)	Trabalhadores com mais de 45 anos de idade (%)
Média	7515,41	15,67	32,15	3,31	20,32
Desvio padrão	2453,12	11,63	8,34	2,61	13,24

Os indicadores das tabelas apresentadas expressam a composição dos recursos humanos utilizados pelas usinas e pelas organizações divulgadoras de relatórios socioambientais. Nas usinas, a parcela de trabalhadores negros é de 31,91%, mulheres em 12,87%, portadores de deficiência em 2,86% e de trabalhadores com mais de 45 anos de idade em 24,46%. Nas organizações divulgadoras de balanço social, a parcela de trabalhadores negros é de 15,67%, mulheres em 32,15%, portadores de deficiência em 3,31% e de trabalhadores com mais de 45 anos de idade em 20,32%. Comparando os valores observa-se que o setor sucroalcooleiro apresenta valores inferiores de participação de minorias como mulheres, portadores de deficiência, mas apresenta valores superiores ao das organizações divulgadoras de relatórios

socioambientais na participação de trabalhadores negros e trabalhadores com mais de 45 anos. Isso pode ser explicado parcialmente devido às usinas preferirem cortadores do sexo masculino, negros e sujeitos a aceitar as precárias condições do corte manual da cana-de-açúcar.

Para Dupas (2008), o trabalho e emprego estão em crise. O capitalismo global contemporâneo trocou lealdade por produtividade e rendimento imediato e poucas pessoas têm emprego de longo prazo garantido na sua atual organização. E essa alteração ocorre devido a intensificação do domínio chinês em produzir produtos industrializados com um enorme contingente de pessoas em busca de um trabalho para sua sobrevivência, muitas visando a própria subsistência.

Os indicadores de participação de negros e mulheres em cargos de chefia podem ser observados nas tabelas 45 e 46.

Tabela 45: Participação de negros e mulheres em cargos de chefia nas usinas

Recursos Humanos - Chefia		
	Trabalhadores negros em cargos de chefia (%)	Mulheres ocupando cargos de chefia (%)
Média	1,01	1,24
Desvio padrão	0,61	0,93

Tabela 46: Participação de negros e mulheres em cargos de chefia nas empresas divulgadoras de BS Modelo IBASE

Recursos Humanos - Chefia		
	Trabalhadores negros em cargos de chefia (%)	Mulheres ocupando cargos de chefia (%)
Média	6,7	16,6
Desvio padrão	1,73	4,01

Os indicadores apresentados nas tabelas 45 e 46 mostram a baixíssima participação de negros (1,01%) e de mulheres (1,24%) nos cargos de chefia das usinas contra a participação de negros (6,7%) e de mulheres (16,6%) nos cargos de chefia do grupo das organizações divulgadoras de relatórios socioambientais. Esses valores indicam que a grande maioria dos

negros e mulheres contratados pelas usinas ocupa posições nas partes mais baixas da estrutura organizacional. As oportunidades de trabalho para estes grupos no setor sucroalcooleiro tendem a ser operacionais, fato que pode ser explicado pela presença de valores que levam a uma escolha não meritocrática. A discriminação que acontece historicamente no Brasil, priva negros e mulheres de diversas oportunidades de capacitação e conseqüentemente de oportunidades melhores de trabalho.

A proporção de 15% de negros no total de pessoas empregadas é um percentual muito abaixo da população brasileira que, segundo o IBGE, é constituída de 49,5% de negros, incluindo pretos e pardos. O percentual de negros ocupando cargos de chefia é de apenas 6,7% nas organizações divulgadoras de balanço social e 1% nas usinas.

Mesmo com a superação de escolaridade das mulheres em relação aos homens, a desvantagem salarial prospera. Mesmo com todo o discurso pela igualdade de direitos, os dados mostram a discriminação existente na sociedade brasileira e que se reproduz em práticas discriminatórias no trabalho.

Um desafio que toda sociedade brasileira tem que romper é o preconceito com grupos de pessoas como idosos, negros, deficientes físicos e as mulheres. Muitas organizações preferem contratar homens brancos para comandar seus negócios.

Em relação aos portadores de deficiências, nota-se um preconceito e uma “falta de vontade” em cumprir o que está na legislação brasileira. Apenas 2,86% das pessoas contratadas pelas usinas são portadores de deficiência contra 3,31% das organizações divulgadoras de balanço social. Os empresários devem ser sensibilizados e cobrados pela sociedade para que ocorra uma reversão neste quadro de exclusão.

Os investimentos voltados para os membros internos, são apresentados nos indicadores sociais internos. Com esses dados pode-se observar a quantidade de recursos financeiros destinada aos seus membros internos. Tanto as organizações divulgadoras de balanços sociais quanto as usinas concentram suas ações sociais internas em alimentação (aproximadamente 25% dos investimentos internos) e saúde (20%). Fornecer condições básicas de alimentação e saúde aos próprios membros internos deve ser obrigação de todas as organizações. Mesmo com todo o discurso presente nos meios de comunicação e em toda sociedade sobre a necessidade de investimentos nessas áreas, nota-se uma grande distância entre aquilo que é dito daquilo que é realizado pelas organizações.

Os investimentos em responsabilidade social interna são vistos nas tabelas 47 e 48.

Tabela 47: Investimentos em responsabilidade social interna nas usinas (média anual por funcionário a cada R\$ 1000,00 investidos)

Indicadores sociais internos							
	Alimentação	Saúde	Capacitação	Educação	Creche	Cultura	Total (%RL)
Média	230,2	211,2	35,7	30,5	15,2	2,7	0,25
Desvio Pad.	52,3	22,5	3,7	3,2	5,7	1,2	0,02

Tabela 48: Investimentos em responsabilidade social interna nas empresas divulgadoras de BS Modelo IBASE (média anual por funcionário a cada R\$ 1000,00 investidos)

Indicadores sociais internos							
	Alimentação	Saúde	Capacitação	Educação	Creche	Cultura	Total (%RL)
Média	250,6	205,3	40,2	46,8	18,9	6,4	0,35
Desvio Pad.	47,3	21,7	5,8	3,5	4,3	1,7	0,1

A tabela 47 apresenta os valores investidos pelas organizações do setor de açúcar e álcool divulgadoras de relatórios socioambientais em indicadores sociais internos. A cada R\$ 1000,00 investidos internamente pelas usinas em alimentação, saúde, capacitação, educação, creche e cultura foram investidos R\$230,2, R\$211,2, R\$35,7, R\$30,5, R\$15,2 e R\$2,7, respectivamente. A cada R\$ 1000,00 investidos em alimentação, saúde, capacitação, educação, creche e cultura foram investidos R\$250,6, R\$205,3, R\$40,21 R\$46,8, R\$18,9 e R\$6,4, respectivamente.

Comparando as tabelas de investimentos em responsabilidade social interna, observa-se que gastos em saúde é o único item que as usinas investem mais a cada R\$ 1000,00 investidos das organizações divulgadoras de relatórios socioambientais. Inicialmente pode ser analisado como uma vantagem, mas devido ao fato de não ocorrer a separação dos gastos decorrentes da legislação não pode ser afirmado. Gastos não espontâneos são colocados juntos dos gastos voluntários da empresa, como forma de tornar evidente a participação livre, dando uma visão clara do esforço social da empresa.

Em alimentação, capacitação, educação e cultura as organizações divulgadoras de relatórios socioambientais apresentaram desempenho melhor do que as usinas. Este fato pode ser considerado preocupante já que ampliar os níveis educacionais aumenta o poder crítico de decisão das pessoas, o que não parece ser prioridade para as usinas de açúcar e álcool.

Embora o percentual financeiro alocado em educação seja baixo, estes recursos são aplicados em, por exemplo, em programa de educação da Companhia Energética Santa Elisa que visa acabar com o analfabetismo entre seus trabalhadores rurais ou o da Usina Jalles Machado que desenvolve ações na área de educação, voltada ao ensino de 1ª a 4ª séries para filhos dos colaboradores, acionistas, prestadores de serviços e outras crianças da comunidade.

No que tange ao item “capacitação” as usinas investem um percentual baixo alocado em uma área importante, pois ações desse tipo favorecem a empregabilidade dos membros internos e contribuem efetivamente com a erradicação da miséria, uma vez que diminuem os índices de desemprego por meio do aumento da capacitação do corpo funcional.

Os dados das tabelas 49 e 50 mostram um panorama melhor do que os indicadores sociais internos, comprovado pelo total investido externamente (0,52% e 0,65%) em relação ao investido nos indicadores internos (0,25% e 0,35%) nas usinas e nas organizações divulgadoras de balanços sociais modelo IBASE, respectivamente.

Tabela 49: Investimentos em responsabilidade social externa nas usinas

Indicadores sociais externos						
	Educação	Cultura	Saúde e Saneamento	Esporte	Segurança alimentar	Total (% Receita Líquida)
Média	180,6	170,6	90,3	5,8	6,3	0,52
Desvio P.	30,1	12,5	18,6	2,4	2,6	0,2

Tabela 50: Investimentos em responsabilidade social externa nas empresas divulgadoras de BS Modelo IBASE (média anual a cada R\$ 1000,00 investidos)

Indicadores sociais externos						
	Educação	Cultura	Saúde e Saneamento	Esporte	Segurança alimentar	Total (% Receita Líquida)
Média	230,5	225,4	98,3	7,8	6,5	0,65
Desvio P.	20,3	15,8	16,3	2,8	2,3	0,1

É de grande relevância destacar os indicadores que refletem os investimentos em educação, cultura, saúde, saneamento e principalmente, esportes e segurança alimentar, pois são valores extremamente baixos em áreas vitais que atendem as camadas mais baixas da sociedade.

Os investimentos ambientais das organizações divulgadoras de relatórios socioambientais visam melhorar a qualidade ambiental, por meio de programas de planejamento, controle e educação ambiental. Quando comparados com as receitas líquidas, essa ínfima participação torna-se bastante evidente, conforme pode-se verificar na tabela 51. A enorme relevância do tema aliado ao fortalecimento do discurso de preocupação com o meio ambiente, mostra um antagonismo entre o discurso e a prática das organizações divulgadoras de relatórios socioambientais.

Tabela 51: Investimentos ambientais externo

Investimentos ambientais externo		
	Usinas (% Receita Líquida)	Empresas Divulgadoras de BS modelo IBASE (% Receita Líquida)
Média	1,8	3,75
Desvio P.	0,4	1,1

Em se tratando de indicadores ambientais, que mostram a preocupação das organizações com os impactos causados pelas suas atividades industriais ao meio ambiente, é possível observar na tabela 51, a falta de consciência ambiental das organizações no que tange ao passivo ambiental resultante de suas atividades. Em média são investidos 1,8% da receita líquida com tratamento de resíduos e programas de melhoria ao meio ambiente nas usinas contra 3,75% da receita líquida das organizações divulgadoras de balanço social modelo IBASE.

Medir, avaliar e estabelecer objetivos a serem alcançados para a redução dos impactos ambientais é uma maneira de aferir se as práticas ambientais estão sendo cumpridas. Nos balanços sociais modelo IBASE as questões sobre o estabelecimento de metas para os investimentos em meio ambiente foram introduzidos em 2002. Mas, como o estabelecimento das metas para redução de resíduos e o seu cumprimento é realizado pelo mesmo agente, seus valores podem apresentar distorções. Dentro deste contexto é preciso ressaltar, conforme tabela 52, que 73,68% das usinas pesquisadas cumprem de 76 a 100% de seus objetivos estabelecidos para redução de resíduos e apenas 10,54% não possuem nenhum tipo de metas.

Tabela 52: Investimentos em responsabilidade com o meio ambiente nas usinas

Indicadores Ambientais			
	Total investido em meio ambiente (%)	Cumprimento das metas para reduzir resíduos	
Média	1,80	Não possui metas	10,54 %
Desvio padrão	0,4	Cumpre de 51 a 75%	15,78 %
		Cumpre de 76 a 100%	73,68 %

Na tabela 53 pode-se observar o desempenho ambiental das organizações verificando que cerca de 60% das organizações analisadas estabelecem e cumprem satisfatoriamente suas metas anuais. Mas aproximadamente 23% dessas organizações ainda não possuem meta estabelecida para aferir, aperfeiçoar e/ou corrigir os impactos ambientais.

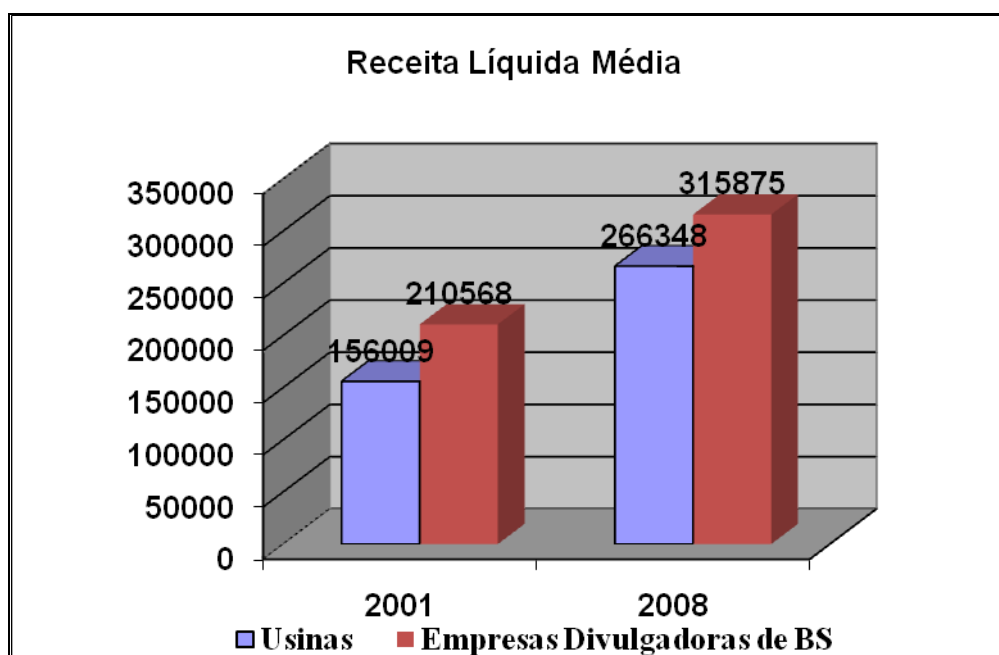
Tabela 53: Investimentos em responsabilidade ambiental nas empresas divulgadoras de BS

Indicadores Ambientais			
	Total investido em meio ambiente (%)	Cumprimento das metas para reduzir resíduos	
Média	3,75	Não possui metas	23,5%
Desvio padrão	1,1	Cumpre de 51 a 75%	15,7%
		Cumpre de 76 a 100%	60,8%

Porém, é preciso destacar que embora as metas apresentadas na tabela 53 sejam positivas elas refletem de modo geral apenas a intenção de cumprir metas ambientais propostas pelas próprias organizações, o que embora seja importante, não implica no fato destes recursos estarem sendo bem aplicados, como por exemplo, na implementação de programas estruturais para a conservação ambiental ou no cumprimento de mecanismos de impacto no que se refere a este assunto.

Os valores dos indicadores do setor sucroalcooleiro apresentam resultados desfavoráveis no que tange responsabilidade socioambiental. A figura a seguir mostra a evolução da receita líquida média.

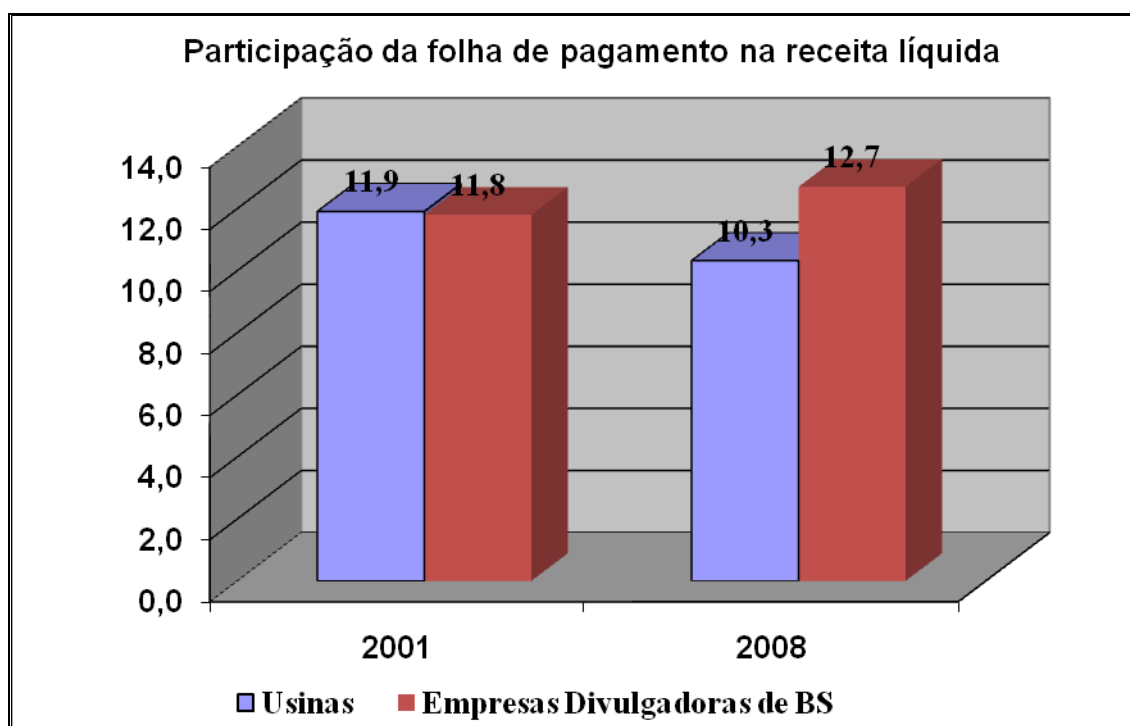
Figura 07: Evolução da receita líquida média entre os anos de 2001 e 2008



Nesse gráfico observa-se um aumento de 70% da receita líquida média das usinas de R\$156 milhões para R\$266 milhões e um aumento de 66,6% da receita líquida média das organizações divulgadoras de balanços sociais de R\$210 milhões para R\$315 milhões. Comparando os valores observa-se que o segmento sucroalcooleiro obteve um maior crescimento da receita líquida média do que as organizações divulgadoras de relatórios socioambientais.

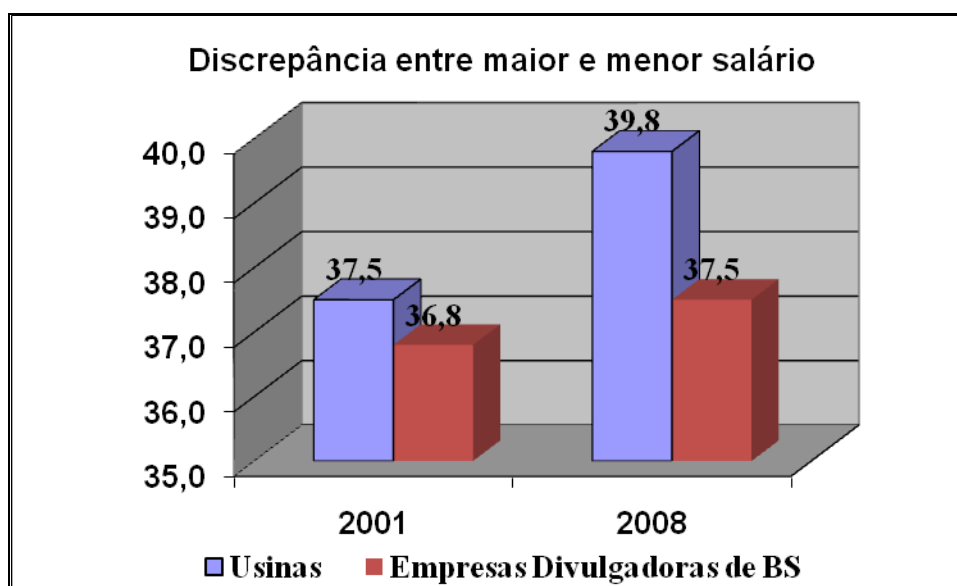
A figura a seguir mostra a evolução da participação da folha de pagamento na receita líquida. Nesse gráfico observa-se uma diminuição de 1,6 pontos percentuais (queda de 11,9% para 10,3%) da participação da folha de pagamento na receita líquida nas usinas e um aumento de 0,9 pontos percentuais (aumento de 11,8% para 12,7%) da receita líquida média das organizações divulgadoras de relatórios socioambientais modelo IBASE. Comparando esses valores observa uma diferença discreta de tendência entre as usinas e as organizações divulgadoras de balanços sociais, tendo nas unidades produtoras de açúcar e álcool uma tendência de queda e nas organizações divulgadoras de balanços sociais uma tendência de aumento da participação da folha de pagamento da receita líquida.

Figura 08: Evolução da participação da folha de pagamento na receita líquida entre os anos de 2001 e 2008



A figura a seguir mostra a evolução da discrepância do maior e menor salário entre os anos de 2001 e 2008. Nesse gráfico observa-se um aumento da discrepância salarial de 37,5 para 39,8 das usinas e um aumento de 36,8 para 37,5 das organizações divulgadoras de balanços sociais. Ambos os grupos apresentam aumento da relação entre menor e maior salário, nas usinas esse aumento foi mais intenso, aumento de 6% contra um aumento de 1,9% das organizações divulgadoras de relatórios socioambientais entre os anos de 2001 e 2008. Com esses valores pode-se concluir que está ocorrendo um aumento na concentração da riqueza gerada pela atividade sucroalcooleira, pois nota-se aumento da receita, diminuição da participação dos salários na folha de pagamento e aumento da discrepância entre salários.

Figura 09: Discrepância do maior e menor salário entre os anos de 2001 e 2008



A discrepância salarial, relação entre o maior e o menor salário dentro da organização, é muito discutida pelo IBASE. Para o instituto, em países como a Suécia e a Noruega a discrepância é, em média 15. Em outros países europeus a relação fica entre 20 e 25. Nos Estados Unidos, esse índice fica entre 30 e 35. No Brasil, em média as organizações divulgadoras de relatórios socioambientais tem uma discrepância entre o maior e menor salário em torno de 37,5.

“Essa discrepância salarial retrata bem a desigualdade que existe em nosso país. Muitas organizações se limitam a promover o marketing de suas iniciativas socioambientais, mas arrocham os salários. O que importa é que a empresa tenha a coragem de publicar. Se os valores não refletem um quadro de excelência, é uma questão de tempo, pois quem publica o BS tem interesse em melhorar” (IBASE, 2008).

Entre os investimentos realizados pelas unidades produtoras de açúcar e álcool podem ser destacados os realizados pela Usina São Domingos no tratamento da água e do esgoto, reciclagem do lixo, gestão das águas residuárias industriais, controle de emissões gasosas, reflorestamento, manejo e conservação do solo e dos recursos hídricos. Outro destaque é o

programa de reflorestamento realizado pela Usina São José da Estiva, que produz mais de cem mil mudas de árvores frutíferas e nativas de seu entorno em viveiros plantando-as em locais reservadas à preservação, em nascentes e margens de rios.

Ainda com relação às atividades socioambientais, grande parte das organizações do CAI canavieiro realiza cogeração de energia elétrica a partir do bagaço de cana, ou seja, a partir de um combustível renovável o que é apoiado pelo Programa de Incentivos às Fontes Renováveis de Energia (PROINFA) - Lei 10.438 de 26.04.2002.

É preciso destacar que entre os aspectos negativos, a composição dos membros internos não oferece oportunidades a diversas camadas da sociedade, sendo que os percentuais de negros e mulheres são pequenos nos cargos de chefia o que indica certa restrição com respeito à evolução destes elementos na pirâmide organizacional.

Outro ponto negativo são os baixos níveis de investimentos realizados em áreas importantes como educação, cultura, saneamento básico, saúde, creches e moradia, no que se refere à sociedade em geral (indicadores externos à empresa). Investimentos nestas áreas causam impacto positivo imediato na qualidade de vida da sociedade e por isso poderiam ser eleitas como prioritárias para as ações de responsabilidade social praticadas pelo setor, fato que parece não acontecer.

Desta forma, um ponto que deve ser questionado é se os investimentos poderiam ser melhor direcionados se houvesse por parte das próprias organizações um planejamento estratégico das ações de responsabilidade social, definindo pontos prioritários e ações de curto, médio e longo prazo. Essa iniciativa poderia ser realizada com a participação do Estado via implementação de políticas públicas que fomentassem ações de responsabilidade social nas áreas eleitas pelo governo ou pela própria sociedade como mais carentes.

Segundo a pesquisa divulgada pelos institutos ETHOS (2010), "O Consumidor Brasileiro e a Sustentabilidade", 56% dos consumidores brasileiros nunca ouviram falar de sustentabilidade ou responsabilidade social de organizações. No conjunto de indivíduos que conhecem o conceito, existem dificuldades em sua definição. Uma parcela significativa (9% do total) não consegue elaborar uma definição para ele. Outra parcela (19% do total) tem conhecimento não realista de sustentabilidade, ligada principalmente a autosustento, "ter renda para sustentar a família", "sustentar a família", "se sustentar sozinho". A pesquisa mostra que, no período analisado, aumentou o percentual (de 25% para 37% do total) do segmento de

consumidores distantes dos valores socioambientais, engrossando o grupo chamado de "indiferente". No período houve um crescimento de 500 mil clientes aderindo a valores e comportamentos mais sustentáveis. A pesquisa mostra que 80% dos indivíduos consideram que o mais importante para uma organização ser responsável socialmente é o respeito às relações de trabalho. No ranking das iniciativas mais relevantes para o consumidor, a maior parte está ligada ao tema, segundo a pesquisa intitulada "O Consumidor Brasileiro e a Sustentabilidade: Atitudes e Comportamentos frente ao Consumo Consciente, Percepções e Expectativas sobre a Responsabilidade Social Empresarial". Segundo nota distribuída pelo instituto ETHOS, é preciso que a sustentabilidade seja traduzida em iniciativas frente ao consumismo desenfreado e insustentável.

Diferentemente da contabilidade tradicional, que evidenciam ativos e passivos, os Balanços Sociais em sua maioria procuram evidenciar os ativos socioambiental das organizações necessário para haver equilíbrio.

Mesmo tendo-se adotado como base de informação do estudo em questão, um modelo de BS simples, não complexo e nacionalmente difundido como o do IBASE, o que se pode vislumbrar é uma falha na divulgação de questões delicadas a respeito das políticas da empresa.

Informações dos indicadores ambientais são muito evitadas pelas organizações do CAI canavieiro. Percebe-se a necessidade de promover melhorias nos Balanços Sociais, principalmente em relação à clareza das informações econômicas, na maioria dos casos apresentadas de forma resumida.

Comparando a quantidade de organizações que divulgam o relatório socioambiental, observa-se que coincidentemente a partir de 2006 o número de organizações que divulgam o balanço social diminuiu vertiginosamente. Ao ser questionado sobre essa redução o Instituto ETHOS e o GRI não souberam argumentar e disseram que no caso das usinas essa diminuição seria devido a possíveis fusões e mudança de foco na divulgação de suas práticas socioambientais como a divulgação no modelo ETHOS. O ETHOS inclusive fez a seguinte afirmação:

“Nós começamos uns processos que na época tinha cerca de 90 usinas filiadas na UNICA e nós tínhamos esse trabalho com cerca de 30 usinas, e fizemos uma primeira rodada de aplicação dos indicadores e depois não tivemos continuidade. O processo continuou na UNICA e nas usinas, mas não teve continuidade a parceria UNICA e ETHOS. Existem empresas no setor muito avançada. Existe um compromisso muito grande no setor como o fim da prática de queimadas, de desenvolver um processo de incorporação da mão de obra provocado pelo fim das queimadas o compromisso existe, mas não sei como anda as ações e vocês pesquisando tem melhores informações sobre o assunto do que eu..., Houve um processo muito grande de mudanças no mercado fusões consolidações e não sei qual foi o impacto disso nos BS da UNICA. Mas, eu acho que o setor já aprendeu que as questões socioambientais é condição pra enfrentarem a competitividade, principalmente com a entrada de multinacionais e a perspectiva do setor de colocar seus produtos no mercado internacional. O setor já percebeu que é relevante elevar os padrões socioambientais de suas atividades” Diz Itacarambi.

Infelizmente, o processo de fusões e aquisições não pode ser utilizado para explicar essa brusca redução de 25, 6 e 2 usinas que publicam o relatório socioambiental nos anos de 2006, 2007 e 2008 respectivamente. Nota-se que esse processo de redução não ocorreu somente com as usinas, mas também com a quantidade de organizações que publicam o relatório socioambiental. O IBASE foi mais crítico e afirmou que esse processo de redução ocorreu devido ao processo de consulta pública promovido pelo IBASE em 2006.

No intuito de promover uma fiscalização sobre as práticas socioambientais apresentadas, o IBASE promoveu durante os meses de junho e julho de 2006 uma consulta pública para que qualquer cidadão pudesse se manifestar sobre as ações socioambientais das organizações. Durante o processo de consulta pública o IBASE procurou analisar a autenticidade dos dados recebidos, solicitando informações às organizações parceiras como o Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (IMAFLOA), Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor e o Instituto Observatório Social. Todos os cidadãos poderiam enviar dados e informações desde que estivessem dispostos a embasar e comprovar as críticas e sugestões enviadas. Durante o processo, foram realizadas verificações que ajudaram a garantir a veracidade das informações divulgadas pelas organizações nos balanços sociais, construindo uma base documental e jurídica.

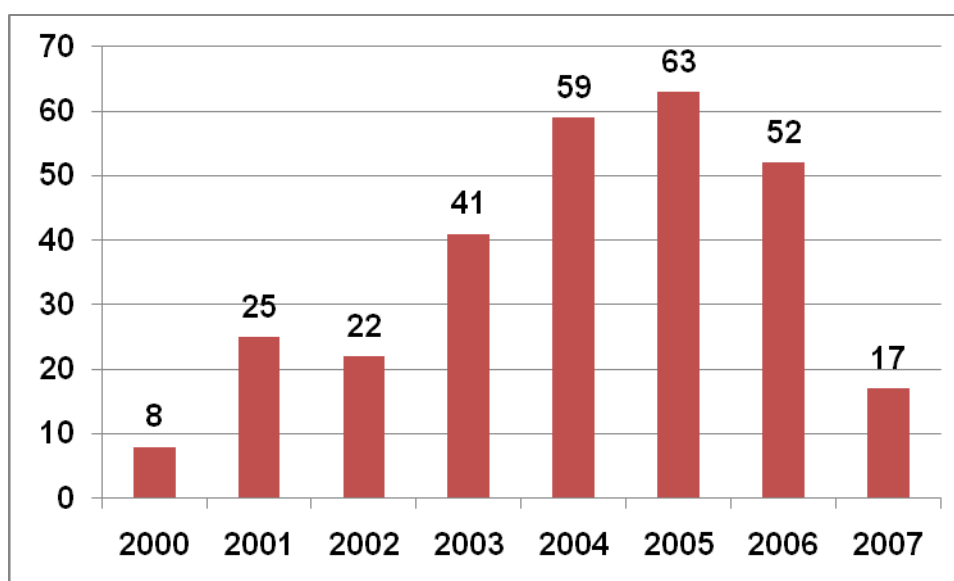
Uma sociedade que monitora as iniciativas socioambientais das organizações, debatendo a responsabilidade socioambiental das organizações é a intenção da consulta pública. Dessa forma, o IBASE espera discutir com organizações sociais, sindicatos, consumidores e cidadãos em geral, o papel dos balanços sociais como objeto de transparência das atividades empresariais.

Visando ampliar a divulgação das informações, o IBASE fornece às organizações a chance do recebimento do “Selo Balanço Social IBASE/Betinho”. Mas para recebê-lo a empresa deve cumprir uma série de critérios como divulgação, transparência e a participação dos atores sociais envolvidos. A empresa que se candidata ao “Selo Balanço Social IBASE/Betinho” deve preencher o balanço social de forma completa, declarar que não utiliza mão de obra infantil ou análoga à escravidão; não está envolvida com prostituição infantil além de comprometer com a valorização e o respeito da sociedade.

As organizações devem enviar um exemplar do relatório socioambiental para seus membros internos e aos sindicatos que representam as categorias profissionais que integram o corpo funcional.

Analisando os balanços sociais, observa-se que existem organizações que não informam todos os dados solicitados e que algumas informações são sistematicamente omitidas, numa clara tentativa de evidenciar o lado positivo e minimizar os dados considerados negativos. Para o IBASE essa é uma iniciativa errada, pois um bom instrumento de divulgação e avaliação deve ser também utilizado para sanar problemas dentro e fora das organizações.

Na figura 10, estão as informações sobre a quantidade de “Selos Balanço Social IBASE/Betinho”. A ampliação do rigor nos critérios socioambientais para conceder o selo reflete na mudança de tendência a partir de 2006.

Figura 10: Quantidade de Selo IBASE concedidos por ano

O ano de 2007 apresentou o menor número de organizações que utilizam o "Selo Balanço Social IBASE/Betinho". A garantia de 2% a 5% de seus postos de trabalho para pessoas com deficiência desclassificou a maioria das organizações.

Em 2004, o IBASE suspendeu o "Selo Balanço Social IBASE/Betinho" da empresa do setor sucroalcooleiro Grupo José Pessoa. Essa empresa, que recebeu o selo em 2003, é acusada de utilizar funcionários em condições análogas à escravidão na usina Santa Cruz, no estado do Rio de Janeiro. A ação contra a organização foi instituída pela Procuradoria Regional do Trabalho do Estado do Rio de Janeiro em junho de 2004.

O objetivo do balanço social desenvolvido, apresentado e promovido pelo IBASE é internalizar nas iniciativas socioambientais o cumprimento dos direitos humanos e a gestão sustentável dos recursos ambientais. Mesmo tendo adotado um modelo de balanço social não complexo e já nacionalmente difundido, muitas organizações expõem relatórios socioambientais incompletos ao divulgar questões mais delicadas. Informações a respeito da cidadania empresarial e os indicadores ambientais foram as mais evitadas pelas unidades produtoras de açúcar e álcool e pelas organizações divulgadoras de BS.

Devido à liberdade de expressão, a qual esta demonstração está exposta, as organizações podem realizar suas próprias melhorias consideradas relevantes.

Os investimentos em iniciativas socioambientais, tanto das usinas quanto das organizações divulgadoras de balanços sociais, trazem reflexões com difíceis respostas, devido as limitações do balanço social. Conhecer qual parcela dos investimentos em ações socioambientais é decorrente da legislação vigente no país, é por exemplo, motivo de sugestão apresentada nas considerações finais dessa tese.

Espera-se que este trabalho contribua para o entendimento do tema dando origem a novos estudos na área e para a conscientização das organizações com a prática de responsabilidade socioambiental.

4.5. SÍNTESE DO CAPÍTULO

Este capítulo apresenta as variáveis de pesquisa oriunda dos balanços sociais publicados pelas usinas de açúcar e álcool com referência ao período de 2001 ao ano de 2008 e disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. Em seguida, é realizada uma análise da receita líquida (RL), folha de pagamento bruta (FPB), os investimentos em programas sociais internos e externos, indicadores ambientais, indicadores dos membros internos e as informações relevantes referentes ao exercício da cidadania empresarial. Nesse capítulo, observa-se uma proximidade entre as usinas e as demais empresas que divulgam os balanços sociais. Ressalta-se que as usinas apresentam informações conforme a conveniência priorizando as informações financeiras em detrimento das demais informações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Geralmente, as atividades do setor agroindustrial canavieiro são referendadas por sérias premissas socioambientais contraditórias e mutuamente excludentes questionadas pela sociedade. As unidades produtivas de açúcar e álcool apresentam-se reativamente frente às questões socioambientais com discursos e práticas antagônicas.

Analisando as atividades produtivas do setor sucroalcooleiro, nota-se que, mesmo após a desregulamentação, a sustentabilidade parece difícil de ser obtida. O complexo agroindustrial canavieiro é caracterizado por elevados índices de insustentabilidade em suas diversas dimensões socioambientais. O crescente índice de mecanização e automação da cultura da cana de açúcar conduzem a um aumento do desemprego. O aumento da capacidade produtiva e operacional tem se dado com a mecanização, quimificação, expansão das áreas cultivadas e de plantio, que compromete a dimensão espacial da atividade canavieira.

Observando-se os balanços sociais, nota-se que as organizações divulgadoras de relatórios socioambientais e as usinas divulgadoras de BS, apresentam resultados semelhantes divulgando valores em seus balanços conforme a conveniência. Essa evidenciação de dados deve ser interpretada como uma omissão de dados para encobrir deficiências dos investimentos das usinas e das empresas em iniciativas socioambientais. Essa interpretação é comprovada pela evidenciação em torno de 98% das informações monetárias básicas tanto das usinas quanto das organizações divulgadoras de relatórios socioambientais, enquanto que em questões envolvendo investimentos socioambientais o índice de divulgação cai vertiginosamente.

As unidades produtivas do CAI canavieiro e as organizações divulgadoras de relatórios socioambientais, apresentam valores semelhantes na participação da folha de pagamento na receita líquida, discrepância entre o maior e menor salário, composição geral dos recursos humanos empregados, deficientes físicos e participação de mulheres em cargos de chefia. Entre 2001 e 2008, ocorre um aumento de 70% da receita líquida média, diminuição de 1,6 pontos percentuais (queda de 11,9% para 10,3%) da participação da folha de pagamento na receita líquida, aumento da relação entre o menor e o maior salário nas usinas e das organizações divulgadoras de relatórios socioambientais. De posse desses dados, pode-se concluir que está ocorrendo um aumento na concentração da riqueza com aumento da receita,

diminuição da participação dos salários na folha de pagamento e aumento da discrepância entre o maior e o menor salário nas usinas e em todas as organizações divulgadoras de relatórios socioambientais.

No período entre 2001 e 2008, a quantidade de usinas e empresas que divulgaram BS tem um comportamento muito similar com o índice de correlação de 0,90 ou 90%. Entre 2001 e 2005 observa-se um enorme crescimento, seguido de uma queda drástica no período de 2006 e 2008. No primeiro período, a ampliação ocorre devido ao interesse das empresas em divulgar suas práticas socioambientais visando publicidade e retorno financeiro. No período seguinte, a queda ocorre devido ao processo de consulta pública para que qualquer empresa ou cidadão possa se manifestar sobre as empresas divulgadoras de BS.

Com essa enorme semelhança de informações divulgadas nos balanços sociais entre as empresas e usinas nota-se que o setor sucroalcooleiro utiliza-se dessa prerrogativa para realizar ações socioambientais na mesma proporção que as demais empresas. Assim, o complexo agroindustrial canavieiro não sente a necessidade de ampliar investimentos socioambientais visto que apresentam a todos os atores sociais envolvidos investimentos na mesma proporção que as demais empresas divulgadoras de balanços sociais.

Através da análise dos balanços sociais publicados e das iniciativas realizadas pelas usinas em prol da sustentabilidade, dos depoimentos dos responsáveis pelos institutos incentivadores desses balanços sociais no Brasil (IBASE, ETHOS e GRI), conclui-se que os balanços sociais embora sejam instrumentos importantes de divulgação das práticas socioambientais, estão longe de contribuir para o entendimento de que as práticas adotadas de fato contribuem para a sustentabilidade. Ou seja, os balanços sociais são apenas mecanismos de divulgação que priorizam apenas parte do público interessado, que são os acionistas ou os “players” do mercado financeiro. Assim, os balanços sociais estão longe de atingirem as necessidades dos demais atores sociais importantes do complexo agroindustrial canavieiro no Brasil: Estado, trabalhadores do complexo, população impactada pela atividade, prefeituras dos municípios e a sociedade civil.

Com algumas alterações os balanços sociais podem adquirir uma abrangência maior, ou seja, podem incluir outros atores sociais. Assim, as organizações divulgadoras de relatórios socioambientais podem e devem apresentar as seguintes informações visando uma maior inclusão dos atores sociais:

- i. Separação entre o que é investimento efetivo da organização em iniciativas socioambientais, dos decorrentes do cumprimento das legislações sociais, trabalhistas e ambientais. Isso se faz necessário porque nos balanços sociais existentes esses dois gastos, que têm natureza diversa, são apresentados somados, como se fossem a mesma coisa, dificultando a diferenciação de uma organização socialmente responsável e preocupada com a sustentabilidade;
- ii. Estabelecimento de valores médios setoriais, a partir dos dados dos anos anteriores, tornando possível a comparação dos desvios em relação à média, devendo a organização explicar sua discrepância em relação à média do setor em que esta inserida;
- iii. Inserção do número de demissões, tendo em vista permitir ao analista leigo ter uma idéia se a empresa tem *turn over* elevado, ou se tem uma política de preservar o trabalhador na organização;
- iv. Estabelecimento de metas de investimentos para redução de resíduos propostos em comum acordo com órgãos de fiscalização ambiental;
- v. Exigir das organizações divulgadoras de relatórios socioambientais a disponibilização integral das informações nos BS para evitar que determinados dados desfavoráveis sejam omitidos e outros favoráveis sejam ressaltados.

As principais vantagens decorrentes das iniciativas socioambientais e a publicação através de balanços sociais são em aumento das vantagens competitivas, minimização de riscos socioambientais, administração da reputação e fortalecimento da imagem.

Existem enormes possibilidades estratégicas para as organizações que oferecerem transparência e responsabilidade socioambiental através do relatório socioambiental de forma responsável à sociedade.

A realização do balanço social é um fator que pode contribuir para a evolução das organizações que, ao adotarem um efetivo compromisso com a ética e a sustentabilidade de suas atividades, estarão contribuindo para a redução das carências e desigualdades tão marcantes no Brasil.

Diante do exposto, pode-se afirmar que o tema, dada a sua importância, relevância e abrangência, não se encerra após essa Tese. A tendência é que mais organizações se envolvam

de alguma forma na publicação das iniciativas socioambientais. Como a sociedade está cada vez mais atenta a ações de “fachada”, que não refletem a real importância das organizações com os problemas socioambientais, é necessário que as empresas fiquem atentas à maneira como farão a divulgação de suas práticas socioambientais.

REFERÊNCIAS

ALVES, E. A. Dimensões da responsabilidade social da empresa: uma abordagem desenvolvida a partir da visão de Bowen. **Revista de Administração**. São Paulo: FEA/USP, v.38 n.1 p.37-45, jan/fev/mar, 2003.

ALVES, F. *et. al.* **Políticas públicas para o desenvolvimento auto-sustentável da bacia hidrográfica do rio Mogi-Guaçu**. São Carlos: Relatório de pesquisa, UFSCar, 2003.

ALVES, F. **Modernização da agricultura e sindicalismo: as lutas dos trabalhadores assalariados rurais na região canavieira de Ribeirão Preto**. 1991. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991.

ALVES, F. **Por que morrem os cortadores de cana?** Saúde e Sociedade v.15, n.3, p.90-98, set-dez 2006.

ALVES, F.; ALMEIDA, L. M. M. C. Precarização do trabalho, flexibilização dos direitos trabalhistas, concentração e exclusão social na dinâmica dos complexos agroindustriais citrícola, canavieiro e cafeeiro. In: Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia Rural, **Anais...**, Porto Alegre, 2002.

AMALRIC, F. **The Equator Principles: a step towards sustainability?** Zurich: CCRS 2005. (Working Paper Series - Working Paper n. 01/05). Disponível em: <http://www.ccrs.unizh.ch/publications/workingpapers/WP01FA_0502.pdf>. Acesso em: 20 abril 2010.

ANTUNES, P. B. **O peso financeiro dos riscos ambientais**. Gazeta Mercantil, São Paulo, 04 abr.2002.

ARAÚJO, F. J. **Dimensões da Responsabilidade Social da empresa**. Revista Brasileira de Contabilidade. nº 129, Maio/Junho de 2001.

AVÓLIO, E.G. **Da (i)licitude das queimadas da palha da cana-de-açúcar**. 2002. 218f.. Dissertação (Mestrado em Ciências da Engenharia Ambiental) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2002.

BANK TRACK. **Shaping the future of sustainable finance: moving the banking sector from promises to performance**. Utrecht: Bank Track, 2005. Disponível em:<<http://www.banktrack.org>,>. Acesso em: 01 ago. 2010.

BELIK, W. *et. al.* Mudanças institucionais e seus impactos nas estratégias dos capitais do complexo agroindustrial canavieiro no Centro-Sul do Brasil. In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, **Anais...**, Brasília, 1998.

BRASIL. Decreto nº 99.274, de 06 de junho de 1990. Regulamenta a Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, e a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõem, respectivamente sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental e sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 07 jun. 1990.

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 02 set. 1981.

BRITO, A. **Amazônia em risco: cana avança sobre a floresta..** Movimento nacional de direitos humanos (MNDH). 07 out. 2007. Disponível em: <<http://www.mndh.org.br> >. Acesso em 02 set. 2008.

CAMARGO, A. *et. al.* **Meio ambiente Brasil: avanços e obstáculos pós-Rio 92**. 2 ed. rev. São Paulo: Estação Liberdade: Instituto Sociambiental; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

CAMARGO, A. **Governança para o século 21**. In: TRIGUEIRO, A. Meio ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

CAMARGO, A. L. B. **As dimensões e os desafios do desenvolvimento sustentável: concepções, entraves e implicações à sociedade humana**. 2002. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – UFSC, Florianópolis-SC, 2002.

CARVALHO, L. C. C. Pesos diferentes. **Agroanalysis**, v. 20, n. 3, p. 41-45, março, 2000.

CAVALCANTI, C. **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo, Cortez Editora, 1995.

COMMON, M. **Sustainability and Policy: limits to economics**. Cambridge University Press, 1995.

CONSTANZA, R. Economia Ecológica: uma agenda de pesquisa. In: MAY, P. H.; MOTTA, R. S. **Valorando a Natureza**: análise econômica para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

CORRÊA, S. C. H. **Projetos de responsabilidade social**: a nova fronteira do marketing na construção de uma imagem institucional. Tese de mestrado. Rio de Janeiro: COPPEAD/UF RJ, 1997.

COSTA, C.; VISCONTI, G. R. e AZEVEDO, C. B. **Balço Social e outros aspectos da Responsabilidade Social Corporativa**. [on-line] <http://www.bndes.gov.br>, 2002.

DAVIS, J. & GOLDBERG, R.. **A concept of agribusiness**. Boston, Division of Research / Graduate School of Business Administration / Harvard University, 1957.

DUARTE, G.; DIAS, J. M. **Responsabilidade Social**: a empresa hoje. São Paulo: LTC, 1985.

DUPAS, G. **Atores e Poderes na Nova Ordem Global**. São Paulo: UNESP, 2005.

DUPAS, G. **Pobreza, desigualdad y trabajo en el capitalismo global**. Nueva Sociedad 215, mayo-junio, Buenos Aires. 2008

FIORILLO, C. A. P. **Curso de direito ambiental brasileiro**. 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

FOLADORI, G. **Limites do desenvolvimento sustentável**. Campinas: Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial, 2001.

GARZOTTI, A. **A degradação do meio ambiente na agricultura**. Educação Ambiental em Ação. Disponível em: <<http://www.revistaea.org>>. Acesso em: 07 mar. 2008.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE (GRI). **Balanco Social**. Disponível em: <www.globalreporting.org>. Acesso em: 10 abril 2008.

GODOY, M. *et. al.* Balanço Social: Convergências e Divergências entre os Modelos do IBASE, GRI E Instituto ETHOS. In: I Congresso UFSC de Controladoria e Finanças, **Anais...**, Florianópolis, 2007.

GONÇALVES, D. B. **A regulamentação das queimadas e as mudanças nos canaviais paulistas**. 1ª edição, São Carlos: Rima, 2002.

GONÇALVES, D. B. **Aspectos Ambientais da Produção Canavieira no Estado de São Paulo**. In: Problemáticas e desafios da indústria sucroalcooleira brasileira no século 21, 2006, São Paulo. Açúcar Ético. São Paulo: sucre-ethic, 2006.

GONÇALVES, D. B. **Mar de cana, deserto verde? Dilemas do desenvolvimento sustentável na produção canavieira paulista**. 2005. Tese de Doutorado (Doutorado em

Engenharia de Produção) – Departamento de Engenharia de Produção, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2005.

GONÇALVES, D. B. O município frente ao desafio da sociedade sustentável. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL: o desenvolvimento local na integração: estratégias, instituições e políticas, 2004. Rio Claro. [**Artigos apresentados**]. Rio Claro: UNESP, 2004.

GOULART, M. P. **Ministério público e práticas rurais antiambientais: o combate às queimadas da cana-de-açúcar no nordeste paulista**. Direito Ambiental, São Paulo, v. 5, n. 2, p.56-75, 1997.

GUILHOT, N. **Financiers, philanthropes: Vocations éthiques et reproduction du capital Wall Street depuis 1970**. Paris: Raisons d'Agir/Cours et travaux, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS (IBASE). **Balanco Social, Dez Anos: O Desafio da Transparência**. 2008. Disponível em: <<http://www.ibase.br>>. Acesso em: 10 junho 2010.

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL (ETHOS). **Balanco Social**. Disponível em: <<http://www.ethos.org.br>>. Acesso em: 10 abril 2008.

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL (ETHOS). **O Consumidor Brasileiro e a Sustentabilidade: Atitudes e Comportamentos frente ao Consumo Consciente, Percepções e Expectativas sobre a Responsabilidade Social Empresarial**. 2010. Disponível em: <<http://www.ethos.org.br>>. Acesso em: 10 dezembro 2010.

INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO DO INVESTIMENTO SOCIAL (IDIS). Disponível em: <<http://www.idis.org.br>>. Acesso em: 30 jun 2010.

INTERNATIONAL FINANCE CORPORATION. **Sustainability snapshot**. The year's highlights and challenges. Washington: IFC, 2004. Disponível em: <<http://www.ifc.org>>. Acesso em: 01 ago. 2010.

IUDÍCIBUS, S.; MARION, J. C. **Dicionário de Termos de Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2001.

LEVY, D. **Incorporando os conceitos de marketing social e responsabilidade social na atuação empresarial: um estudo de caso**. São Paulo, 2004. 30 p. Disponível em: <<http://www.valoronline.com.br>>. Acesso em: 23 jan. 2009.

LIMA, J. P. R.; SILVA, G. V. A economia canavieira de Pernambuco e a reestruturação necessária. **Revista de Economia do Nordeste**, v. 26, n.2, p. 181-203, abril-junho, 1995.

LIVRO VERDE. Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas. Bruxelas. Disponível em: <<http://europa.eu.int>>. Acesso em: 18 ago. 2008.

MACEDO. I. C. **A Energia da Cana-de-açúcar** – Doze estudos sobre a agroindústria da cana-de-açúcar no Brasil e a sua sustentabilidade. Berlendis & Vertecchia. São Paulo: SP. Única – União da Agroindústria Canavieira de São Paulo, 2005.

MARTINI JÚNIOR, L. C.; GUSMÃO, A. C. F. **Gestão ambiental na indústria**. Rio de Janeiro: Destaque, 2003.

MARX, K. **O capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

MATTOS K. M. C. *et. al.* **Valoração econômica do meio ambiente dentro do contexto do desenvolvimento sustentável**, Revista Gestão Industrial v. 01, n. 02 : pp. 109-121, 2005.

MAY, P. H. Avaliação integrada da economia do meio ambiente: propostas conceituais e metodológicas. In: ROMEIRO, A. R. *et. al.* **Economia do meio ambiente: teoria, políticas e a gestão de espaços regionais**. Campinas: UNICAMP, 1996.

MELO NETO, F.; FROES, C. **Gestão da Responsabilidade Social Corporativa: o caso brasileiro**. Rio de Janeiro: Qualitymark Ed., 2001.

MENDES, A. E. *et. al.* **Balanco Social**: Exercício de Cidadania. Revista de Contabilidade do CRC-SP. Ano II, n.º 6, Novembro de 1998.

MILANEZ, B. **Resíduos Sólidos e Sustentabilidade: Princípios, indicadores e instrumentos de ação**. 2002. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2002.

MILARÉ, E. **Direito do Ambiente: A Gestão Ambiental em Foco**. Doutrina. Jurisprudência. Glossário. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br>>. Acesso em: 10 março 2009.

NOVAES, E. N. **Responsabilidade social e abertura de capitais: uma investigação dentro do complexo agroindustrial canavieiro do Brasil**. 2009. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Engenharia de Produção) – Departamento de Engenharia de Produção, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009.

PAIXÃO, M. J. **No coração do canavial**: Estudo crítico da evolução do complexo agroindustrial sucroalcooleiro e das relações de trabalho na lavoura canvieira (estudo comparativo em doze estados do Brasil). Dissertação (Mestrado em Engenharia) – Instituto de Pós-Graduação e Pesquisa em Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1994.

PASSOS, P. N. C. **A conferência de Estocolmo como ponto de partida para a proteção internacional do meio ambiente**. Revista Direitos Fundamentais & Democracia, 2009.

PAULILLO, L. F.; ALVES, F. J. C. **Crise Agrícola e Redução dos Direitos Trabalhistas**. **Informações Econômicas**, SP, v.27, n.1, p.29-34, jan. 1997.

PEREIRA, E. A. A. **A empresa e o lugar na globalização: a responsabilidade social empresarial no território brasileiro**. 2007. 205. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

PIGOU, A. C. **The Economics of Welfare**, fourth edition; London: Macmillan and Co, 1920.

PINAZZA, L. A.; ALIMANDRO, R. Via Crucis. **Agroanalysis**, v. 20, n. 3, p. 14-20, março, 2000.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Disponível em: <<http://www.pnud.org>>. Acesso em 10 junho 2010.

QUIRINO, T. R.; IRIAS, L. J. M. Globalização, agricultura e degradação ambiental no **Brasil**. Brasília: Cadernos de Ciência & Tecnologia, v. 15, nº1, p. 93-124, 1998.

RAGO, M. **Do cabaré ao lar: uma utopia da cidade disciplinar – Brasil, 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

RAMOS, P. **A agroindústria canavieira de São Paulo e do Brasil: Heranças a serem abandonadas**. Com Ciência, Labjor/Campinas/SP, 2007.

REVISTA BIODIVERSIDADE: SUSTENTO E CULTURAS, edição março de 2007.

ROCHA, J. M. **A Ciência Econômica diante da problemática ambiental**. Caxias do Sul: Estudos do IPES, 2004.

ROMEIRO, A. R. **Economia ou economia política da sustentabilidade?** Texto para Discussão. IE/UNICAMP n. 102, set. 2001.

SÁ, A. L. **Teoria da Contabilidade**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. Trad. de E. Araujo. - São Paulo: Vértice, 1981.

SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: Studio Nobel, Fundap, 1993.

SARTORE, M. S. **A inserção da responsabilidade social do setor bancário no contexto da governança corporativa**. 2006. 91 p. Dissertação. Programa de Pós-Graduação de Engenharia de Produção da Universidade Federal de São Carlos.

SCOPINHO, R. A. **Qualidade Total, Saúde e Trabalho: Uma Análise em Empresas Sucroalcooleiras Paulistas**. Revista de Administração Contemporânea - RAC, v. 4, nº1, Jan./Abr. 2000.

SEBRAE. **O novo ciclo da cana: estudo sobre a competitividade d sistema agroindustrial da cana-de-açúcar e prospecção de novos empreendimentos**. Editora IEL, SEBRAE, 2005.

SEGATO, S. V; FERNANDES, C; PINTO, A. de S. **Expansão e renovação de canavial**. Piracicaba: Editora Cp2, 2007.

SILVA, J. G. **De bóias-frias a empregados rurais**. Maceió: Edufal, 1997.

SOUSA, A. C. C. **Responsabilidade social e desenvolvimento sustentável: a incorporação dos conceitos à estatégia empresarial**. 2006. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

SOUZA, C. S.; MILLER D. S. **O Protocolo de Quioto e o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL): as Reduções Certificadas de Emissões (RCEs), sua natureza jurídica e a regulação do mercado de valores mobiliários, no contexto estatal pós-moderno**, Comissão de Valores Mobiliários – CVM, 2003

SOUZA, J. C. R. de. **A Expansão da indústria alcooleira e sua relação com o meio ambiente**. 2006. Disponível em: <<http://www.mp.sp.gov.br>>. Acesso em: 16 nov. 2008.

SOUZA-LIMA, J. E. **Economia ambiental, ecológica e marxista versus recursos naturais** Rev. FAE, Curitiba, v.7, n.1, p.119-127, jan./jun. 2004.

STONER, J. A. F.; FREEMAN, R. E. **Administração**. Tradução de Alves Calado. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1999.

SZMRECSÁNYI, T. *et. al.* **Certificação Socioambiental para a Agricultura**: Desafios para o Setor Sucroalcooleiro, EdUFSCar, 2008.

SZMRECSÁNYI, T. Tecnologia e degradação ambiental: o caso da agroindústria canavieira no estado de São Paulo. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 24, n. 10, p. 73-78, out. 1994.

TINOCO, J. E. P. **Balanco Social**. São Paulo: Atlas, 2006.

UNIÃO DA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA DE SÃO PAULO (UNICA). **Produção nacional de cana-de-açúcar, álcool e açúcar**. Disponível em: <<http://www.unica.com.br>>. Acesso em: 10 abril 2008.

UNIÃO DOS PRODUTORES DE BIOENERGIA (UDOP). **Área de Produção e Produtividade de Cana-de-açúcar - 1975 até 2006**. Disponível em: <<http://www.udop.com.br>>. Acesso em: 10 setembro 2008.

UNITED STATES DEPARTMENT OF AGRICULTURE (USDA). **Produção, exportação mundial e nacional de açúcar**. Disponível em: <<http://www.usda.gov>>. Acesso em: 23 março 2007.

VERGARA, S. C. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 1998.

WEINSTEIN, B. **(Re)formação da classe trabalhadora no Brasil** (1920 – 1964). São Paulo: Cortes. Universidade São Francisco, 2000.

XIMENES FILHO, L. C. Atividades experimentais e demandas do setor sucroalcooleiro nordestino. In: **WHORKSHOP SOBRE AVALIAÇÃO E MANEJO DOS RECURSOS NATURAIS EM ÁREA DE EXPLORAÇÃO DA CANA-DE-AÇÚCAR**, Aracaju-SE. Palestras. Aracaju: Embrapa-CPATC, 1997.

APÊNDICE A

Roteiro de Entrevista Aplicado aos Representantes do CAI Canavieiro

- 1) O que é responsabilidade social para a usina, e quais são as medidas tomadas pela usina visando a responsabilidade social e ambiental?
- 2) Quais os principais beneficiados com as iniciativas socioambientais da usina?
- 3) Na sua percepção, há participação dos funcionários em geral, na realização das ações sociais da empresa. Se há participação, como ela ocorre?
- 4) Na sua percepção, qual a importância das ações sociais para a usina e para a comunidade?
- 5) As usinas estão adotando a sustentabilidade realmente incorporando-a em seus processos produtivos e gerenciais ou estão apenas com uma campanha de marketing?
- 6) O Brasil não corre risco de perda da biodiversidade com o avanço CAI canavieiro? Quais são as medidas tomadas pelas usinas para evitar essa perda de biodiversidade?
- 7) A organização acompanha as condições trabalhistas dos fornecedores? De que forma?
- 8) A organização tem conhecimento do cadastro de empregadores com trabalho escravo do Ministério do Trabalho e Emprego?
- 9) Caso o fornecedor seja flagrado utilizando mão de obra infantil ou escrava, qual o procedimento adotado pela organização?
- 10) A organização considera um direito de seus clientes conhecer a origem dos produtos e serviços oferecidos por ela?
- 11) Qual é a ação adotada pela organização visando orientar e conscientizar os seus fornecedores sobre as iniciativas socioambientais?

APÊNDICE B

Roteiro de Entrevista que será Aplicado aos Institutos Construtores dos BS

- 1) Quais são as origens, objetivos e perspectivas do INSTITUTO?
- 2) Para o INSTITUTO o que seria Responsabilidade Social Empresarial, Desenvolvimento Sustentável e Sustentabilidade?
- 3) As empresas com RSE não estariam mais interessadas em obter ganhos empresariais como fortalecimento da marca, valorização da empresa na sociedade e mercado, isenções fiscais, motivação dos funcionários do que RSE propriamente?
- 4) O que é BS para o INSTITUTO e o que gostaria de fosse?
- 5) Quais são os objetivos do INSTITUTO com o BALANÇO SOCIAL?
- 6) Por que as empresas devem publicar o BALANÇO SOCIAL?
- 7) Quais as vantagens para as empresas que publicam BALANÇO SOCIAL?
- 8) O BS pode ser um instrumento de avaliação de risco?
- 9) Os BS podem ser considerados como instrumentos demonstrativos da sustentabilidade das empresas?
- 10) Os BS não deveriam ter uma legislação obrigando a publicação, regulamentando, certificando? Uma legislação sobre BS e a sua obrigatoriedade pode trazer quais consequências? Aumento dos custos dos produtos e serviços das empresas que o publicam?
- 11) Por que o BS do INSTITUTO não possui uma certificação? Isso poderia criar uma competição entre as empresas do mesmo setor?
- 12) Os BS não seria uma forma de atrair novos acionistas e legitimizar a existência de grandes conglomerados financeiros e industriais?
- 13) Ao analisar a quantidade de usinas que publicam o BS no modelo IBASE observa-se uma brusca queda na publicação em 2008. Qual seria o motivo dessa queda? Consulta pública? Necessidade de publicar apenas para conquistar novos acionistas na abertura de capital? Migração para outros modelos de BS como INSTITUTO ou GRI?
- 14) Por que as usinas e algumas empresas priorizam informações monetárias em detrimento dos demais itens?

15) Ao analisar os BS modelo IBASE das usinas observa-se que entre 2001 e 2008 ocorreu um aumento de 70% da receita líquida média, diminuição de 1,6 pontos percentuais da participação da folha de pagamento na receita líquida (11,9% para 10,6%) e aumento da discrepância da relação entre o maior e menor salário (24,7 para 29,7). Isso não seria uma clara demonstração de concentração de renda?

16) Os usineiros comentam que com a introdução do corte mecanizado, nas áreas que permitem o corte devido a declividade do solo, elimina as queimadas. Qual a opinião do INSTITUTO sobre a substituição do trabalho manual para o mecanizado? Qual é o impacto disso e o que pode ser feito para diminuir o desemprego no setor?